



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LUCAS VIEIRA DOS SANTOS

**A VIDA COTIDIANA DOS EXÉRCITOS DURANTE AS CAMPANHAS MILITARES
DE FERNANDO III, REI DE CASTELA E LEÃO (1217-1252)**

Maringá

2023

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LUCAS VIEIRA DOS SANTOS

**A VIDA COTIDIANA DOS EXÉRCITOS DURANTE AS CAMPANHAS MILITARES
DE FERNANDO III, REI DE CASTELA E LEÃO (1217-1252)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História. Linha de Pesquisa: História, Cultura e Narrativas.

Orientador: Prof. Dr. Jaime Estevão dos Reis.

Maringá

2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

S237v	<p>Santos, Lucas Vieira dos</p> <p>A vida cotidiana dos exércitos durante as campanhas militares de Fernando III, Rei de Castela e Leão (1217-1252) / Lucas Vieira dos Santos. -- Maringá, PR, 2023. 134 f. figs., tabs., maps.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Jaime Estevão dos Reis. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2023.</p> <p>1. Cotidiano - Guerra - Reconquista. 2. Castela e Leão - História. 3. Fernando III, 1199-1252. 4. Espanha - História. I. Reis, Jaime Estevão dos, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.</p>
	CDD 23.ed. 946.0462

LUCAS VIEIRA DOS SANTOS

**A VIDA COTIDIANA DOS EXÉRCITOS DURANTE AS CAMPANHAS MILITARES
DE FERNANDO III, REI DE CASTELA E LEÃO (1217-1252)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Estadual de Maringá como requisito
para a obtenção do grau de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: História, Cultura e Narrativas.


Aprovado em: 23/08/2023

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Luciano José Vianna

Universidade de Pernambuco (UPE) – Petrolina



Prof.ª. Dr.ª. Karla Maria da Silva

Universidade Estadual de Maringá – UEM



Prof. Dr. Jaime Estevão dos Reis

Universidade Estadual de Maringá – UEM

(Orientador)

Dedico este trabalho à minha mãe e à minha avó, responsáveis diretas pela minha formação acadêmica e por meu interesse por História.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu professor e orientador, Dr. Jaime Estevão dos Reis, que me acompanha desde a minha primeira Iniciação Científica. O seu suporte, seus conselhos e seu empenho em promover o ensino e a pesquisa de História Medieval tornaram este estudo possível. Este escrito é resultado de um caminho que trilhamos juntos.

À minha avó, mulher forte, corajosa e amável, que me ensinou a importância da educação e que não mediu esforços para manter nossa família firme. Não existem palavras ou gestos que possam expressar meu agradecimento.

À minha mãe, afetuosa e sempre sorridente que, embora me alertasse sobre as dificuldades que a carreira da licenciatura implicaria, me incentivou a continuar estudando e perseguindo meus objetivos. É impossível mensurar minha gratidão à senhora.

Ao meu irmão, presente nos meus dias mais difíceis, agradeço seu companheirismo e atenção.

À minha irmã, sua ternura é a essencial motivadora do meu esforço diário. Sua chegada foi motivo de muita alegria para toda a família e espero ser capaz de retribuir em gestos todo o amor que sua presença trouxe para as nossas vidas.

À Beatriz, meu amor, sua atenção e paciência quando eu quis desistir ou pensei que não aguentaria foram essenciais para a conclusão deste trabalho. Agradeço de todo o meu coração sua compreensão e parceria.

Agradeço a todos os meus familiares e pessoas queridas que, embora não tenham sido nominalmente citadas, fizeram parte da minha jornada, me ajudando e tolerando minhas pendências em função desta pesquisa.

Também agradeço aos meus colegas do Laboratório de Estudos Medievais da Universidade Estadual de Maringá pelos incontáveis conselhos e debates que me auxiliaram nesta caminhada desde 2017.

“Não cuideis que vim trazer a paz à terra; não vim trazer paz, mas espada.” (Mateus 10:34)

RESUMO

Situada na primeira metade do século XIII, nossa pesquisa almejou investigar de que maneira os combatentes medievais viveram durante as campanhas militares. Buscamos levantar questões como a forma pela qual os guerreiros se alimentavam, dormiam, se deslocavam e até mesmo apresentar os temores que faziam parte do seu dia a dia. Por meio da nossa abordagem, sustentamos que a compreensão do fenômeno bélico, sobretudo no que diz respeito à realidade social dos sujeitos que compunham as hostes, torna-se mais palpável. Assim sendo, esta dissertação visa discutir a vida cotidiana do período. Em um contexto histórico marcado pelos confrontos militares, debruçamo-nos, mais especificamente, sobre o cotidiano dos exércitos no decorrer das guerras empreendidas sob a liderança de Fernando III. O monarca, que se tornou rei de Castela e Leão (1230-1252), foi considerado o responsável pela conquista da maior parte dos territórios da Península Ibérica que, até então, estavam sob domínio de povos muçulmanos instalados na região desde o século VIII. Para dar conta dos nossos objetivos, utilizamos duas fontes principais: a *Crónica Latina de los Reyes de Castilla* (1999) e a *Primera Crónica General de España* (1955) que, amparadas por outros documentos – entre eles, textos de ordem jurídica produzidos nos mesmos recortes históricos, bem como o *Fuero Juzgo* (2018) e *Las Siete Partidas* (2004) –, ofereceram muitas discussões relevantes para a nossa temática. Além das fontes primárias indicadas, recorreremos à historiografia, representada por autores célebres que abordaram o assunto, como Francisco García Fitz (2001), Carlos Ayala Martínez (2018), Miguel Ángel Ladero Quesada (2010) e outros. Esses materiais possibilitaram a abordagem da vida cotidiana dos exércitos expedicionários sob comando de Fernando III, rei tão relevante para o entendimento do contexto histórico selecionado.

Palavras-chave: Cotidiano, Guerra, Fernando III, Reconquista.

ABSTRACT

Our research, set upon the first half of the 13th century, aimed to investigate how medieval warriors lived during their military campaigns. We raised question on the soldier's feeding, sleeping, displacement, and even fears that were part of their everyday life. Through this approach, we defend that the comprehension of the phenomenon of war, and specially the social reality of the subjects that took part in it, becomes more palpable. Therefore, this dissertation aims to discuss the daily life at the time. We focused specifically on the daily life of the Ferdinand III's armies during his wars, in a time marked by military clashes. The king, ruling over Castile and León (1230-1252), was considered as the responsible for the conquest of most of the Iberian territories under muslim rule since the 8th century. Due to our goals, two main sources were used: the *Crónica Latina de los Reyes de Castilla* (1999) and the *Primera Crónica General de España* (1955) that, while backed by other documents – as judicial texts produced at the same time period, such as *Fuero Juzgo* (2018) and *Las Siete Partidas* (2004) -, offer many relevant discussions to our theme. Other than the main sources mentioned before, we recur to the historiography, represented by celebrated authors that have focused on the context, such as Francisco García Fitz (2001), Carlos Ayala Martínez (2018), Miguel Ángel Ladero Quesada (2010), among other. These works make it possible to study the daily life of the expeditionary forces under the command of Ferdinand III, a quintessential king during his historical context.

Keywords: Daily Life, War, Ferdinand III, Reconquest.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Os reinos cristãos em 1035... ..	61
Figura 2 – Os reinos cristãos em 1252... ..	62
Figura 3 – Mapa do cerco de Sevilha... ..	71
Figura 4 – Embarcações utilizadas pelos povos muçulmanos da Andaluzia.....	85
Figura 5 – Embarcações utilizadas pelos castelhanos... ..	86

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – A GUERRA E O COTIDIANO NA IDADE MÉDIA	20
1.1 A prática da guerra na Idade Média	20
1.2 Os serviços militares como componentes de ordenamento dos conflitos	25
1.3 O cotidiano e a História: a vida em batalha	30
1.4 Sobre o texto narrativo e sua validade histórica	36
1.5 As crônicas medievais e os conflitos na Península Ibérica	42
CAPÍTULO II – FERNANDO III E A RECONQUISTA.....	48
2.1 A Reconquista: o debate em torno do conceito.....	48
2.2 A ascensão política de Fernando III	52
2.3 O rei, a política e a guerra.....	57
2.4 A conquista de Córdoba (1236)	60
2.5 A última grande conquista: Sevilha (1248).....	66
2.6 Sobre as justificativas teóricas para a guerra medieval: a Guerra Santa e a Guerra Justa	72
CAPÍTULO III – A VIDA EM MEIO À GUERRA DE RECONQUISTA	78
3.1 Os viajantes medievais	79
3.1.1 As viagens militares de Fernando III: objetivos, trajetos e métodos	80
3.2 O clima.....	89
3.3 Os acampamentos militares.....	95
3.4 A alimentação, a História e a guerra: um breve balanço	104
3.4.1 A alimentação dos guerreiros nas hostes de Fernando III	109
3.5 O sagrado nas hostes	115
3.5.1 As datas religiosas e o providencialismo nas campanhas militares.....	118
3.5.2 A conversão das mesquitas.....	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS.....	126

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, buscamos investigar a vida cotidiana dos exércitos expedicionários convocados e comandados por Fernando III, rei de Castela e Leão (1217-1252), a partir de 1224 – ano em que o monarca retomou o processo de Reconquista e passou a promover diversas campanhas militares contra os reinos muçulmanos na Península Ibérica – até o fim de seu reinado, em 1252, ano de sua morte, momento em que já tinha anexado cerca de 104.000 km² de territórios que estavam em posse dos seus inimigos até então (GONZÁLEZ *apud* RODRÍGUEZ LÓPEZ, 1994, p. 137).

O rei dedicou sua vida à prática da guerra com o objetivo de combater os “infiéis”, como argumentam os cronistas do período. Por isso, a seleção dos enfrentamentos protagonizados por Fernando III, exercendo o papel de líder militar, é justificada para definir o tema deste estudo. O monarca foi responsável pela unificação definitiva da Coroa de Castela e Leão (1230); assim, também foi capaz de articular as forças políticas dos dois reinos, o que possibilitou o desenvolvimento de seu projeto expansionista.

Nossa discussão concilia crônicas medievais castelhanas, mais precisamente a *Crónica Latina de los Reyes de Castilla* (1999)¹ e a *Primera Crónica General de España* (1955)² com outras fontes primárias de ordem jurídica, entre elas, *Las Siete Partidas* (2004), de Alfonso X (1252-1284), e o *Fuero Juzgo* (2018), fruto do reinado de Fernando III, além de se somar aos múltiplos debates historiográficos produzidos e divulgados até então. Desse modo, investigamos as representações da atividade guerreira presentes nos materiais citados almejando verificar como as tropas viviam os preparativos de uma expedição militar, como eram promovidos os deslocamentos para os conflitos, a representação do dia a dia durante os meses de cerco e, até mesmo, o que ocorria com os indivíduos após as conquistas ou derrotas vivenciadas.

A convocação das hostes envolvia um grande esforço de planejamento e movimentava a vida dos nobres. Esses sujeitos acudiam ao chamado militar do monarca providenciando animais e armamentos, além de serem os responsáveis por

¹ Adiante, utilizamos a abreviatura CLRC (1999) para nos referirmos ao documento.

² Abreviamos como PCGE (1955).

reunir mantimentos necessários para as operações. Essa atividade implicava elaboração estratégica prévia, incluindo discussões em conselhos para verificar a possibilidade ou não das investidas militares de acordo com cada caso. Sendo assim, quando abordamos a guerra medieval, é pertinente avaliar as considerações da nobreza sobre cada campanha, uma vez que seus poderes políticos eram determinantes para o patrocínio da guerra (MOXÓ, 2000).

A partir do cenário supracitado, nosso estudo buscou contemplar a logística bélica empregada nas batalhas, bem como os aspectos da vida ordinária dos guerreiros presentes no aparato teórico em questão. Portanto, discutimos questões relativas a habitação, alimentação, doenças, higiene, convivência com animais, desgaste humano, práticas religiosas e outros elementos passíveis de análise sob a luz do cotidiano que, entretanto, em muitas obras, também aparecem como objeto de pesquisas que as referenciam enquanto componentes estratégicos.

O reinado de Fernando III despertou o interesse dos historiadores da Reconquista, mas alguns aspectos ainda carecem de investigação; entre eles, está o tema desta dissertação: o estudo do cotidiano dos exércitos durante as campanhas militares. Assim, considerando que as relações socioculturais na reprodução da vida dos sujeitos se expressam no plano do cotidiano, defendemos a importância de analisar as interações sociais dos guerreiros para expandir a compreensão científica do contexto estudado.

O tema, embora ainda carente de discussão, despertou o interesse de alguns historiadores. Adiante, apresentamos alguns trabalhos que nos possibilitam avaliar o estado da questão a partir de distintas perspectivas de análise. Nesse aspecto, apontamos, principalmente, para algumas produções mais recentes. O historiador espanhol Julio Valdeón Baroque trabalhou com diversas temáticas que vão ao encontro da nossa pesquisa. Especialista em História Medieval e centrado em debates historiográficos sobre os reinos de Castela e Leão, o autor publicou um material intitulado *Vida cotidiana en la Edad Media* (2004), que aborda desde a morte, alimentação, vida urbana e doenças até a relação do homem medieval com a natureza.

A obra em questão apresenta noções gerais sobre tópicos recorrentes quando se pensa em um recorte temporal tão vasto quanto a Idade Média como a compreendemos, mesmo tendo em vista que a temporalidade possui uma delimitação de grande complexidade, como também é o caso da conceituação do cotidiano.

Assim, Julio Valdeón Baruque (2004) discorreu sobre como o homem medieval estava acostumado a lidar com a natureza que o cercava desde cedo, discutiu a preocupação crescente ao longo do período com queimadas, com o descarte do lixo, abordou o temor da infecção por doenças, apresentou a questão das comidas tradicionalmente consumidas em determinadas regiões e outros elementos centrais da vida do homem comum da época (BARUQUE, 2004).

A coleção organizada por Luis E. Íñigo Fernández tem pretensões semelhantes às do material anteriormente citado. O volume nove, escrito por José Ignacio Ortega Cervigón, é intitulado *Vida cotidiana de la Edad Media Occidental* (2020). Fruto de uma produção recente, o livro, como indica o subtítulo “costumes, culturas e tradições”, traça linhas gerais sobre as temáticas também propostas por Julio Valdeón Baruque (2004). Entretanto, o autor se dedica ainda ao enfrentamento de outras questões, como a sexualidade, as problemáticas da infância, os rituais da nobreza e os costumes referenciados pelos calendários medievais.

Atrelada ou não ao período medieval, desde as discussões promovidas em favor da ampliação de possibilidades de pesquisa histórica – como pontuamos, sobretudo, a partir das produções advindas da *Revista dos Annales* e de seus primeiros autores –, a produção da área acerca da vida cotidiana foi ampliada.

Nesse sentido, ainda mais próximos de nossa pesquisa, certos estudos apresentaram conteúdos semelhantes ao que elaboramos. O artigo de Francisco García Fitz, *El viaje de la guerra* (2009), segue uma estrutura eficaz para a abordagem de uma série de aspectos cotidianos. Ao buscar por elementos que explicam a execução das viagens durante o medievo, o historiador espanhol trabalhou com as demandas do deslocamento, propondo que a viagem de guerra era uma das maneiras mais comuns de se viajar no período. A partir disso, ele elencou como o clima impactava os viajantes, como as tropas eram organizadas pensando o caráter militar/logístico, a preocupação com acampamento e a vigília, além de ter abordado a questão dos mantimentos, entre outros aspectos.

No sentido logístico, muitos outros autores também trataram sobre a vida em campanha militar. A dissertação de mestrado de Elise Cardoso (2015), *A logística militar na cronística portuguesa de quatrocentos*, abordou questões parecidas com o material citado de Francisco García Fitz. Contudo, diferentemente do referido autor, ela se apoiou em fontes primárias de origem portuguesa. Aspectos como a movimentação dos exércitos a partir das colunas de marcha, da cadeia de comando,

do estudo dos uniformes e armazéns de armas, bem como das formas pelas quais as tropas se alimentavam e repousavam, foram explorados por ela. Ainda assim, são diversas as semelhanças e aproximações teórico-metodológicas entre ambos.

A obra *Fernando III y su epoca* (1999), oriunda de um congresso de estudos militares, à medida que procurou oferecer elementos para o estudo do reinado do monarca, ainda apresentou uma ampla pesquisa sobre as hostes e questões pertinentes para a investigação da vida dos exércitos.

Na obra, estão presentes artigos como o de Juan Carillo Albornoz y Galbeño, *Fernando III. Sus campañas. (El conquistador y la conquista)*, no qual o autor tratou sobre estratégias de anexação territorial e técnicas bélicas empregadas pelo monarca. Além desse, o texto *Fernando El Santo, gobernante modélico*, publicado no mesmo evento por Miguel Alonso Baquer, no qual o historiador se apoiou nos aspectos do governo das regiões conquistadas para analisar as políticas de guerra, mas sem ignorar os outros aspectos decisivos para o reinado de Fernando III, auxiliou a elaboração do nosso estudo.

É notável que muitos teóricos escreveram sobre o reinado de Fernando III, bem como sobre a prática da guerra no contexto. Entre os trabalhos célebres, podemos citar autores como Carlos Ayala Martínez (2018) e Martín Alvira Cabrer (2018), que produziram livros e artigos com diferentes enfoques sobre o governo do rei castelhano.

Além das quais já nos referimos, obras mais gerais sobre a pesquisa da guerra nos fornecem um ferramental importante para a compreensão da nossa temática. No entanto, ainda que, como já apontamos, os estudos sobre o cotidiano tenham aumentado nas últimas décadas e que a guerra, no momento histórico que evocamos, tenha sido amplamente analisada, a maior parte dos materiais oferece um debate geral sobre o cotidiano na Idade Média ou aborda as questões estratégicas das campanhas militares sem aplicar os elementos da vida cotidiana, como sugerimos.

Como citamos, para atingir nossos objetivos, utilizamos a CLRC (1999) e a PCGE (1955) como fontes principais nesta discussão. Ambas foram escritas em períodos próximos aos eventos do nosso interesse e retratam diversos casos passíveis de análise. Adiante, debateremos mais a respeito da problemática teórica do emprego das crônicas como fonte de pesquisa.

Por enquanto, sobre as crônicas, cabe destacar que utilizamos uma versão da CLRC (1999) editada após ser encontrada por Georges Cirot em 1912. O texto original, um manuscrito mais extenso, foi recortado pelo historiador francês para dar

origem ao formato histórico que abrange desde a história da vida do primeiro conde de Castela, Fernán González (910-970), até a conquista de Córdoba por Fernando III em 1236. O material foi escrito na primeira metade do século XIII, ainda durante o reinado do monarca.

O questionamento sobre a autoria do documento é motivo de debate até os dias atuais. De acordo com o corpo editorial responsável pela versão empregada nesta pesquisa, bem como sugerem diversos especialistas que trabalharam com a fonte, é provável que Juan Dominguez³, bispo de Osma, seja o responsável pela escrita, até mesmo devido aos indicativos da presença física do bispo em trechos da obra.

Em relação à PCGE (1955), também conhecida como *Estoria de España*, asseguramos que ela foi produzida sob a encomenda de Alfonso X, o Sábio, filho de Fernando III e herdeiro do trono castelhano-leonês. Ademais, a elaboração do documento contou com a participação de diversos especialistas do reino. A versão com que operamos foi editada por Ramón Menendez Pidal e publicada em 1955. Essa obra conta com um recorte temporal mais extenso do que a fonte anterior, e seu texto inicial remonta à História da Antiguidade. O encerramento do material se dá com a morte de Fernando III.

Não há um consenso sobre o período exato da composição do texto, mas estudiosos conjecturam que a maior parte dele foi redigida ao longo do reinado de Alfonso X, ainda que a obra, provavelmente, tenha sido finalizada por seu filho, Sancho IV (1284-1295), de Castela e Leão.

As fontes jurídicas que utilizamos foram essenciais para a representação de alguns aspectos investigados. Essas fontes, a obra *Las Siete Partidas* (2004), de Alfonso X, e o *Fuero Juzgo* (2018), traduzido sob demanda de Fernando III, foram consideradas complementares às crônicas medievais em nossa pesquisa; ainda assim, sem materiais como esses, a abordagem dos serviços militares, bem como das dinâmicas do acampamento militar, da vigília desses abrigos e de outras questões essenciais, continuaria na condição de lacunas, já que foram aspectos menos explorados pelos cronistas referenciados.

³ Vinculado à chancelaria castelhana desde pelo menos 1211, ele participou de algumas campanhas de Fernando III e é especulado como único redator da fonte em questão (FERNÁNDEZ, 2006) ou, pelo menos, como um dos principais redatores do texto (CHARLO BREA, 1999).

Compreendemos os esforços de monarcas como Fernando III e Alfonso X em produzir – por meio de suas equipes de especialistas – obras jurídicas como uma percepção da necessidade de exercício do poder monárquico em uma ampla região de domínio. Eles expressavam, também, uma dinâmica de disputa interna de influência com a nobreza castelhana-leonesa e com as principais lideranças das localidades anexadas. O grande norte perseguido, inicialmente, por Fernando III e, posteriormente, por seu filho era o de suprimir os vários códigos vigentes em Castela e Leão. Para tanto, a princípio, foi adotado o *Liber Iudiciorum*, o código visigodo, cuja tradução para a língua vernácula foi intitulada *Fuero Juzgo* (REIS, 2013, p. 3).

Já no decorrer do reinado de Alfonso X, que se encarregou de continuar o esforço unificador herdado do pai, foi produzida a obra *Las Siete Partidas* em torno de 1256. Considerada a maior obra afonsina, *Las Siete Partidas* compreendeu a compilação de leis sobre diversos assuntos. Ela foi disposta em sete partes e foi dividida entre títulos e leis (SENKO, 2014).

Em síntese, feitas todas essas ponderações, ressaltamos que o nosso objetivo geral consistiu em estudar as hostes lideradas por Fernando III contra os povos muçulmanos, então, politicamente circunscritos a governos em formato de cidades-Estado (ou taifas) na Península Ibérica⁴. Nossos objetivos específicos englobam a pesquisa do cotidiano dos exércitos em questão, perpassando uma investigação logística, visto que as formas de guerrear no decorrer da Idade Média se relacionam diretamente às condições de vida durante sua prática.

A proposta justifica-se a partir de uma verificada escassez de trabalhos amparados em teorias da História do Cotidiano no âmbito das análises de tipo militar. Sustentamos que, auxiliados pelas crônicas medievais, pela documentação complementar jurídica e balizando ideias apontadas pela historiografia disponível, podemos alcançar elementos do cotidiano, como a alimentação, o deslocamento, a relação dos combatentes com a fé, a influência do clima no dia a dia, os acampamentos e alguns perigos iminentes.

⁴ A eclosão de uma guerra civil intensa provocou o declínio da dinastia omíada na Península Ibérica ainda durante o reinado do califa Hixam II (976-1009). A fragmentação desse califado deu origem às chamadas taifas, pequenos reinos muçulmanos independentes, como Granada, Sevilha, Valência, Zaragoza, Córdoba, Toledo, entre outros. A queda do califado omíada de Córdoba representou uma profunda retração política da presença muçulmana na região. Essa fragilidade provocada pela instabilidade sucessiva e pelo isolamento político das taifas permitiu o fortalecimento dos reinos de Castela e Leão.

Esta dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, abordamos os elementos gerais da teoria da guerra na Idade Média, além de expor nossa perspectiva teórica do que consideramos cotidiano e de como ele pode ser analisado em certas tipologias.

A ideia foi promover uma compreensão das estratégias no sentido logístico do combate para garantir o entendimento da dinâmica das hostes no contexto estudado, analisando, também, o aspecto jurídico dos processos de recrutamento, financiamento, perpassando elementos hierárquicos presentes nas tensões entre a nobreza para evidenciar os mecanismos de formação e de execução das campanhas militares. Depois disso, buscamos discorrer sobre teorias interpretativas das fontes empregadas a partir da perspectiva do estudo do cotidiano.

No segundo capítulo, articulamos uma discussão de aplicações práticas da atividade militar no reinado de Fernando III, debatemos passagens como das suas maiores conquistas, Córdoba (1236) e Sevilha (1248), referenciando incursões relevantes para demonstrar o desenvolvimento de operações bélicas organizadas pelo monarca.

Em seguida, apresentamos o conceito de Reconquista, diante dos debates em curso sobre a validade do termo e apresentando o que pretendemos evocar ao utilizá-lo. E, por fim, abordamos a relação da religiosidade com os confrontos. Afinal, a compreensão da fé é essencial para a análise das atividades militares em questão, já que esse fator impactava diretamente a prática da guerra desde o aspecto da sua justificação até suas limitações, explicações da fundamentação do uso da violência por tropas cristãs, entre outros.

Por fim, no terceiro capítulo, discutimos como o cotidiano das tropas aparece, efetivamente, nas fontes que trabalhamos. Elencamos tópicos já mencionados, tratando sobre as viagens, a influência do clima, as estruturas utilizadas e a vida nos acampamentos, a alimentação e a relação com o sagrado dos guerreiros para debater os elementos cotidianos possíveis tomando-se por base os documentos.

CAPÍTULO I

A GUERRA E O COTIDIANO NA IDADE MÉDIA

1.1 A prática da guerra na Idade Média

A prática da guerra foi recorrente na Península Ibérica ao longo de toda a Idade Média. Desde a chegada dos muçulmanos, em 711, e dos primeiros enfrentamentos em 718, com a efetivação do conflito de resistência a partir de 722, marcado pela Batalha de Covadonga, até a tomada de Granada, último território ocupado pelos muçulmanos sob o emirado governado pela dinastia Nacérida, recuperado pelos Reis Católicos entre 1482 e 1492, a região esteve envolvida nos conflitos da Reconquista.

Houve períodos de trégua, porém os avanços bélicos, de ambos os lados, foram recorrentes até o século XIII, quando situamos nosso recorte temporal. Francisco J. Díaz González (2003), no artigo *La regulación de la guerra en los fueros de la provincia de Guadalajara*, abordou como os serviços militares foram praticados na península, classificando-os como práticas ofensivas ou defensivas. A exposição do teórico demonstra a regulação jurídica como ferramenta para o controle de situações frequentes naquele contexto.

Por sua vez, a crescente frequência de campanhas bélicas também acompanhou a multiplicação de documentos jurídicos de cunho militar:

A respeito da Espanha, precisamos destacar a riqueza legislativa militar presente nos foros dos séculos XII e XIII que contrasta evidentemente com a parcimônia dos anteriores. Aquela foi a época mais interessante e frutífera no âmbito do Direito Militar ao longo da Idade Média espanhola (MOXÓ, 1961, p. 13, tradução nossa)⁵.

⁵ No original: “Por lo que respecta a España, hay que destacar la riqueza legislativa militar contenida en los fueros de los siglos XII y XIII que contrasta evidentemente con la parquedad de los anteriores. Fué aquella época la más interesante y fructífera dentro del ámbito del Derecho Militar a lo largo de la Edad Media española” (MOXÓ, 1961, p. 13).

Diante de um marco temporal representado pelo século XI – sobretudo por conta da divisão política entre os reinos muçulmanos – até o século XIV, as Coroas cristãs, anteriormente limitadas a ocupar o norte do território peninsular desde a invasão muçulmana (resultado da expansão do Califado Omíada), começaram a conquistar espaço em direção ao Sul (PORTELA, 2017, p. 878).

As hostes passaram a ser realizadas em diversos contextos a fim de anexar terras. Para abordá-las, resgatamos, brevemente, uma discussão logística que passa pela compreensão de estratégias militares centrais à articulação teórica da guerra no período. Com fundamento no estudo de um clássico sobre batalhas medievais, o livro *Medieval warfare* (1999), objeto da contribuição de vários teóricos, podemos apreender aspectos relevantes sobre o tema. Debatendo o contexto ocidental europeu, Richard Jones (1999, p. 163) garantiu que a construção de defesas físicas mais elaboradas produziu uma nova forma de guerrear: o cerco.

De acordo com o historiador, é possível localizar alguns precedentes históricos dessas defesas e avaliar como elas se desenvolveram para se consolidarem da maneira como são percebidas no século XIII:

As defesas pré-históricas foram designadas para proteger grandes áreas nas quais cada comunidade vivia. Mas em seus corações estava o desejo de uma elite de defender seus próprios interesses, geralmente poder e riqueza. Essas primeiras fortificações eram baseadas em uma linha simples, ou linhas, de defesa, que exploravam altura e profundidade através de uma série de bancos e valas. Elas se tornaram mais complexas com o passar do tempo, incorporando o desenvolvimento de ideias defensivas vistas na entrada ocidental do Maiden Castle, em Dorset, onde os ataques foram canalizados para ‘corredores’ bem protegidos entre as defesas construídas. Ecos dessas medidas pré-históricas – o simples circuito de defesas em torno de grandes comunidades pode ser encontrado nos ambientes urbanos do Império Romano. No vácuo político criado pela retração do poder romano, evidências arqueológicas também mostram que esses castros foram reocupados no início do período medieval. Claramente houve uma continuidade da prática defensiva ligando o castro pré-histórico com as muralhas medievais (JONES, 1999, p. 163, tradução nossa)⁶.

⁶ No original: “Prehistoric defences were designed to protect large areas within which communities lived. But at their heart was the desire of an elite to defend its own interests, generally power and wealth. These early fortifications were based on a simple line, or lines, of defence, exploiting height and depth through a series of banks and ditches. These became more complex over time, incorporating the developed defensive ideas seen at the western entrance of Maiden Castle, Dorset, where those attacking were channelled along well-protected ‘corridors’ between the built up defences. Echoes of these prehistoric measures – the simple circuit of defences surrounding large communities can be found in the urban enceintes of the Roman Empire. In the political vacuum created by the retreat of Roman power, archaeocological evidence also shows that such hillforts were reoccupied in the early medieval

Os modos de combater eram divergentes de acordo com cada local e com o recorte temporal em questão. Além disso, o uso de certas armas foi empregado com maior ou menor frequência a depender do contexto. Ainda, os exércitos eram compostos de formas distintas em cada caso, podendo ser predominantemente pagos ou amadores. E até mesmo as fortificações tiveram funcionalidades múltiplas a depender de cada situação (NICHOLSON, 2004, p. 5). Apesar dos argumentos elencados, localizaremos alguns aspectos gerais válidos para a realidade social que buscamos atingir.

A logística militar utilizada por Fernando III deve ser compreendida de acordo com o modo de guerrear da Idade Média. As guerras por conquista de posição, em que os combatentes buscavam dominar pontos fortes antes de organizarem novas ofensivas contra os seus inimigos, desenvolveram-se e apresentaram suas especificidades no período, principalmente, devido ao processo de desenvolvimento dos armamentos e das fortificações (GARCÍA FITZ; AYALA MARTÍNEZ; ALVIRA CABRER, 2018, p. 20). Esse tipo de investida foi abundante no reinado do monarca.

Como pontua Jan Frans Verbruggen (1997):

As guerras medievais podem ser de duas formas. Na primeira, o objetivo da guerra é derrubar o inimigo para torná-lo politicamente isolado ou militarmente impotente. Da segunda maneira, o objetivo é meramente ocupar alguns castelos, torres ou uma região para que o conquistador possa anexá-las ou usá-las para barganhar negociações de paz. As duas formas de guerrear podem ser estudadas ao longo dos períodos (VERBRUGGEN, 1997, p. 276, tradução nossa)⁷.

Assim, percebemos que, embora existissem diferentes formas de guerrear, por norma, as campanhas militares visavam à conquista de pontos-chave. Como ressaltamos, as fortificações representavam o principal elemento das batalhas. Portanto, a conquista dos pontos fortes era essencial para o domínio de algumas regiões estratégicas. Entretanto, não é possível negar que batalhas campais tenham

period. Clearly there was a continuity of defensive practice linking the prehistoric hillfort with medieval town walls" (JONES, 1999, p. 163).

⁷ No original: "Medieval wars can be of two kinds. In the first kind the objective of the war is to overthrow the enemy, to render him politically helpless or militarily impotent. In the second kind the objective is merely to occupy some castles, towns or a region so that the conqueror can annex them or use them for bargaining at the peace negotiations. These two kinds of war can be studied through the ages" (VERBRUGGEN, 1997, p. 276).

ocorrido, mesmo que em menor número se compararmos suas incidências com a Antiguidade ou o período moderno (MORETTI JUNIOR, 2015, p. 17)⁸.

As conquistas de fortalezas ocorriam de diferentes maneiras. No contexto em questão, ainda que fossem menos usuais, armamentos pesados, como manganelas⁹, balistas¹⁰, trabucos¹¹ e outros maquinários de médio ou longo alcance, poderiam ser operados¹² (JONES, 1999, p. 174). Esses equipamentos utilizavam mecanismos de torção ou de contrapeso, porém envolviam um alto custo.

Por outro lado, invasões furtivas eram alternativas para evitar que os cercos se estendessem por meses. Dominar silenciosamente algumas fortalezas, escalando-as, por exemplo, embora representasse uma alternativa mais veloz, recorrentemente não resultava em sucesso diante de fortificações bem defendidas.

Nas operações militares estudadas, a estratégia mais comum envolvia partir com exércitos armados, que frequentemente buscavam sitiá-los, cercá-los completamente e desgastá-los para dominar suas fortalezas. Para tanto, a deterioração emocional era alcançada por meio do isolamento político e do esgotamento de mantimentos. As tropas, mesmo quando não podiam efetivar um cerco, procuravam destruir plantações e sabotar o acesso dos inimigos aos alimentos (GARCÍA FITZ, 2001).

Sendo assim, embora o número de homens que compunham a infantaria seguisse maior do que o número de cavaleiros montados, a dominância militar desse último grupo assegurava as técnicas e estratégias mais mortais da Idade Média

⁸ A maior incidência desse tipo de confronto em lugar da clássica imagem reproduzida no senso comum de que a batalha medieval seria, essencialmente, uma luta em campo aberto produziu polêmicas historiográficas pelo menos até o século XIX. O renomado general prussiano Carl von Clausewitz (2014) engendrou e divulgou problemáticas das mais reproduzidas no âmbito da História Militar no período.

Para o autor do célebre *Da guerra*, era nítido que a Idade Média representou um momento de estagnação e de ausência de inovações no que diz respeito às estratégias militares (VON CLAUSEWITZ, 2014). Hoje, a falsa polêmica está superada, já que se tornou um consenso historiográfico afirmar que as táticas militares se alteram conforme as necessidades de cada tempo; com o medieval não foi diferente. É possível verificar mudanças ao passo que compreendemos as particularidades do objeto que analisamos.

⁹ Máquinas para lançamento de projéteis menores, como pedras e flechas. Eram menos precisas do que o trabuco. Possuíam um único braço de torção e sua força resultava da tensão de cordas retorcidas (BRADBURY, 2004, p. 316).

¹⁰ Funcionavam de maneira similar aos arcos. Utilizadas, geralmente, para lançar projéteis pontiagudos, a tração vinha de uma única corda. Também era chamada de besta (BRADBURY, 2004, p. 312).

¹¹ Engenhos para lançamento de projéteis de grande porte utilizando contrapeso. O uso desse maquinário foi comum nas operações militares de Fernando III (RUIZ MORENO; REBOLLO GARCÍA, 2008, p. 722).

¹² Catapultas e canhões também poderiam ser utilizados a depender do contexto (BRADBURY, 2004, p. 312).

(DEVRIES; SMITH, 2007, p. 116). Ainda que as defesas visassem anular ou reduzir o impacto bélico da cavalaria, o bloqueio envolvia a utilização dos animais como meio de transporte, seja nas redondezas do acampamento, seja no deslocamento até os campos de batalha (NICHOLSON, 2004).

Nesse ponto, é válido apresentar como, em linhas gerais, o combatente medieval se desenvolvia e se equipava a partir de certos marcos históricos que provocaram mudanças expressivas na forma do combate ocidental:

A guerra medieval foi caracterizada pelo papel dominante da cavalaria pesada. Essa preponderância, que data das invasões bárbaras do século IV, pode ser atribuída, em grande parte, à excelência de seus equipamentos, que incorporaram diversas inovações técnicas. A sela alta, com suportes atrás e na frente, e estribos, permitia que um cavaleiro permanecesse firme na sela durante uma incursão rápida. Os cascos dos cavalos de guerra eram protegidos por sapatos, assim, eles aguentavam viajar mais rápido e mais longe. Os guerreiros estavam envoltos em longas couraças de couro e armados com lanças compridas, ou eram habilidosos como arqueiros. Além disso, esses nômades também tinham a vantagem natural de serem habitantes das estepes e, portanto, cavaleiros e guerreiros natos cujas duras condições de vida os tornavam superiores aos seus adversários romanos. O clima severo havia endurecido seus corpos, e eles tinham a estratégia instintiva que viver em espaços abertos os ensinara. A ascensão dessa cavalaria blindada pôs fim à supremacia das legiões romanas e provocou uma revolução na arte da guerra. Entre os francos, porém, os homens a pé permaneceram por muito tempo como a principal força de combate, mas no final também seguiram a tendência evolutiva geral para um exército de cavalaria blindada (VERBRUGGEN, 1997, p. 19, tradução nossa)¹³.

Em contextos distintos, os conflitos promoveram incorporações de estratégias, bem como influenciaram o desenvolvimento de melhores equipamentos e fortificações

¹³ No original: "Medieval warfare was characterised by the dominant role of the heavy cavalry. This preponderance, dating from the barbarian invasions of the fourth century, may be ascribed largely to the excellence of their equipment, which incorporated several technical innovations. The high saddle, with supports behind and before, and stirrups, made it possible for a cavalryman to remain firmly in the saddle during a rapid charge. The hooves of the warhorses were protected by shoes, so that they could travel faster and further. The warriors were encased in long leather cuirasses, and were armed with longish lances, or they were skilled as archers. In addition, these nomads also had the natural advantage of being steppe-dwellers and therefore born horsemen and fighters, whose hard living conditions made them superior to their Roman adversaries. The harsh climate had toughened their bodies, and they had the instinctive strategy which living in wide open space had taught them. The rise of this armoured cavalry put an end to the supremacy of the Roman legions, and brought about a revolution in the art of war. Among the Franks, however, men on foot remained the principal fighting force for a long time, but in the end they too followed the general evolutionary trend towards an army of armoured cavalry" (VERBRUGGEN, 1997, p. 19).

ao longo do tempo. A herança romana impactou decisivamente o cavaleiro medieval como pode ser entendido na Idade Média Central. Ainda assim, os inimigos dos romanos – muitos deles responsáveis por vitórias em grandes batalhas – influenciaram muito a incorporação de elementos militares empregados cada vez mais com o passar do tempo (VERBRUGGEN, 1997).

Determinantes para os êxitos em batalha, as estratégias e o planejamento de guerra são essenciais para o investigador que busca entender como viviam os guerreiros nas hostes. Ao compreendermos a prática das atividades militares no período, percebemos demandas da vida ordinária desses sujeitos, como a preocupação com mantimentos, os longos períodos de escassez, as adversidades nos acampamentos, as problemáticas de deslocamento para a viagem de guerra, o temor em relação ao clima, as necessidades de armamentos, as dificuldades em relação aos custos de campanha etc.

O fenômeno bélico é essencial para o entendimento histórico até mesmo das sociedades modernas, ainda mais quando abordamos a história de sociedades que foram organizadas pela guerra e para a guerra, como é o caso dos reinos peninsulares medievais (LOURIE, 1966, p. 54). Francisco García Fitz (2010, p. 172) chega a afirmar a indissociabilidade da atividade guerreira das estruturas fundamentais dessas sociedades.

1.2 Os serviços militares como componentes de ordenamento dos conflitos

Adiante, refletiremos sobre como a guerra, após sua legitimação político-religiosa, até mesmo por conta da sua dinâmica de ação, provocou uma elaboração e regulamentação jurídica de acordo com as propriedades da sociedade medieval. Como já mencionamos, a partir dos séculos XII e XIII, verificou-se a multiplicação de documentação de cunho jurídico nos foros (MOXÓ, 1961).

Como aponta Antonio Palomeque Torres (1944, p. 207), os foros municipais da Espanha são herança de um direito militar medieval articulado, principalmente, em áreas fronteiriças onde as invasões eram reincidentes. A frequência da guerra, que constantemente ilhava os atacados, acarretava a carência de regulações jurídicas que permitissem a continuidade da vida pública nesses momentos.

A velocidade de resposta bélica, sobretudo quando tratamos sobre os atacados, era crucial para a resistência, pois implicava diretamente sobre as possibilidades de autodefesa. Inspirados na tradição advinda do direito militar franco e germânico, os hispânicos se apropriaram de diversas premissas jurídicas desses povos, entre elas, as maneiras de recrutar, a imposição da obrigatoriedade do serviço militar e a disciplina adotada (PALOMEQUE TORRES, 1944, p. 208).

Pautados nos textos jurídicos e nas exposições deixadas pelos grandes cronistas do período, conseguimos alcançar parcialmente a atividade bélica no reinado de Fernando III e seu valor para os homens de sua época. Graças às obras jurídicas e às crônicas, atingimos elementos organizativos que eram cruciais para a prática da guerra, bem como aspectos que foram determinantes sobre a forma de viver dos indivíduos que habitavam a Península Ibérica no período em questão.

Para compreendermos como a expedição militar ocorria, é relevante observarmos o caráter mais básico dos processos de formação dos serviços. Assim, buscamos entender como a guerra era convocada, articulada e praticada de acordo com os serviços militares previstos pela dinâmica de poder no decorrer do medievo.

De acordo com Francisco Javier Díaz González (2003), se os foros municipais peninsulares nos permitem afirmar que as estratégias militares se articulavam em torno de duas maneiras de guerrear, defensiva e ofensivamente, importa perceber como o direito militar se articulou sobre essa premissa.

Regularmente, a historiografia costuma elencar quatro tipos principais de serviços militares presentes no contexto: *hueste*, *fonsado*, *apellido* e *cabalgada*. Com forte inspiração na tradição legislativa visigoda, o serviço militar era uma obrigação de todos os súditos de um rei. A partir da avaliação dos documentos, notamos que atender à expedição pública era um dever de todos os indivíduos, que deveriam se armar e compor os exércitos (DELL'ELICINE *et al.*, 2017, p. 171).

A obrigação militar era tamanha na *hispania* que é difícil distinguir a sociedade do próprio exército. O dever de acudir à expedição dentro das fronteiras era estendido a todos os homens entre 16 e 60 anos. A convocação régia era geral bem como as terras deveriam ser repartidas após a ocupação de territórios (LADERO QUESADA, 2010, p. 35).

Quanto à autoridade real, na redação do *Fuero Juzgo* (2018), percebemos o discurso hierárquico em favor dos monarcas na seguinte passagem:

Defendemos bem nossa terra e nosso reino pelas leis que fazemos quando podemos nos defender e temos quem nos defenda. Que possamos encontrar em nossa terra muitas pessoas que lutem por nós e que nos defendam. [...] portanto determinamos nesta lei que aqueles que são franqueados, e todos os outros que vieram deles, todos aguardem o rei na hoste; e o rei determina como devem andar e como devem fazer, e aquele que ficar em casa enquanto o rei faz hoste, e não quiser seguir o rei, como foi dito, seja levado em servidão daquele senhor que ele franqueou. Mas aqueles que se estabelecem na terra para algum negócio ordenado pelo senhor, ou pelo rei, ou pelo conde, ou por qualquer outra coisa, não tenham medo desta lei, já que não podem ir de nenhuma maneira (FUERO JUZGO, 2018, p. 171, tradução nossa)¹⁴.

Contudo, Maria J. García Vera e María C. Castrillo Llamas (1993) ressaltaram a importância e o prestígio conferidos aos sujeitos que compunham as campanhas militares. Eles colocavam a serviço do monarca seu corpo e suas armas; contudo, embora houvesse a obrigação, as autoras demonstram que eles eram gratificados para além da recompensa da fé. Dessa maneira, ainda que a hierarquia fosse presente, de modo geral, toda nobreza tinha interesses nos conflitos.

[...] não se deve estranhar que o guerreiro goze de grande importância na sociedade da época, pois, quando vai servir ao seu senhor, coloca à disposição deste seu corpo e suas armas. O alto custo do equipamento completo justificava a estima que outorgava a sociedade ao serviço prestado pelo guerreiro (GARCÍA VERA; CASTRILLO LLAMAS, 1993, p. 24, tradução nossa)¹⁵.

O direito à intimação para guerra era garantido, inicialmente, ao rei, porém havia, no século XIII, uma estrutura político-militar consolidada que conferia aos senhores amplo poder bélico. Os laços de vassalagem – embora resguardassem particularidades em relação ao feudalismo “tradicional” na Península Ibérica – permitiam que reis e senhores contassem com uma infantaria ou com homens a

¹⁴ No original: “Nos guardamos bien nuestra tierra e nostro regno por las leyes que fazemos estonz quando nos podemos defender de nostros enemigos, e avemos quien nos defenda. [...] por ende mandamos en esta ley que aquellos que son franqueados, e todos los otros que vinieren dellos, todos aguarden el rey en la hueste; hy el rey les mande cuemo devan andar, e cuemo devan fazer, e aquel que fincare en casa en el tiempo quel rey fiziere hueste, e non quisiere seguir el rey, assí cuemo es dicho, sea tornado en servidumbre daquel sennor quel franqueó. Mas aquellos non sean temidos por esta ley los que fincaren en la tierra por algún negocio de mandado del sennor, o del rey, o del conde, o por otra cosa tal, que por nenguna manera non pueden ir” (FUERO JUZGO, 2018, p. 171).

¹⁵ No original: “[...] no debe extrañar que el guerrero goce de gran importancia dentro de la sociedad de la época, pues cuando acude a servir a su señor pone a disposición de éste su cuerpo y sus armas. El alto coste del equipo completo justificaba la estima que otorgaba la sociedad al servicio prestado por el guerrero” (GARCÍA VERA; CASTRILLO LLAMAS, 1993, p. 24).

cavalo e, em alguns casos, comprassem a fidelidade de certos grupos com terras e soldados (PISNITCHENKO, 2016, p. 64). O pagamento também era comum nos casos em que os conflitos se estendiam por longos meses. Sendo assim, mercenários poderiam compor parte expressiva das tropas, e muitos senhores podiam contar com significativos exércitos particulares.

Entretanto, as hostes não eram o único dever militar do povoado. Além disso, a cavalgada e o *fonsado* (sendo esse último tratado por alguns autores como um termo distinto de *hueste*, embora não seja uma abordagem terminológica consensual) faziam parte da realidade de serviços juridicamente regulados do período.

A respeito da origem etimológica dos termos, podemos afirmar que, até o século VII, ir ao *fossatum* significava ir à guerra. No entanto, não há consenso historiográfico quanto à equivalência das expressões. Segundo Javier Alvarado Planas (2013), no *Liber Iudiciorum*, o termo "*fossatum*" diz respeito ao fosso ou limite territorial.

Para Eleonora Dell'Elicine *et al.* (2017, p. 171), a definição apresentada poderia significar que o *fonsado* designasse uma expedição militar com o dever de defender e segurar imediatamente uma fronteira sob ataque. Já para Rodán Jimeno Aranguren (2007, p. 37), *hoste* e *fonsado* eram sinônimos, ainda que esse último termo tenha sido mais empregado com o passar do tempo. De acordo com a dinâmica das relações de poder da época, ambos poderiam ser convocados não só por um monarca, mas por senhores e conselhos. Por conseguinte, poderiam ser patrocinados pelo rei, por um conselho, senhor ou arcebispo (DÍAZ GONZÁLEZ, 2003, p. 40).

Contudo, alguns autores salientam que as distinções entre *fonsado* e *hueste* estão definidas na magnitude que evocam. Essa última designaria uma expedição militar de grande alcance, em que um contingente maior de guerreiros deveria ser recrutado para a batalha. Por outro lado, para casos em que o conflito demonstrava ser mais simples, o *fonsado* era requisitado e, assim, menos indivíduos precisavam se juntar ao exército (UBIETO ARTETA, 1966, p. 93-100).

Como assevera Pierre Bonassie (1985), a expressão *hueste* é derivada do latim *hostis*. O autor pontua que o *ost*, no decorrer da Idade Média, foi utilizado para qualificar situações de guerra ou que se referissem à atividade guerreira. Ademais, a partir do século XI, os indivíduos que não possuíam recursos para atender ao chamado de guerra passaram a ter a opção de pagar taxas para substituir o serviço. Esse pagamento também foi chamado de *hoste* (BONASSIE, 1985, p. 115).

Ao longo do medievo, as expedições militares tornaram-se cada vez mais custosas, diminuindo o número de indivíduos que, de fato, poderiam arcar com as despesas oriundas dos armamentos, das armaduras e até mesmo do deslocamento para participar das batalhas. Portanto, no século XIII, quando Fernando III disputou territórios com os muçulmanos instalados na Península Ibérica, as campanhas se configuravam como um serviço bélico prioritariamente a cavalo que os nobres deviam ao rei ou a seus senhores (SILVA, 2011, p. 93).

Álvaro Alfredo Bragança Júnior (2011) evidencia que, após Carlos Magno (742-814), os cavaleiros passaram a ascender como o novo modelo de guerreiro, montado e com propósitos cristãos. Os desígnios eclesiásticos ficaram evidentes quando esse grupo passou a combater os muçulmanos em nome de Deus (BRAGANÇA JÚNIOR, 2011, p. 57-58). Esse é um processo que culminou na especialização do combate e na consolidação dos cavaleiros profissionalizados.

Após abordar as polêmicas sobre os significados de *fonsado* e *hueste*, utilizaremos a palavra “hoste” para nos referirmos a um exército expedicionário público ou privado. Adotando o sentido mais abrangente do termo, exploraremos as operações militares contra os muçulmanos organizadas por Fernando III para apreendermos sua aplicação prática.

Para além dos deveres jurídico-militares supracitados, diversos documentos hispânicos se referem ao *apellido* e às *cabalgadas*. Essa última é definida da seguinte maneira:

[...] dentre as guerras ofensivas, cabe destacar a cavalgada, uma rápida incursão a cavalo por terra inimiga, seguida, por norma, de um ataque surpresa a uma cidade, fortaleza ou acampamento, que tinha por finalidade a devastação dos campos, povoados e torres de defesa que se encontravam pelo caminho, fazendo prisioneiros e saqueando. Dos cavaleiros que compunham a cavalgada, destacavam-se grupos de vanguarda que saqueavam o território e, a esses grupos, chamaram *algaras* (DÍAZ GONZÁLEZ, 2003, p. 40, tradução nossa)¹⁶.

¹⁶ No original: “[...] dentro de la guerra ofensiva, cabe destacar la cavalgada, que era una rápida incursión a caballo por tierra enemiga, seguida, por regla general, de un ataque por sorpresa a una ciudad, fortaleza o campamento y que tenía por finalidad la devastación de los campos, poblados y torres de defensa que se encontraban al paso, haciendo prisioneros y recogiendo botín. De los caballeros que componían la cavalgada se destacaban grupos de vanguardia que saqueaban el territorio y a esos grupos se les llamó algaras” (DÍAZ GONZÁLEZ, 2003, p. 40).

O caráter ofensivo anunciado no trecho anterior demonstra a dinâmica da guerra no período. Entretanto, além dos já enunciados modelos de serviço militar previstos juridicamente, discorreremos sobre o *apellido*. Este poderia ser definido como um chamamento defensivo, do latim tardio *apellitum*. Diversos reinos hispânicos empregavam a palavra para se referir ao chamado dos vizinhos que estavam sendo ameaçados e precisavam de ajuda imediata (JIMENO ARANGUREN, 2007, p. 40).

Por fim, ressaltamos que consideramos a discussão do direito militar medieval essencial neste contexto. As fontes jurídicas revelam processos de reunião das tropas, bem como representam as relações hierárquicas, os custos materiais e outros aspectos das hostes. Trata-se de uma tipologia documental que, embora não protagonize esta investigação, oportuniza o preenchimento de uma série de lacunas históricas.

1.3 O cotidiano e a História: a vida em batalha

Como defendemos, o debate das hostes empreendidas na Idade Média, na maioria das vezes, restringiu-se aos aspectos estratégicos. Ainda que passe por uma apreensão semelhante, nossa proposta visa extrapolar o componente logístico e atingir o estudo de elementos da vida ordinária dos exércitos em campanha. Para tanto, prosseguimos com algumas discussões que ponderamos para nosso entendimento do conceito de cotidiano.

Os primeiros intelectuais das *Annales* procuraram romper com a História chamada positivista que imperava até então. Parte dessa corrente teórica hegemônica, de modo geral, postulava que os objetos eram dados pelas fontes e, portanto, deveriam ser narrados com propriedades meramente descritivas pelos historiadores, explicitando acontecimentos que se pretendiam “reais” do passado.

Como apresenta Peter Burke (2004, p. 124), no período posterior da crítica efervescente, que conheceu seu ápice na primeira metade do século passado, os historiadores associaram a narrativa à hipervalorização dos eventos e grandes feitos de indivíduos. Por outro lado, para os positivistas do século XIX, os grandes políticos e figuras militares, destacados dos homens comuns, eram objetos centrais da ciência histórica.

Eloy Benito Ruano (1998, p. 11) ressalta que, até então, o excepcional, o único, os grandes feitos e os personagens extraordinários representavam o movimento histórico. Com a consolidação da nova concepção, todas as ações e produções humanas poderiam ser analisadas sob a perspectiva histórica. Segundo o autor, apenas a partir dessa reorganização teórica é que o cotidiano surge como possibilidade para a História, já que ela representa um sistema funcional que possui elementos suficientes para caracterizar múltiplas formas de viver.

Para alcançar o cotidiano como horizonte de debate elaborado com base em uma nova concepção de História, alguns teóricos propuseram certas interrogações que visamos transpassar em nossa argumentação. Luis Castells (1995) afirmou que a questão problemática da conceituação do cotidiano se dá pela imprecisão na definição da abordagem sugerida. De acordo com o autor, a escassa teorização é notória quando se trata de História cotidiana.

Em *História da vida privada: dilemas, paradigmas, escalas*, Ronaldo Vainfas (1996) apresenta ao leitor a coleção clássica *História da vida privada* (1985), que conta com autores como Georges Duby e Philippe Ariès. A obra compreende cinco volumes nos quais se discute esse objeto em um recorte temporal pretensioso que vai desde a Antiguidade até o momento presente do escrito. Todavia, nota-se, segundo R. Vainfas (1996, p. 11-12), a dificuldade imposta pela inexatidão teórica.

O historiador resgata uma argumentação conduzida por Georges Duby na coleção em questão, na qual este sustenta que a vida privada (o ambiente particular, quase em sentido familiar) é distinta do cotidiano (expresso pelo individualismo). Entretanto, essa noção é pouco sustentável, e os dois campos – do cotidiano e da vida privada –, ainda que não sejam intercambiáveis, reúnem semelhanças (VAINFAS, 1996).

Sobre suas definições gerais e justificando nossa opção pela ideia de cotidiano, evocamos, mais uma vez, o texto de R. Vainfas (1996):

Cotidiano é conceito que diz respeito ao tempo, sobretudo ao tempo longo, seja no plano da vida material, seja no plano das mentalidades ou da cultura, embora possa ser operacionalizado na dimensão restrita de uma cidade, uma região, um segmento social, um grupo socioprofissional. Mas é conceito mais passível de ligar-se às estruturas e ao social global, como indica aliás parte da historiografia que o adota. Vida privada é conceito mais explicitamente ligado à domesticidade, à familiaridade ou a espaços restritos que podem emular a privacidade análoga à que se atribuiu à família a partir do

século XIX. Não vejo, porém, razão para pensá-los como necessariamente excludentes, uma vez que a dimensão da familiaridade ou da intimidade pode ou deve ser perfeitamente percebida na cotidianidade, entendida a última conforme expus linhas acima (VAINFAS, 1996, p. 14).

Isso posto, ainda que a vida privada, como conceituou o autor, possa ser abarcada pela proposta que delineamos como História cotidiana, esclarecemos que não é esse o nosso objeto. Versar sobre cotidiano representa, para nós, uma possibilidade mais ambiciosa de associação com um determinado contexto sociocultural.

Ademais, certos autores também propuseram, ao longo de um debate crescente – embora ainda não suficientemente sólido (GUARINELLO, 2004, p. 21) –, que a discussão de cotidiano só seria possível após o estabelecimento do capitalismo, invalidando recortes históricos anteriores. Para esses autores, o argumento mais divulgado defendia que “a descrição dos elementos do cotidiano (trabalho – família e vida ‘privada’ – atividades de lazer) implica, necessariamente, uma alienação” (LEFEBVRE, 1991, p. 32, tradução nossa)¹⁷.

Nos termos utilizados por Henri Lefebvre (1991), o cotidiano seria um produto do capitalismo à medida que é alienante, visto que expressa ações sobre as quais os seres humanos geralmente não refletem e, em razão disso, agem passivamente diante das práticas ordinárias.

Entretanto, outros autores propuseram críticas válidas para o entendimento dessa abordagem em um sentido não passivo. Um exemplo dessa linha alternativa é apresentado pela obra de Michel de Certeau (1994).

Ao examinar um texto como *La cultura en plural* (1994), um leitor desatento poderia supor que a abordagem descentralizada da cultura, sobre a qual discorre o teórico, promove uma compreensão de que os sujeitos e indivíduos agem de acordo com suas próprias vontades; no entanto, ressalta o autor, estes se realizam apenas sob a determinação de relações sociais. Ainda assim, não podemos afirmar que se trata de seres meramente receptivos. Notamos que a vida cotidiana, como é defendida pelo teórico francês, passa a ser percebida pelo autor como uma esfera onde ocorrem transformações expressivas, nas quais os sujeitos exercem papéis de protagonistas (MORALES, 2011, p. 2095).

¹⁷ No original: “The discreteness of the elements of the everyday (work – family and ‘private’ life – leisure activities) implies an alienation” (LEFEBVRE, 1991, p. 32).

Em sua metodologia, que visa apreender a vida ordinária, Michel de Certeau (1998) trata de alguns fenômenos importantes para nós. Além de abordar a não passividade dos sujeitos, segundo ele, focando as práticas sociais vivenciadas no cotidiano, o historiador acessa aspectos fundamentais da realidade social de um determinado contexto.

O condicionamento social ativo – ou seja, a prática da História cotidiana em que os homens produzem experiências, interpretam a vida e se apropriam das condições dadas em determinada sociedade (LÜDTKE, 1995, p. 49-50) – contrasta com a perspectiva defendida por autores como Henri Lefebvre (1991).

A postura ativa e a atuação dos sujeitos históricos dentre as margens do cotidiano são sustentadas por diversos sociólogos que se dedicaram a avaliar a historicidade da vida dos homens comuns. Para José Maurício Domingues (2003):

É claro, indivíduos e sistemas sociais menores, mais estáveis ou efêmeros, decerto contribuem para a mudança e a reprodução históricas, seja por meio de desejos e projetos explícitos, seja a partir de consequências não intencionais da ação e do movimento que indivíduos e coletividades produzem ao perseguirem suas metas [...] (DOMINGUES, 2003, p. 475).

Ao contrário, defendemos, em nosso estudo, que a vida ordinária, ainda que possa implicar atividades espontâneas e frequentemente pouco racionalizadas, representa um espaço de ação que não está marginalizado das transformações sociais. Sendo assim, o ordinário não está excluído da compreensão histórica, uma vez que os usos e costumes também estão no centro da História (HELLER, 2016).

José Paulo Netto (2000), no texto *Para a crítica da vida cotidiana*, em concordância com György Lukács, pontua que a vida cotidiana é “insuprimível”. Para ele, não há sociedade sem cotidiano, nem homem sem cotidianidade. Espaço-tempo de produção, reprodução e constituição social, mesmo que de formas distintas nos mais variados contextos históricos, tornam o cotidiano ineliminável (NETTO, 2000, p. 66).

Agnes Heller, referência no debate teórico sobre o conceito de cotidiano, abre o primeiro capítulo do livro *Everyday life* (1984) com a seguinte exposição:

Se os indivíduos devem reproduzir a sociedade, devem reproduzir a si mesmos enquanto indivíduos. Nós podemos definir o “cotidiano” como o agregado dos fatores de reprodução que, *pari passu*, torna a

reprodução social possível. Nenhuma sociedade pode existir sem reprodução de indivíduos, e nenhum indivíduo pode existir sem autorreprodução. O cotidiano existe, então, em toda sociedade; de fato, todo ser humano, seja qual for seu lugar na divisão social do trabalho, tem seu próprio cotidiano. Mas não podemos dizer que o conteúdo e a estrutura da vida cotidiana são iguais para todos os indivíduos em todas as sociedades. A reprodução do ser é sempre do ser concreto: do ser ocupando um determinado espaço em uma determinada sociedade. As atividades requeridas para reprodução de um escravo ou um pastor são muito diferentes daquelas requeridas para reprodução de um habitante de uma *polis* ou de um trabalhador da cidade (HELLER, 1984, p. 3, tradução nossa, grifos da autora)¹⁸.

Para a filósofa húngara, portanto, o gênero humano compartilha certas necessidades naturais que fazem parte da elaboração dos hábitos, afinal, todo animal precisa se alimentar e dormir, por exemplo. Ainda assim, cada sociedade possui suas particularidades nessas relações com o natural, tendo em vista que até mesmo a nossa relação com a água foi alterada com o passar do tempo, como mostra um historiador francês ao abordar o processo de taxaço desse recurso natural e da restrição do seu acesso (ROCHE, 2000, p. 27).

Agnes Heller (1984) defende que, ao nascer, os sujeitos são condicionados a aprender certas práticas necessárias para a vida em sociedade no ambiente em que estão inseridos. Isso ocorre de acordo com particularidades resultantes da função que ocupam, do ambiente em que vivem, das suas condições de vida etc. De qualquer maneira, o cotidiano surge como um plano no qual podemos investigar certas determinações sociais de um contexto histórico. A autora Maria do Carmo Brant de Carvalho (2000, p. 24) corrobora esse argumento dizendo que, além de a experiência da cotidianidade ser diferente em cada época histórica, é nessa esfera de ação que percebemos o homem concreto.

No âmbito do cotidiano, o sujeito age no seu ambiente imediato. “Na vida cotidiana o homem aprende as relações sociais e as reproduz enquanto instrumento de sobrevivência”, sustenta Maria do C. B. de Carvalho (2000, p. 26). Assim, o sujeito

¹⁸ No original: “If individuals are to reproduce society, they must reproduce themselves as individuals. We may define ‘everyday life’ as the aggregate of those individual reproduction factors which, *pari passu*, make social reproduction possible. No society can exist without individual reproduction, and no individual can exist without self-reproduction. Everyday life exists, then, in every society; indeed, every human being, whatever his place in the social division of labour, has his own everyday life. But this is not to say that the content and structure of everyday life are the same for all individuals in all societies. Reproduction of the person is always of the concrete person: the concrete person occupying a given place in a given society. The activities required to reproduce a slave or a shepherd are quite different from those required to reproduce the inhabitant of a polis or a city worker” (HELLER, 1984, p. 3).

apreende, significa e ressignifica, com base em suas interações sociais, sua maneira de viver. No cotidiano, a partir de práticas banais da vida humana, investigamos o homem em seu estado de sobrevivência diária.

Além disso, Agness Heller, em *O cotidiano e a História* (2016), sustenta que as atividades do dia a dia não são, necessariamente, cotidianas. Apresentamos um pesquisador que se apoia nas obras da filósofa para elaborar um entendimento teórico da configuração das práticas cotidianas:

[...] compreende como “cotidiana” toda atividade feita com o propósito de garantir a reprodução do indivíduo (o homem singular, em sua particularidade, lutando por seus interesses e sua sobrevivência), enquanto atividades “não cotidianas” são aquelas ligadas à reprodução da sociedade (progresso ontológico-social, desenvolvimento do humano-genérico) (MORALES, 2011, p. 2094).

Em outras palavras, como defende Agness Heller (2016), é por meio de ações que suspendem o caráter imediato da vida cotidiana, graças às práticas direcionadas ao humano-genérico, que a atuação do sujeito, excepcionalmente, se eleva ao gênero transbordando o caráter da cotidianidade (CARVALHO, 2000, p. 26-27).

As ações não cotidianas podem ser de efeito temporário (e, na maioria das vezes, são), atingidas a partir da arte, da ciência, da moral e do trabalho (CARVALHO, 2000, p. 27-28). No entanto, as grandes histórias contadas nos livros pelos historiadores se dão a partir de narrativas que retratam práticas não cotidianas que, mesmo assim, partem da vida cotidiana e a ela retornam. É nesse sentido que sustentamos que o cotidiano está no centro da História (HELLER, 2016).

Alegamos, portanto, que nossa pesquisa pretende promover uma abordagem com delimitações justificadas, ainda que em debate pela historiografia. Para operarmos com certos conceitos fundamentais ao que sugerimos enquanto estudo, recorreremos, sobretudo, à sustentação teórica proposta por Agness Heller (2016, 1984).

Segundo Norberto Luiz Guarinello (2004, p. 22), é graças ao estudo da vida ordinária que nos debruçamos sobre um espaço de objetivação no qual se acumula a cultura humana. Para o autor, é no cotidiano que o uso da linguagem, o manuseio de objetos e o sistema de hábitos se manifestam diretamente.

Por meio das fontes que utilizamos, buscamos as ações pouco imediatas, da vida ordinária no espaço-tempo, que são comuns a todos os seres humanos em todas

as épocas históricas. Assim, resguardando particularidades e trabalhando com os aspectos singulares, exploraremos o ambiente medieval com fundamento nas objetivações de homens que agiam de acordo com reproduções sociais estabelecidas pelo seu contexto histórico.

Ao defendermos uma perspectiva historiográfica que almeja demonstrar sua criticidade, recuperamos a arguição da professora Maria Dolores Barral Rivadulla (2009). A autora, ao examinar a arte medieval galega em busca de elementos cotidianos, questiona os aspectos vividos ou imaginados presentes nas obras (RIVADULLA, 2009, p. 265).

Esse debate voltará a ser explorado adiante, todavia importa notar como a *narrativização*¹⁹ de certos acontecimentos representados pode dificultar nosso acesso à vida cotidiana dos exércitos nas campanhas militares de Fernando III.

1.4 Sobre o texto narrativo e sua validade histórica

Este item visa apresentar uma breve reflexão sobre a narrativa, característica das crônicas medievais que discutiremos no item seguinte, e a escrita da História. A ciência histórica foi atingida por diversas críticas de distintas correntes historiográficas ao longo do século XX. A Escola dos *Annales*, como ficou conhecido o movimento que propôs grandes renovações no fazer histórico, foi responsável por divulgar críticas à historiografia “historicizante” popularizada no século XIX.

Autores classificados como positivistas foram criticados por pretenderem atingir os fatos como realmente ocorreram, ressalta François Hartog, no capítulo intitulado *A arte da narrativa histórica*, publicado no livro *Passados recompostos: campos e canteiros da História*, de 1998, organizado por Jean Boutier e Dominique Julia. Para o historiador francês, as críticas dos intelectuais ao método utilizado anteriormente acabaram recaindo sobre a utilização do tipo narrativo sem que, no entanto, realizassem as devidas discussões sobre a narratividade na História (HARTOG, 1998, p. 194-195).

¹⁹ Instrumentalizamos o conceito como foi apresentado por Leonardo Funes (2004), para quem os elementos que envolvem a elaboração de uma narrativa também impõem a ela certos contornos que a fazem se distinguir da realidade que pretende alcançar.

Para François Hartog (1998), os teóricos das *Annales* procuraram romper com a História positivista. Essa última postulava que os objetos eram dados pelas fontes e, portanto, deveriam ser narrados pelos historiadores explicitando acontecimentos reais do passado. Como apresenta Peter Burke, no livro *O que é História Cultural?*, publicado em 2004, nesse período de crítica, os historiadores associaram a narrativa à hipervalorização dos eventos e feitos de indivíduos. Para os positivistas, os grandes sujeitos, destacados dos homens comuns, eram objetos centrais da ciência histórica (BURKE, 2004, p. 124).

Assim, em *História: a arte de inventar o passado* (2007, p. 20), Durval Muniz Albuquerque Júnior ressalta que, no Brasil, entre os anos 1930 e 1950, o historiador se tornou aquele sujeito que rejeitava as sequências de acontecimentos e que discutia categorias coletivas, conceitos macros, estruturais e abstratos. De acordo com o autor, esses historiadores, ao rejeitarem os métodos chamados de positivistas, buscavam analisar a continuidade do processo histórico e eliminar as individualidades.

François Hartog (1998, p. 196) afirma que esse período representou um eclipse da narrativa. Segundo ele, apoiados nas abordagens das Ciências Sociais, os historiadores trataram de discorrer sobre fatos sociais totais, estruturas econômicas e sociais, além de assuntos conjunturais. Ademais, os debates eram apresentados seguindo o tempo social, isto é, lento e semelhante à longa duração sugerida pelos teóricos das *Annales*. Como explica o intelectual brasileiro, essa concepção remetia ao comum emprego de categorias trans-históricas, bem como de abordagens metafísicas que enfatizavam a permanência e a continuidade (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 20). Conforme expõe o autor, nosso campo só reorganizou essas noções tomando por base a virada linguística, que retomaremos ao expor o processo de narrativização.

Segundo Paul Ricoeur (2007), toda história tem ligação com a narração e com a ficção. O filósofo apresenta uma proposta inovadora sobre o assunto em seu livro *A Memória, a História, o Esquecimento*. No entanto, antes de aprofundar o debate sobre o aspecto ficcional da História e as proposições de Paul Ricoeur, cabe discutir os principais pontos do movimento da disciplina histórica até então. Recuperaremos alguns tópicos desse período inicial da História em diversos momentos, a fim de articular os principais elementos da narrativa histórica e demonstrar o que é resgatado por ela e o que recebe novos contornos.

Antes, entretanto, cabe mencionar como medievalistas têm desdobrado essa questão. Mesmo que alinhados com o decurso das grandes influências historiográficas, já que o questionamento central desses teóricos também se aplica à possibilidade de recuperar um sentido histórico presente nas fontes diante da questão interpretativa que envolve o aspecto literário da historiografia, bem como sustenta Gabrielle Spiegel (1990, p. 59), há uma dimensão ainda mais interessante da síntese argumentativa que propõe, por exemplo, Jaime Aurell (2016).

O historiador espanhol aponta como a revisão do paradigma da impossibilidade em acessar o passado “como teria ocorrido de fato” colocado pelos historiadores a partir do século XX se aproxima da compreensão medieval do fazer histórico. Para ele, as ferramentas desenvolvidas pelos pós-modernos, em contraste com os teóricos historicizantes, podem promover um entendimento mais apurado dos textos medievais, percebendo sua coerência de acordo com sua própria realidade literária (AURELL, 2016, p. 129). Segundo o autor:

O mundo pós-moderno, com uma maior atração pelo irracional e pelo emotivo, tem desenvolvido ferramentas teóricas mais capazes de analisar os textos históricos medievais. Produz-se, assim, uma conexão direta entre os valores medievais e pós-modernos que tem gerado uma ponte que, paradoxalmente, considera a modernidade como uma “Idade Média” entre elas duas (AURELL, 2016, p. 129, tradução nossa)²⁰.

Para tanto, cabe uma breve abordagem sobre qual historiografia se tem deixado de lado para adoção de metodologias mais compatíveis com essa compreensão da narratividade medieval. No século XIX, a historiografia alemã estava inserida em um movimento que buscava relatar acontecimentos do passado, isto é, como ocorreram. No entanto, ao expor acontecimentos sequenciais, os autores acreditavam esgotar a operação historiográfica. A partir dos documentos, eles retratavam o acontecido de acordo com uma perspectiva que imaginavam expressar um processo contínuo que conduzia para o progresso (HARTOG, 1998, p. 198).

As críticas dos historiadores das *Annales* e dos teóricos marxistas promoveram uma mudança de enfoque já mencionada; era o marco da predominância estrutural:

²⁰ Do original: “El mundo posmoderno, con una mayor atracción por lo irracional y lo emotivo, ha desarrollado unas herramientas teóricas más capaces de analizar los textos históricos medievales. Se produce así una conexión directa entre los valores medievales y posmodernos que han generado un puente que, paradójicamente, considera la modernidad como una ‘Edad Media’ entre ellas dos” (AURELL, 2016, p. 129).

os elementos econômicos e sociais passaram a protagonizar a historiografia. Contudo, como destaca François Hartog (1998, p. 197), até mesmo as histórias mais estruturais pertencem ao domínio da narrativa.

Paul Ricoeur (2007), ao se referir à representação historiadora, menciona a tradicional oposição entre história-narrativa e história-problema. Para o autor, em uma tentativa de rompimento, muitos autores associaram a narrativa à perspectiva da história-acontecimento, como propuseram os autores do século XIX – ou seja, de um conceito de evento fugaz e não repetível – com a narrativa que veiculavam. Assim, Paul Ricoeur (2007, p. 252-253) afirma que isso ocorreu por uma concepção pobre do que é acontecimento e do que é o discurso narrativo.

O filósofo também destaca que correntes narrativistas, sobretudo com os autores de Língua Inglesa, se opuseram à ideia de que a história-problema teria substituído a história-narrativa. Para estes, a narrativa satisfazia a necessidade compreensiva/explicativa da História, já que compreendê-la era, necessariamente, entender os fatos relatados e a sequência de acontecimentos que a integram (RICOEUR, 2007, p. 117).

Contudo, a história-narrativa apenas coloca em primeiro plano os acontecimentos e os indivíduos. Ao buscarem a consolidação da disciplina como ciência, os historiadores tentaram ao máximo se afastar da ficção. Ao contrário dos positivistas, que criticavam, os intelectuais das *Annales* propuseram a longa duração que, para Paul Ricoeur, nada mais era do que uma narrativa eclipsada (HARTOG, 1998).

Paul Ricoeur (2007) propõe que a noção de acontecimento precisa ser ampliada para dar conta da narratividade histórica. O acontecimento, segundo o autor, deve ser compreendido como o acontecer que faz a ação avançar, compondo o que o filósofo chama de intriga; além disso, ele pode ser fugaz ou de longa duração.

Roger Chartier, em *A História Cultural entre práticas e representações* (1990, p. 82), em concordância com as postulações de Paul Ricoeur, pontua que toda escrita histórica ocorre mediante relato ou fórmulas de encenação em forma de intriga. Paul Ricoeur (2007, p. 117-118) esclarece o sentido de intriga – para a operação historiográfica – afirmando que esta conduziria uma ação complexa de uma situação inicial para uma situação terminal por meio de transformações regradas. Portanto, as escalas da escrita são relevantes para definir as intrigas inscritas nesse processo. Uma abordagem de micro-história, por exemplo, demanda construções narrativas

muito diferentes da macro-história; ainda assim, ambas precisam da narrativa como veículo.

Além disso, os personagens, outrora colocados em segundo plano, retornaram nessa retomada da narrativa no saber histórico com a função de operadores narrativos da mesma amplitude do acontecimento. Eles são agentes e pacientes das ações narradas, demonstra Paul Ricoeur (2007).

Peter Burke (2004) explica que os historiadores receosos com a retomada da narratividade preocuparam-se em entender como o formato poderia lidar com a História Social e Cultural. O modelo de Paul Ricoeur (2007), segundo o próprio autor, dá conta de integrar estrutura, conjuntura e acontecimento, uma vez que a intriga narrativa, sendo a unidade de sentido, permite a articulação.

Como apresenta Peter Burke (2004), não se trata de, novamente, restringir as narrativas aos grandes sujeitos, mas, sim, de se preocupar também com homens e mulheres comuns, que poderiam ser personagens desses historiadores, isto é, sem apagar os indivíduos e sem abandonar as abordagens da realidade social em sentido mais amplo. A partir de então, esses elementos poderiam ser integrados à história-narrativa.

Além disso, como assevera Roger Chartier (1990), esse formato permite trazer à tona representações contrastantes do próprio social, que não seria mais definido por hierarquias inabaláveis, já que os indivíduos participariam de teias de relações complexas. Ele evidencia que as escritas históricas possíveis, dentro do gênero narrativo, possibilitam diferentes abordagens da realidade histórica.

Contudo, tendo em vista o que a História e a literatura narram, os questionamentos sobre a cientificidade da disciplina e os limites de sua ficcionalidade passaram a ser discutidos. Para François Hartog (1998, p. 197), desde a Antiguidade, ainda que concebida como pertencente ao campo da retórica, a História não dispensava a exigência de verdade. Segundo Peter Burke (2004), para os empiricistas, por outro lado, a verdade histórica consistia na extração e no relato do conteúdo documental. Assim, ao assumir que o historiador constrói seus objetos pautado nas fontes para elaborá-los no discurso, o valor de verdade passa a ser questionável.

Paul Ricoeur (2007) demonstra que o estruturalismo francês colocou em debate discussões linguísticas que interessam à compreensão das estruturas narrativas. Apoiando-se na exclusão do referente, no campo linguístico, no que diz

respeito ao significante-significado, os defensores da narratividade estariam colocando uma ilusão referencial no cerne da historiografia.

Durval M. Albuquerque Jr. (2007, p. 26-27) elabora a analogia do rio, que inventa seu curso e suas margens ao correr. Para o autor, nós, historiadores, não podemos optar entre objetivismo ou subjetivismo, devemos articular esses aspectos. A antinomia entre conhecimento histórico e configuração narrativa é falsa (CHARTIER, 1990, p. 83). De acordo com François Hartog (1998), entre a concepção retórica da História e a do historicismo, há lugar para intermediários. Ao discordar da existência meramente linguística dos fatos, o autor defende a “representância” proposta por Paul Ricoeur, na qual a narrativa histórica utiliza a linguagem para “construir” o passado, mas sem romper relações com a efetividade deste, que segue perseguida pela historiografia.

Por isso, retomaremos os apontamentos feitos pelo próprio autor. Segundo Paul Ricoeur (2007), História e literatura são diferentes pelo pacto implícito entre o escritor e seu leitor. Enquanto na primeira existe uma relação na qual se espera encontrar acontecimentos reais do passado ou, ao menos, um discurso plausível, honesto e verossímil, para o leitor da literatura, pouco importa a conexão do texto com a realidade. Assim, a intencionalidade histórica implica construções com ambições de resgatar algo próximo do que um dia foi real.

O autor prossegue postulando que a prova documental, a escrituralidade e a explicação compreensiva credenciam a intenção de verdade do discurso histórico. Desse modo, a representação historiadora, ainda que limitada – já que não pode trazer de volta o representado senão por meio do representante –, busca e constrói o passado que apresenta. Ademais, embora não possamos espelhar a realidade social do passado com as representações, elas produzem efeitos ao serem recebidas pelos leitores (BURKE, 2004).

Paul Ricoeur (2007, p. 212) trata sobre o círculo hermenêutico, composto de prefiguração, configuração e refiguração. De maneira resumida, esse círculo engloba as fontes, que contêm o vivido, e o processo de escrita da história, bem como sua recepção, que não é passiva e gera elaborações de sentido no leitor, influenciando, assim, novas práticas sociais (RICOEUR, 2007).

A partir do exposto, ressaltamos que a História Cultural, fortalecida na segunda metade do século XX, possibilita a utilização das representações nos estudos históricos, além de reinserir a narrativa como elemento essencial da História (BURKE,

2004). Longe de oferecer soluções para todas as críticas recebidas, os historiadores da disciplina em questão defendem sua aplicabilidade de diversas formas.

Nesse sentido, graças ao ímpeto de renovação do fazer histórico desenvolvido ao longo do século XX, podemos articular uma pesquisa que se debruça sobre crônicas, sabendo que o discurso dos cronistas, ao promover a narrativização, afasta-se de um sentido de “espelhamento da verdade”. Além disso, lidamos com uma abordagem que possibilita uma ampliação do horizonte teórico. A factualidade narrativa aplicada aos grandes homens, nesse contexto, inviabilizaria o social. Já nas crônicas, o cotidiano surge como “terceira margem”, pois elas oferecem um plano de ação no qual as relações sociais são expressas por todos os sujeitos, e não somente pelas figuras que historicamente protagonizaram os escritos históricos.

1.5 As crônicas medievais e os conflitos na Península Ibérica

A atividade guerreira, ao longo da Idade Média, está documentada nas mais diversas tipologias de fontes, entre estas, estão as crônicas. Esses documentos são nossas fontes principais.

Portanto, como já defendemos em nossa pesquisa, as crônicas medievais estão repletas de apresentações das operações militares; assim, são materiais válidos para o estudo militar do período. Esse tipo de produção narrativa foi problematizado por alguns especialistas no decorrer do tempo e, por isso, ofereceremos uma síntese que justifica nossa opção teórica.

O homem medieval, já consciente do sentido político do tempo e da função da História como propaganda, passou a escrever objetivando o convencimento do leitor que, potencialmente, receberia suas obras (PEIXEIRO, 2009, p. 156). Isso posto, antes de tratarmos sobre o conteúdo das crônicas, é importante entendermos quem eram os cronistas e quais eram seus objetivos. Nos termos de José D’Assunção Barros (2020, p. 14), é necessário compreender o *lugar de produção* e de que maneira ele sujeita a quem escreve. O autor apresenta o conceito da seguinte forma:

Delinearemos o “*lugar de produção*” de um texto a partir de um grande conjunto de coordenadas que principia com sua própria época. Toda fonte histórica provém originalmente de um momento específico, que deve ser cuidadosamente contextualizado e examinado em todos os

aspectos que o envolvem. Antes disto, a fonte pode ainda ser associada a uma época, no sentido mais dilatado do tempo. De modo geral, ao menos em um nível mais amplo de abstração, é possível identificar certo conjunto de características que abarca sociedades diversificadas em um determinado período ou lugar-tempo [...] (BARROS, 2020, p. 51, grifo do autor).

O conceito oferece, então, uma ferramenta historiográfica que nos permite examinar as fontes procurando pelo ambiente imediato em que foram produzidas.

Ainda segundo estudiosos:

Na Idade Média, as crônicas ganharam um *status* de História, os cronistas, todavia, buscavam registrar os acontecimentos sem a preocupação de investigar as causas ou estabelecer uma análise crítica dos mesmos. [...] O objetivo era elaborar um relato objetivo para garantir à posteridade a memória dos acontecimentos. Certamente os cronistas não podiam registrar todos os acontecimentos e a história presente nas crônicas refere-se, na maioria das vezes, a episódios memoráveis, feitos e ações gloriosas de monarcas, guerras e batalhas, ações de nobres e homens da Igreja. Nos reinos hispânicos medievais, particularmente em Castela e Leão, os cronistas, laicos ou eclesiásticos, eram homens vinculados, em sua maioria, às cortes reais (REIS; RIBEIRO, 2017, p. 227).

Para além dos fatos memoráveis selecionados, que compunham os documentos, os homens que optavam pela subjetividade estavam inseridos em um ambiente onde pouco importava a reflexão crítica sobre os relatos apresentados. Além disso, esses homens selecionavam, na maioria dos casos, eventos que positivassem a imagem da Coroa, a quem estavam quase sempre relacionados. Nesse sentido, importa, também, notabilizar a questão do patrocínio desses textos. Afinal, esse instrumento de legitimação política era produto de encomendas das Coroas ou de grandes homens da nobreza, que buscavam ampliar, por meio dessas narrativas, seus poderes. Esse objetivo é evidenciado ainda entre outras tipologias, como é o caso da obra *Las Siete Partidas* (2004). A PCGE (1955) também representa esse ímpeto de exaltação da Coroa. Não por acaso, essas obras foram preocupações centrais do reinado de Alfonso X.

Leonardo Funes (2004) aponta a necessidade de perceber como os cronistas estruturavam as narrativas para provocar o efeito desejado. Conforme expõe:

Em primeiro lugar, a narrativização da experiência humana, pela qual uma sucessão de acontecimentos se organiza em um argumento, dota

os feitos de um perfil que forçosamente difere de sua estrita realidade. Em segundo lugar, o recurso dos procedimentos literários, tropos e figuras retóricas pelos quais se cumpre o processo de narrativização, e que dotam o acontecimento histórico de uma qualidade discursiva que a realidade (se, por acaso, fosse possível acessá-la por meios não discursivos) logicamente não tem. Em terceiro lugar, a apelação a determinados modelos narrativos, como a anedota, a façanha, o exemplo, a lenda, que aportam sua eficácia comunicativa, mas minam o valor de verdade do narrado (FUNES, 2004, p. 83, tradução nossa²¹).

Dessa maneira, percebemos que a elaboração narrativa da realidade efetiva impõe construções ao passado que os cronistas buscavam representar. Como assevera Durval Muniz de Albuquerque Junior (2007, p. 26), ainda que a História se situe entre a invenção, a representação e, até mesmo, a subjetividade, bem como a natureza da coisa em si, do evento, da matéria ou realidade²², não podemos negar o caráter construtivo da realidade.

Os aspectos inventivos devem ser considerados se levarmos em conta as crônicas como fontes históricas. Se Paul Ricoeur (2007) elabora a representação como uma tentativa de fazer presente um passado ausente, e Peter Burke (2004) acrescenta que ela tem o poder de modificar a realidade que parece refletir, Durval M. Albuquerque Jr. (2007) sintetiza que, evitando o purismo científico, a História não deve partir da realidade e nem das representações; possuímos objetos e sujeitos históricos porque os fabricamos, mas os objetos e sujeitos também fabricam a História.

²¹ No original: “En primer lugar, la narrativización misma de la experiencia humana, por la cual una sucesión de hechos se organizan en un argumento (emplotment) dota a los hechos de un perfil que forzosamente difiere de su estricta realidad. En segundo lugar, el recurso a procedimientos literarios, tropos y figuras retóricas mediante los que se cumple el proceso de narrativización y que dotan al acontecimiento histórico de una cualidad discursiva que la realidad (si acaso fuera posible acceder a ella por medios no discursivos) lógicamente no tiene. En tercer lugar, la apelación a determinados modelos narrativos como la anécdota, la fazaña, el exemplum, la leyenda, que aportan su eficacia comunicativa pero a la vez minan el valor de verdad de lo narrado” (FUNES, 2004, p. 83).

²² No livro já citado, *História: a arte de inventar o passado*, Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2007) debate a questão da narrativização da História expondo que existe uma impossibilidade de, ao construir narrativas, atingir a realidade efetiva do passado sobre o qual se escreveu. Por isso, ele sugere que os historiadores articulem suas investigações para escrever uma história na “terceira margem do rio”. Ou seja, enquanto a metáfora do rio apresenta, em uma margem, a natureza das coisas, a realidade efetiva e o evento como de fato ocorreu, a outra margem seria marcada pelo caráter inventivo, segundo o qual a narratividade caminha com a subjetividade e a representatividade limitada no campo das ideias. A ideia de terceira margem surge já que, para ele, a História estaria entre as duas margens dialogando sempre com a invenção da narrativa e buscando a objetividade da realidade social que busca alcançar. A História não se passa apenas no lugar da natureza, da coisa em si, da materialidade ou do relato, tampouco na subjetividade, na representação, na ideia ou na narrativa; passa entre eles. O autor afirma que essa concepção de distinção radical entre o mundo das coisas e o mundo das representações resulta de um processo de purificação do método científico ocidental, um entendimento equilibrado da disciplina, que não pertence a nenhum polo “puro” do conhecimento.

Apesar do cruzamento entre elaboração e evento, notamos a relevância das fontes utilizadas em nosso estudo, em primeiro lugar, pela proximidade histórica na elaboração dos documentos. Redigidas no decorrer do século XIII, as crônicas em questão trazem representações de alguns eventos vivenciados em primeira pessoa pelos cronistas. Além disso, as menções à guerra são múltiplas, já que, em uma sociedade moldada a partir dos conflitos militares, o tema era central para os intelectuais do período.

Dada a importância do tema, os cronistas divulgavam as vitórias do rei Fernando III como um elemento de convencimento aos possíveis leitores. Segundo José D'Assunção Barros (2019), é possível categorizar as crônicas como fontes realistas, pois, por mais que não divulguem exatamente a realidade da qual tratam, buscam produzir uma impressão de verdade.

Nesse sentido, alguns autores enfatizaram a riqueza de eventos descritos pelos cronistas. Já outros reforçaram o aspecto da cronologia, essencial para a construção dessa tipologia que, ao organizar os fatos descritos temporalmente e de acordo com determinada sequência lógica, produziam o efeito de verdade realista evocado (BELTRÁN, 1991).

Assim, graças à preocupação com a documentação escrita dos acontecimentos, encontramos registros de diversas expedições militares nas crônicas medievais. Dentre esses relatos, ainda que a preocupação crucial fosse com os sucessos dos grandes protagonistas em questão, em vários momentos, os cronistas revelam elementos do cotidiano das tropas no decorrer das operações bélicas.

No contexto peninsular, marcado pelo conflito militar, é previsível que os textos retratassem a presença muçulmana como ilegítima e tipificassem os indivíduos como intrusos a serem combatidos e expulsos. A *Primera Crónica General de España* (1955) desenvolve amplamente o tema da recuperação da Hispânia cristã (KRUS, 1989, p. 6). O assunto também é objeto da *Crónica Latina de los Reyes de Castilla* (1999). Dessa maneira, ambas alocam os reinos cristãos no centro da narrativa e reproduzem a perspectiva supracitada.

Em concordância com essa linha narrativa, os estudos teóricos das guerras na região notabilizam um processo, primeiramente, de justificação dos conflitos diante da fé e, posteriormente, atribuem um sentido de santificação aos eventos. A batalha, antes tolerada e justificada diante do contexto, torna-se querida e louvável diante de Deus, que clama pelo combate aos infiéis.

Aqui, cabe retomarmos as colocações de Michel de Certeau sobre o processo de divulgação e recepção de materiais culturais. Se, por um lado, o francês compreendia que os sujeitos não consumiam os produtos culturais passivamente, pois interpretavam o que acessavam e ressignificavam os materiais, que poderiam impactar a compreensão de mundo do leitor (CERTEAU, 1998, p. 94), por outro lado, o historiador reconhecia a influência e o poder de uma produção cultural centralizada.

A preocupação com a recepção dos produtos, processo abordado múltiplas vezes na obra de Michel de Certeau (1998), também era importante para os homens medievais. As duas crônicas que utilizamos abordam, exaustivamente, tentativas de convencimento e de negociação com a nobreza de Castela e de Leão por parte de Fernando III e da rainha Berenguela (1180-1246), sua mãe.

Assim, é preciso compreender como os clérigos e a nobreza medieval valorizavam as crônicas como instrumento de convencimento político. Apesar de os reinos hispânicos não terem se tornado tão hierarquicamente descentralizados quanto outros contemporâneos, o poder político conferido aos diversos senhores era expressivo. Dessa maneira, esses documentos se revelam ainda mais importantes.

Conforme observamos, além de feitos memoráveis, as crônicas medievais retratam determinado contexto histórico, seus aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, bem como a forma como os contemporâneos enxergavam a sua realidade. Essa pluralidade de informações amplia os campos de estudos para quem se debruça sobre tais documentos (REIS; RIBEIRO, 2017, p. 229-230).

Por fim, dadas as problemáticas que possam envolver a tipologia crônica, seguindo com uma análise crítica, reafirmamos que devemos avaliar a crônica castelhana-leonesa como um material com diversas possibilidades de estudo sob diferentes perspectivas de pesquisa. Quando abordamos o cotidiano da guerra, notamos diversas passagens que nos permitem acessar essas representações e compreendê-las.

Neste capítulo, procuramos oferecer um referencial teórico que embasasse as discussões que conduzimos em seguida. Discutimos particularidades das fontes pesquisadas, elementos relevantes para a compreensão da prática da guerra medieval e da História do Cotidiano, elementos que consideramos essenciais para nosso estudo.

Adiante, trataremos sobre assuntos particulares do contexto histórico analisado, sobretudo no que se refere a elementos de governo de Fernando III, suas hostes e problemáticas em debate no âmbito da história da Península Ibérica no decorrer do medievo.

CAPÍTULO II

FERNANDO III E A RECONQUISTA

2.1 A Reconquista: o debate em torno do conceito

Uma discussão de origem terminológica sobre o que foi denominado Reconquista ainda tem espaço para controvérsias. Embora o conceito tenha sido bastante problematizado, de modo mais acentuado, desde a segunda metade do século XX, boa parte da historiografia que se debruça sobre a história da Espanha medieval recorre a ele. Muitos dos autores que o empregaram não ofereceram uma análise crítica e não apresentaram suas aspirações ao evocá-lo.

Para aplicarmos a ideia de Reconquista ao nosso trabalho, entendemos e sustentamos que precisamos elucidar nossos objetivos. Afinal, a imparcialidade historiográfica é um horizonte inatingível. Isso posto, a justificação da manipulação desse conceito tão popularizado é possível e, como enunciamos, necessária.

Em boa parte dos teóricos que trabalharam com o tema, encontramos o termo “Reconquista” evocando os séculos de confrontos cuja inauguração está marcada no início do século VIII e encerramento no século XV. É uma ideia localizada, válida para a realidade de enfrentamento da Península Ibérica entre cristãos e muçulmanos, esses últimos oriundos do norte da África.

Vale ressaltar que o conceito foi elaborado posteriormente aos combates. Ainda assim, há pelo menos dois séculos, ele é objeto de disputa por diversas razões: tanto pela ambiguidade que expressa quanto pelo seu alcance, pertinência teórica, aplicação e crítica (GARCÍA FITZ, 2009, p. 144). Para o medievalista Manuel González Jimenez (2003), no âmbito da Idade Média peninsular, nada gerou mais discussões do que o conceito de Reconquista.

A formação do conceito se deve a um neologismo consolidado no século XVIII. Ele se refere ao processo de recuperação territorial cristão da Península Ibérica (LADERO QUESADA, 2010). Isso posto, cabe a nós resgatar uma breve discussão sobre o termo: suas possíveis origens, justificativas históricas para o seu emprego, bem como sua utilização no nosso estudo.

As fontes cristãs apontam a Batalha de Covadonga como um grande sucesso no combate ativo às conquistas muçulmanas na península. O conflito chegou a ser qualificado como “*salus Hispaniae*” ou “salvação da Espanha” pelos cronistas (VALDEÓN BARUQUE, 2006, p. 70). Mesmo que exagerada, a expressão demonstra a relevância atribuída pelos cristãos a um confronto que, de fato, foi bem-sucedido na defesa da Costa Cantábrica.

No entanto, segundo Carlos Roberto Nogueira (2001, p. 279), nas fontes cristãs, as menções à batalha datam de séculos posteriores ao evento. Até então, contamos somente com registros de escritores muçulmanos. As invasões muçulmanas são descritas por fontes hispano-cristãs a partir do final do século IX e do início do século X. No decorrer desse último período, a resistência dos montanheseiros do Norte vai se tornando, paulatinamente, no que Claudio Sánchez-Albornoz classifica como a já mencionada “salvação da Espanha” ou “a chave da história da Espanha”. Como defende outro autor:

A ideia que a Espanha formava uma real unidade, unidade conquistada pelos godos e sancionada pela ordo eclesiástica, com o prestígio especial dos vários Concílios de Toledo, portanto, uma legítima unidade que foi usurpada pelo muçulmano invasor, vai ser lentamente elaborada e testada até constituir, no final do século XIII, uma realidade incontestável, que garantia aos cristãos, em especial aos castelhanos, o direito sagrado e historicamente legítimo de possuir e usufruir da Península e no limite dela expulsar estrangeiros e infiéis (NOGUEIRA, 2001, p. 277).

Especula-se que, a partir de Alfonso II, o Casto (759-842), Rei das Astúrias, a ideia de herança visigótica foi assimilada pela monarquia leonesa. Além disso, nota-se que, adiante, a visão unitária de Espanha se consolida cada vez mais.

Para Martín F. Ríos Saloma (2008), o termo “Reconquista” implica três problemáticas principais: (1) a não utilização da palavra no decorrer da Idade Média; (2) o caráter epistemológico e sua polissemia; (3) de ordem histórica, a última polémica se dá pelo uso político e ideológico do conceito. Sem debater todos os pormenores que passam pela arguição do autor, apresentamos sua visão para frisar a elaboração posterior do conceito, compreendendo seu uso político por movimentos nacionalistas espanhóis.

Com forte carga romântica e colonialista, o sólido caráter nacionalista, memorado pela historiografia espanhola do século XIX, transmite algumas

características identitárias por meio do conceito. A ideia principal visou criar um passado comum e aglutinador para as distintas regiões do território espanhol (GARCÍA FITZ, 2009, p. 144-145). Essa noção se configurou como um dos mais sólidos mitos identitários do nacionalismo espanhol.

O mito originário surge com o intuito de representar os povos peninsulares do Norte como herdeiros do legado visigótico. Assim, buscava atribuir um sentido político-religioso para propor a retomada das terras que, supostamente, seriam de direito legítimo dos hispano-cristãos. Esse mito foi endossado em diversos contextos históricos, como no nacionalismo espanhol crescente no século XIX, e durante o regime franquista (GARCÍA FITZ, 2009).

Também consideramos central para a problematização do termo “Reconquista” a crítica elencada por dois medievalistas marxistas na década de 1970. Essa foi, possivelmente, a polêmica mais repercutida sobre o assunto desde a criação do conceito. Para formulá-la, Abilio Barbero e Marcelo Vigil (1965) resgataram uma historicidade anterior à romanização da península.

De acordo com os historiadores, dadas as conformações geopolíticas do início do século VIII, quando muçulmanos se instalaram na região, os grupos asturianos e cantábricos não se encontravam unificados com os preceitos dos povos do Sul. Assim, é difícil justificar que os levantamentos e expansionismos foram conformados pela motivação de um ideal unitário espanhol. É mais provável que esses grupos foram motivados pela manutenção do seu próprio modo de viver (BARBERO; VIGIL, 1965).

Ao rememorar um recorte histórico anterior ao da presença dos reinos muçulmanos, os autores medievalistas propõem que a romanização não atingiu do mesmo modo a nobreza visigoda e os povos do Norte. Estes mantiveram condições socioeconômicas muito próprias e, para a manutenção de seu sistema particular, optaram pela resistência e luta pelos territórios (GARCÍA FITZ, 2009, p. 148).

Nos termos de Bruno G. Alvaro e Rafael C. Prata (2014), as ideias dos autores supracitados buscaram defender:

[...] que os cântabros e os astures, no século VIII d.C., apresentavam uma postura independente frente ao Império Visigodo. Tal “independência” seria fruto de um rechaço desses povos frente às investidas com o intuito de assimilação por parte tanto dos predecessores romanos, como, posteriormente, dos visigodos (ALVARO; PRATA, 2014, p. 106).

De toda forma, ainda que o resgate de um passado comum e que outras justificativas oferecidas para o emprego do termo tenham sido tensionadas por diferentes teóricos, nota-se que boa parte dos autores usam o conceito. Em suma, mesmo seus maiores críticos se referem, de um modo ou de outro, à Reconquista.

García Fitz (2009) procura oferecer alternativas à utilização do termo. No âmbito do estudo do militarismo, o historiador espanhol sustenta que a Reconquista pode apreender o fenômeno bélico marcado pelo expansionismo territorial dos povos do Norte, no decorrer dos séculos do medievo, a partir da invasão muçulmana da península. Contudo, se a batalha de 722 e a resistência de Pelayo marcaram o início do contexto de enfrentamentos, ao utilizar o conceito em debate, não queremos defender uma noção de resistência cristã organizada nesse primeiro momento (VEREZA, 2011, p. 44).

Destacamos como a noção militarista já era divulgada na historiografia:

O fenômeno histórico chamado reconquista não obedeceu em suas origens a motivos puramente políticos e religiosos. [...] Seu dinamismo ocorre, pois trata-se da continuação de um movimento de expansão de povos que iam alcançando formas de desenvolvimento econômico e social superiores (BARBERO; VIGIL, 2003, p. 153, tradução nossa)²³.

O componente militar das hostes é essencial para o estudo que desenvolvemos, pois, ao discutir o movimento de anexação territorial, compreendemos o cotidiano dos exércitos cristãos no processo.

Estabelecendo como marco inicial o século X, Agustín Ubieto Arteta (1970) se apoia em uma elaboração de Reconquista em que o fenômeno expressa o combate violento da ocupação muçulmana. Segundo o autor, a concepção do conceito – como uma luta multissecular iniciada na Batalha de Covadonga – é fruto de um “clichê historiográfico”.

Bruno G. Alvaro e Rafael C. Prata (2014) desenvolvem o pensamento de Agustín Ubieto Arteta (1970) da seguinte maneira:

Para ele, as primeiras conquistas militares dotadas de um “espírito (ou ideologia) da reconquista” só serão possíveis graças à chegada do

²³ Do original: “El fenómeno histórico llamado reconquista no obedeció en sus orígenes a motivos puramente políticos y religiosos. [...]. Debíó su dinamismo a ser la continuación de un movimiento de expansión de pueblos que iban alcanzando formas de desarrollo económico y social superiores” (BARBERO; VIGIL, 2003, p. 153).

“espírito de cruzada” levado à Península Ibérica pelo papado, por meio de uma pregação, em meados de 1064, quando se dá a Conquista de Barbastro, que já se apresentaria nesses “moldes cruzadísticos”. A partir de 1064, já encontraríamos em terras espanholas uma espécie de espírito da reconquista, um sentimento fruto de uma “importação” da chegada do “sentimento cruzadístico” na Península Ibérica. Logo, a série de conquistas militares e territoriais que se observa daí em diante se deve ao espírito de Cruzada (ARTETA, 1970 *apud* ALVARO; PRATA, 2014, p. 113).

A perspectiva de Reconquista defendida por A. Ubieto Arteta (1970) foi rebatida por boa parte dos medievalistas desde sua publicação. A noção que ele sustentou se apoia na importação de um sentido religioso externo, ao passo que nega, por exemplo, uma motivação político-territorial das anexações promovidas antes mesmo do século X.

Defendemos que o problema não está no emprego do termo, mas, sim, em sua referência. A grande questão é a defesa apaixonada de formulações étnico-identitárias e/ou nacionalistas (VEREZA, 2011, p. 40).

Isso posto, resgatamos o pensamento divulgado por Francisco García Fitz (2009), para quem, a partir do enfraquecimento dos ideais nacionalistas/franquistas, o processo de Reconquista pode ser enfrentado com mais clareza. Trata-se de abranger as movimentações militares dos povos do norte da península por meio da guerra e, com base nessa compreensão, notabilizar múltiplas motivações, visando, assim, estudar a relevância do fenômeno naquele contexto.

Ademais, abordar a Reconquista é, também, notar o processo pelo qual se consolidaram as perspectivas teóricas que buscaram legitimar o direito às terras em disputa e, em um sentido religioso, incorporaram elementos de justificação e santificação das conquistas, que analisaremos em breve.

2.2 A ascensão política de Fernando III

Apresentaremos uma breve introdução histórica sobre o contexto em que está inserido Fernando III quando o rei assume o trono. A Península Ibérica, outrora dominada pelos visigodos, desde o século VIII, estava ocupada por reinos compostos por muçulmanos oriundos do norte da África. Devido à crise interna instalada entre os

povos que ocupavam a região até então, os invasores obtiveram suas primeiras vitórias com certa facilidade (LADERO QUESADA; LÓPES PITA, 2016, p. 235).

A resistência cristã se manteve, sobretudo, localizada na região Norte. Assim, no decorrer dos séculos, os guerreiros partiram em diversos combates em busca do domínio peninsular. Os antigos povos que habitavam a Península Ibérica permaneceram na região das montanhas das Astúrias, de onde partiram para fazer seus primeiros levantamentos (PRO; RIVERO, 2003, p. 33 e 37).

O processo posteriormente denominado Reconquista tem como marco inicial, para muitos autores, a Batalha de Covadonga, que ocorreu em 722, e se prolongou até o século XIII²⁴. Nesse período, Fernando III deu continuidade a ele e promoveu diversas investidas contra o Islã, fragilizado desde o século XI pela fragmentação política que resultou na formação de taifas. Nessa conjuntura, diversos califas foram depostos e chefes independentes ascenderam ao poder, selando o fim da unidade do califado e marcando o início de uma severa instabilidade (LADERO QUESADA; LÓPES PITA, 2016, p. 241-242).

Outro evento histórico fundamental para a compreensão do contexto de fragilização da presença islâmica na região é a Batalha de Las Navas de Tolosa (1212). Se a desagregação e a formação das taifas representaram instabilidade política para os muçulmanos (os pequenos reinos contavam com monarcas que ascendiam e eram depostos rapidamente), a batalha em questão demarcou o fim definitivo da unidade, que havia sido recuperada pela unificação sob o Império Almôada, instalado na península ao longo do século XII (MORETTI JUNIOR, 2015, p. 47-48).

Nesse momento de vulnerabilidade de Al-Andaluz, em 1224, Fernando III decide iniciar sua política guerreira. O monarca castelhano-leonês só assumiu o trono de Castela em 1217, graças a uma manobra política da rainha Berenguela. Ela possuía o direito de sucessão após a morte de Enrique I, de Castela (1204-1217), que reinava sob a tutela de Álvaro de Lara. O nobre em questão ameaçou o governo de Fernando III em vários momentos por não aceitar essa passagem da Coroa castelhana (REIS, 2007, p. 28).

²⁴ Momento em que se insere a pesquisa corrente. O evento de desfecho do que muitos autores denominaram como Reconquista é a conquista de Granada, em 1492, em batalha contra o Reino Nacérida.

A governabilidade de Fernando III esteve em xeque desde o momento em que ele foi coroado. Alguns cronistas asseguram que ele e sua mãe nem sequer foram recebidos em várias regiões por onde passaram no momento imediato pós-coroação, como em Coca. Os estremenhos e algumas cidades da região da Transierra também não aceitaram, a princípio, a autoridade real do monarca (CLRC, 1999, p. 67).

De forma geral, podemos definir que a nobreza castelhana se dividia entre os apoiadores do rei recém-coroadado (estes, portanto, apoiavam a rainha Berenguela) e os apoiadores de Álvaro de Lara, que questionavam a legitimidade de Fernando III e desejavam que Alfonso IX (1171-1230), pai de Fernando III e rei de Leão, assumisse o trono de Castela.

Alfonso IX, apoiado pela família Lara, de fato, reclamou o trono de Castela. Segundo Jaime Estevão dos Reis (2007):

Alfonso IX baseava seus argumentos em um acordo estabelecido em 1158 entre Sancho III, de Castela (1157-1158), e Fernando III, de Leão (1157-1188), que estabelecia que se algum deles morresse sem ter filhos varões, eles próprios se tornariam herdeiros um do outro. Aparentemente o tratado excluía da sucessão as filhas, embora o direito tradicional, tanto castelhano quanto leonês, não impedia que as mulheres herdassem o reino (REIS, 2007, p. 30).

O rei leonês contava com o amplo apoio da nobreza castelhana. Vale ressaltar que, em Castela, a monarquia se manteve mais poderosa que em diversos contextos feudais; mesmo assim, os nobres detinham grande poder político, econômico e *status* (MOXÓ, 2000, p. 69).

A resolução para a instabilidade política dos primeiros momentos de reinado só foi alcançada devido à influência da rainha Berenguela entre as famílias poderosas do reino, como os Haro (MORETTI JUNIOR, 2015, p. 41). Os bispos de Burgos e Palência – como representantes de um setor relevante do episcopado castelhano – também foram decisivos para a estabilização de Fernando III na Coroa (REIS, 2007, p. 29).

Com a prisão de Álvaro de Lara, os conflitos internos do reino foram refreados. Após ser aprisionado, ele cedeu alguns castelos para o monarca castelhano, mas conseguiu escapar e se refugiar em Leão, de onde partiu em uma investida contra Castela. Ainda assim, o resultado do embate foi favorável a Fernando III (PCGE, 1955, p. 716).

A paz no reino é selada quando o novo monarca envia a Alfonso IX uma carta questionando o motivo dos ataques e decide atender aos desejos do pai e pagar uma dívida de 10 mil maravedis, que seria o motivo das investidas (MORETTI JUNIOR, 2015, p. 42). A partir de então, Fernando III encontra a estabilidade política necessária para, enfim, organizar campanhas militares contra os muçulmanos.

Apesar do cenário favorável, o poder político de Fernando III sofreria uma nova ampliação drástica em 1230, com a unificação definitiva da Coroa de Castela e Leão. Quando Alfonso IX morreu, Fernando III realizava suas primeiras operações militares contra os muçulmanos. Após a tomada de Quesada (1224) e Baeza (1227), durante o cerco de Jaén, o monarca castelhano foi informado da morte de seu pai. Embora não tenha recebido apoio imediato no novo reino, Berenguela ajudou na negociação com as outras filhas de Alfonso IX, persuadindo-as a abrir mão da Coroa. Além disso, a rainha de Castela já contava com o suporte de uma expressiva parcela dos bispos leoneses (RUI, 2016, p. 185-186).

Esclarecida a conjuntura em que Fernando III se torna líder de Castela e Leão, trataremos sobre o principal aspecto do seu governo para nosso estudo: suas hostes. Como pontuamos no *Item 1 do Capítulo I*, havia algumas especificidades logísticas que determinavam o modo de proceder com as campanhas militares. O monarca protagonista do nosso estudo, além de exímio articulador militar, tornou-se o maior conquistador da região. Com grande eficácia em estabelecer acordos políticos e negociar rendições, ele anexou amplos territórios no decorrer do seu reinado.

No artigo *El viaje de la guerra*, Francisco García Fitz (2009) elabora algumas questões sobre o deslocamento no decorrer da Idade Média. O sujeito do período deve ser percebido como *homo viator*, e os viajantes se movimentavam pelos mais diversos motivos. Embaixadores, pastores, peregrinos, comerciantes, bispos, cortes, reis e guerreiros transitavam em diferentes magnitudes e de acordo com interesses particulares. Contudo, ressalta o autor supracitado:

[...] a guerra foi, naqueles séculos, a forma mais recorrente de viajar, e a maior parte dos que abandonavam temporalmente suas casas o faziam com armas nas mãos, e com a intenção de destruir, roubar ou conquistar seus inimigos (GARCÍA FITZ, 2009, p. 136, tradução nossa)²⁵.

²⁵ No original: “[...] la guerra fue, en aquellos siglos, la forma más extendida de viajar, y que la mayor parte de los que abandonaban temporalmente sus hogares lo hacían con armas en la mano, y con la intención de destruir, robar o conquistar a sus enemigos” (GARCÍA FITZ, 2009, p. 136).

Ainda que certas implicações fossem comuns para a maioria viajantes, algumas especificidades impactavam os exércitos no decorrer de operações. Na CLRC (1999, p. 98-99), encontramos menções ao momento imediato em que Fernando III opta pela investida contra os cordobenses. Além de apontar que o deslocamento ao campo de batalha era realizado pelo trajeto mais curto, a crônica apresenta a preocupação do rei em reunir armamentos, pois, até então, contava somente com trinta pares de armas.

Para além do armamento, é importante perceber como consideravam as condições climáticas e, por consequência, a época do ano em que preferencialmente ocorriam as hostes. De acordo com as proposições do historiador espanhol, a “temporada de guerra” – assim como a produção agrícola – era “cíclica”. A rigor, o período dos conflitos se iniciava na primavera, atingia o seu pico de incidência no verão e, geralmente, encerrava-se no outono com a chegada dos dias mais frios (GARCÍA FITZ, 2009, p. 136).

Para estabelecermos um panorama, é interessante apresentar como as campanhas militares se propuseram a cuidar da reserva de alimentos das tropas, que passavam longos períodos de cercos. Nesse ponto, para além dos mantimentos acumulados, a máxima “viver do que o país dá” e os saques aos povoados eram práticas comuns (CARDOSO, 2015, p. 47).

O deslocamento de tropas significava um cuidado especial com o trajeto. O clima atuava sobre a condição das estradas, entretanto as vias estreitas dificultavam as marchas organizadas. Transitar com animais não era tarefa fácil em grande número. Certas hostes comandadas pelo rei castelhano-leonês foram muito numerosas, entre elas, Sevilha (PCGE, 1955). Além disso, a umidade deixava as estradas lamacentas quase intransponíveis.

Não bastassem as preocupações com armamentos, alimentação, caminhos e clima, ainda havia a insegurança nos acampamentos, que precisavam de esquemas de vigilância constantes para garantir o descanso dos combatentes. Além disso, a insalubridade representava uma ameaça real para os viajantes, que poderiam adoecer e, assim, comprometer hostes inteiras (GARCÍA FITZ, 2009).

Segundo a análise de Almir Souza Júnior (2009, p. 63), entre outras razões organizativas e conjunturais a serem consideradas, as hostes empreendidas por Fernando III resultam de condições materiais favoráveis ao exercício da guerra. Portanto, exércitos bem abastecidos, capacidade de arcar com as despesas de cercos em longo prazo e a disponibilidade de armamentos bélicos estão diretamente relacionados às vitórias acumuladas do monarca.

2.3 O rei, a política e a guerra

Até aqui, em linhas gerais, apresentamos algumas das motivações do processo da Reconquista ibérica, bem como elementos aproximativos das hostes e viagens de guerra. Além disso, afirmamos Fernando III como um monarca guerreiro que promoveu e incentivou múltiplas campanhas militares contra seus inimigos.

Adiante, trataremos sobre as políticas do governo de Fernando III e sua articulação com as forças aliadas para atingir o sucesso em seus propósitos expansionistas. Também destacaremos alguns aspectos das hostes realizadas pelo monarca e, para exemplificarmos sua atuação guerreira, utilizaremos o caso do domínio de Córdoba (1236) e Sevilha (1248).

Na CLRC (1999, p. 75), percebemos o esforço de convencimento da nobreza para a realização da primeira campanha militar organizada sob comando de Fernando III. Diante dos magnatas castelhanos, o rei solicitou a retomada da Reconquista. Em setembro do mesmo ano (1224), o governante se reuniu com seus barões e com as ordens monásticas de Calatrava e Santiago para organizar sua primeira investida contra seus inimigos em Quesada.

Segundo Ricardo da Costa, após a reunião: “Em uma de suas primeiras ‘correrias’ em terras mouriscas, Fernando reuniu os concelhos de Cuenca, Orto, Alarcos e Amaya e partiu para o coração do reino almôada” (COSTA, 2008, p. 10).

De acordo com Rafael de M. Diehl (2009), Fernando III promoveu uma política aglutinadora, com capacidade de fortalecer o poder régio, articulando forças políticas internas e externas ao reino. Internamente, o rei promoveu campanhas para beneficiar a nobreza, que recebia títulos, novas terras e privilégios.

O alargamento dos territórios em poder de Castela e Leão resultou, ainda, no fortalecimento das famílias mais poderosas. Os Haro, Castro e Lara, que possuíam tamanho prestígio a ponto de conferir a tutela de alguns monarcas da região, também tiveram seus poderes aumentados com as campanhas (MOXÓ, 2000, p. 259). Eles frequentemente recebiam parcelas de terras anexadas e senhorios incorporados ao reino.

Evidentemente, estabelecer-se e reunir apoio dos homens importantes do reino eram tarefas essenciais para um monarca que, como já exploramos, enfrentou conflitos civis com ampla adesão dos rebeldes nos primeiros anos de governo. Segundo Miguel Alonso Baquer (1995):

A figura do rei de Castela e Leão, Fernando III, nos aparece inscrita sobre três sistemas de virtudes de procedência muito diversa, a) o sistema teólogo da fé, esperança e caridade, b) o sistema cardeal da prudência, da justiça, da fortaleza e temperança e c) o sistema marcial ou guerreiro da fidelidade, lealdade, valentia e abnegação (ALONSO BAQUER, 1995, p. 255, tradução nossa)²⁶.

Sem incorrer nas idealizações da figura do monarca, pretendemos ressaltar os aspectos enfocados por Baquer (1995) para demarcar Fernando III como símbolo de figura bélica, religiosa e beatificada séculos depois. Além disso, vale destacar seu legado militar no combate aos “infiéis”, inclusive, ele promoveu produções jurídicas cujo ímpeto foi continuado sob o reinado de seu filho.

Assim, lançando olhar ao objetivo de legitimação e consolidação, percebemos a produção bélica, a jurídica (também para exercer e reforçar a hierarquia real) e a religiosa no sentido da aproximação do corpo clérigo essencial para o rei castelhano. Tendo em vista que o reino de Castela surgiu em um contexto de conflitos constantes, a atividade guerreira e a manutenção de forças militares internas sempre foram aspectos que demandaram muita atenção dos governantes (SOUZA JUNIOR, 2009, p. 63).

Fontes redigidas temporalmente próximas ao reinado de Fernando III atestam seu prestígio como governante. O rei castelhano-leonês e o reino de Castela, graças aos sucessos nas batalhas contra os muçulmanos, foram reconhecidos e admirados

²⁶ “La figura del rey de Castilla y de León, Fernando III, nos aparece inscrita sobre tres sistemas de virtudes de muy diversa procedencia, a). el sistema teologal de la fe, la esperanza y la caridad, b) el sistema cardinal de la prudencia, la justicia, la fortaleza y la templanza y c) el sistema marcial o guerrero de la fidelidad, la lealtad, la valentía y la abnegación” (ALONSO BAQUER, 1995, p. 255).

em muitas partes da Europa. Crônicas inglesas²⁷, cronistas franceses das cruzadas, crônicas italianas e cartas de felicitação dos papas²⁸ demonstram a fama das vitórias cristãs na Andaluzia (RODRÍGUEZ GARCÍA, 1995, p. 213).

Em *As duas faces da realeza na Castela do século XIII*, Almir M. de Souza Júnior (2009, p. 66) analisa a construção das figuras dos monarcas Alfonso X e Fernando III. O último, afirma ele, devido ao histórico guerreiro em que é coroado, consolidou-se também pelo seu laço com o militarismo. Como explica, em um contexto de múltiplas batalhas, a boa governabilidade estava diretamente atrelada ao sucesso em campanhas militares. As crônicas escritas durante o reinado de ambos focam os episódios militares.

Legitimada até pela fé cristã, como explicaremos adiante, a guerra desempenhou papel central na manutenção da Coroa aproximada da nobreza guerreira. Em documentos redigidos a mando de Fernando III, como é o *Tractado de la nobleza y lealdad*, nota-se o ímpeto do monarca para se retratar como um dos cavaleiros (SOUZA JUNIOR, 2009, p. 69-70).

Para Augusto Moretti Junior e Jaime Estevão dos Reis (2015, p. 1033), é o estreitamento das relações vassálicas com a nobreza que nos permitem explicar, ao menos parcialmente, o poder que Fernando III detinha próximo ao final do seu governo. Como argumentam os autores:

[...] a nobreza podia interferir de forma decisiva no desenvolvimento do reino; esse poder devia-se à sua fortuna, territórios, fortalezas e exércitos privados. Isso ocorria em toda a Europa feudal, porém nos reinos hispânicos, o contínuo conflito com o inimigo comum – os muçulmanos – forçou a criação não apenas de um feudalismo centralizado [...], mas uma classe de nobres guerreiros e uma sociedade voltada para a guerra (MORETTI JUNIOR; REIS, 2015, p. 1031).

Não somente os nobres, mas os clérigos também foram mantidos próximos ao monarca. Ele garantia boas relações com o episcopado e contava com o apoio do arcebispado de Toledo. Afinal, “o rei Fernando III construiu o fortalecimento de seu

²⁷ Conferir: MATTHEW PARIS. *Chronica Maiora*, II, 439. London: Longman, 1872.

²⁸ Conferir: JULIO GONZÁLEZ. *Reinado y Diplomas de Fernando III*. Córdoba: Caja Cordoba, 2003; GOÑI GAZTAMBIDE, José. *Historia de los Obispos de Pamplona*. S. IV-XIII. Pamplona: Eunsa, 1999.

poder pessoal alicerçado nos poderes do reino, o Episcopado, as Ordens religiosas e a Nobreza” (DIEHL, 2009, p. 157).

De acordo com as fontes, o monarca disse: “*puedo servir contra los enemigos de la fe cristiana al Señor Jesucristo, por quien los reyes reinan*” (CLRC, 1999, p. 74). A ideia de empreitada em nome da fé, citada há pouco, será recuperada ao discutirmos o decurso histórico que desembocou na justificação e, depois, na santificação dos embates.

É relevante pontuar como o ímpeto de guerra na região foi reforçado pelo clero ao longo da Idade Média. A partir do IV concílio de Letran (1215), o papado ratifica a guerra na Espanha com caráter cruzado. Esse movimento foi responsável pela menor adesão dos cristãos peninsulares ao combate na Terra Santa no século XIII. Honório III e seus sucessores não apenas eximiram os castelhanos do pagamento da *vigésima* como outorgaram as *Tercias de Fábrica* a eles, destinando um terço dos dízimos eclesiásticos recolhidos à construção de igrejas para a cruzada espanhola (ALBORNOZ Y GALBEÑO, 1995, p. 138).

Entretanto, se pontuamos o êxito da realeza castelhana, na figura de Fernando III, em manter ao seu redor personagens influentes das principais instituições medievais, não podemos ignorar as estruturas sociais postas no contexto em questão. Afinal, a expansão territorial ibérico-cristã, de um modo geral, foi fundamentada no âmbito das relações feudais (RODRÍGUEZ LOPEZ, 1994, p. 7). As relações feudo-vassálicas tradicionais marcaram presença e a nobreza contava com amplos poderes políticos, embora a monarquia tivesse mantido, como no caso inglês, uma expressiva centralidade política.

2.4 A conquista de Córdoba (1236)

Neste tópico, discutiremos a conquista de Córdoba por Fernando III. O reino foi central para a administração dos povos islâmicos instalados na península, representando um expoente da produção cultural. Até o século XI, o governo se configurava como um califado e, mesmo depois de deixar de ser capital do Império Omíada, o local era muito valorizado pelos árabes.

Entretanto, a fragilidade política (instalada no reino enquanto o rei cristão convocava suas hostes) e o posicionamento estratégico favorável ao avanço de tropas pelo Guadalquivir suscitaram as condições ideais para a conquista de Córdoba pela Coroa de Castela.

Figura 1



Os reinos cristãos em 1035. Fonte: ANTÓN, 2010, p. 99.

No mapa (figura 1), percebemos uma península dividida. Os reinos muçulmanos ainda detinham o controle sobre a maior parte da região. Uma configuração significativamente distinta da que encontramos após pouco mais de dois séculos. O mapa a seguir é uma representação geopolítica que data do ano da morte de Fernando III, em 1252, e demonstra uma expansão dos reinos cristãos. O reino de Portugal e a Coroa de Aragão também controlavam amplas parcelas do território.

Figura 2



Os reinos cristãos em 1252. Fonte: ANTÓN, 2010, p. 195.

A partir das figuras 1 e 2, é possível perceber o movimento das tropas de Fernando III. Elas estavam sempre marchando rumo ao sul da península, objetivando assegurar *pontos fortes* que permitissem o avanço no Vale do Guadalquivir (GARCÍA FITZ, 1998), fonte fluvial essencial para diversos reinos que o rei tinha como inimigos. Córdoba (1236) e Sevilha (1248) representaram as campanhas mais difíceis e expressivas da vida do monarca. A dificuldade de acesso à água é uma das razões para o sucesso das tropas cristãs.

Como assevera o historiador espanhol, o destino de Andaluzia foi definido por uma sucessão de batalhas de cerco. Ele menciona algumas regiões anexadas à Coroa castelhano-leonesa sob o reinado de Fernando III:

Garcíez e Jódar em 1229, Úbeda em 1233, Córdoba em 1236, Segura e outras localidades na região em meados de 1242, Arjona em 1244, Jaén em 1246, Sevilha em 1248. A estas poderia somar-se outra série de anexações fora da área do Guadalquivir, conseguidas por meio de assédios ou combates, tais como Capilla em 1226, Trujillo em 1233, Medellín Alhange, Santa Cruz e Magacela, entre 1234 e 1235, Almansa e Chinchilla em 1241, além das localidades rebeldes no reino de Múrcia que se recusaram a aceitar o pacto de Alcaraz, como

Orihuela, Mula e Cartagena, conquistadas entre 1244 e 1245 (GARCÍA FITZ, 1998, p. 148, tradução nossa)²⁹.

Além do sentido político que acompanhava a decisão pela empreitada militar, havia outros fatores em favor dos castelhanos. As tréguas de caráter trienal pactuadas com os almôadas se encerravam no outono de 1224. Aliado a isso, Abu Muhammad Al-wahid, sucessor de AL-mustansir, não foi aceito como líder por alguns governadores muçulmanos da península. Com o fim dos acordos e com mais uma fragilização política dos inimigos, al-Andaluz tornou-se um objetivo imediatamente alcançável (ALBORNOZ Y GALBEÑO, 1995, p. 138). O ano representou um marco em termos de políticas militares. Afinal:

Em 1224, as forças castelhanas marcharam sobre Quesada. A partir desse ano, a política fernandina foi definida tanto pela força quanto pela realização de acordos. A expansão empreendida por Castela foi permeada por enfrentamentos e acordos políticos que possibilitaram a anexação de vários territórios (MORETTI JUNIOR, 2015, p. 48).

A hoste convocada com destino a Quesada saiu de Toledo. O rei muçulmano de Baeza, al-Bayyāsī, encurralado politicamente pelos reis outrora seus aliados, firmou acordo com Fernando III e cedeu alguns guias experientes para auxiliar na travessia por Baeza e Úbeda (ESLAVA GALAN, 1984, p. 6-7).

Após a primeira vitória do rei castelhano sobre os adversários em Quesada, Fernando III liderou investidas contra diversos reinos inimigos na Península Ibérica. Antes de tratarmos propriamente sobre a conquista do reino de Córdoba, abordaremos o ataque a Jaén, pois esse evento evidencia a tática de assédio no reinado de D. Fernando.

As crônicas explicitam uma característica central das guerras de assédio no cerco de Jaén, isto é, atacar os mantimentos e plantações dos adversários (CLRC, 1999, p. 77). Ao manter o exército no limite das defesas inimigas e ao bloquear as saídas, os inimigos ficavam sem alimentos e se tornavam um alvo mais fácil.

²⁹ Do original: "Garcíez y Jódar en 1229, Úbeda en 1233, Córdoba en 1236, Segura y otras localidades de la zona en torno a 1242, Arjona en 1244, Jaén en 1246, Sevilla en 1248. A éstas podría añadirse otra serie de anexiones, fuera del área del Guadalquivir, conseguidas tras asedios o combates, tales como Capilla en 1226, Trujillo en 1233, Medellín, Alhange, Santa Cruz y Magacela, entre 1234 y 1235, Almansa y Chinchilla en 1241, además de las localidades rebeldes en el reino de Murcia que se negaron a aceptar el pacto de Alcaraz, como Orihuela, Mula y Cartagena, conquistadas entre 1244 y 1245" (GARCÍA FITZ, 1998, p. 148).

Contudo, o cerco de Córdoba apresentou algumas diferenças em relação aos ataques anteriores. A investida dos cristãos não foi organizada a partir do desgaste do reino, mas, sim, por meio de uma invasão direta furtiva. A incursão em questão foi mencionada em várias fontes e, por isso, foi narrada com riqueza de detalhes. Após a dominação desse reino, o monarca passou a utilizar o local como ponto estratégico para organizar novas operações militares.

Os cronistas explicitam que um exército de cavaleiros fidalgos e almogávares da fronteira estava agrupado em Andújar. Ao ser informado sobre a falta de segurança das defesas do reino inimigo, o exército começou a organizar seu plano de invasão com base em relatos recebidos de muçulmanos (PCGE, 1955, p. 729). As informações coletadas vinham de homens que teriam, supostamente, vivido na cidade.

Assim, a investida contra os cordobenses visava aproveitar a ausência do rei Abetihen para tomar o reino considerado mãe da Andaluzia. Embora fosse incomum realizar ataques durante o inverno, os cristãos foram comunicados que a cidade estava desguarnecida, portanto não seria difícil tomá-la (COSTA, 2008). Na noite escolhida para a invasão, fazia frio e o céu estava nublado. Ainda assim, a chuva forte pode ter colaborado com a discricção do ataque (MADRAZO, 1884, p. 31).

No início do ano, em janeiro, os guerreiros puseram seu plano em prática. Em uma noite escura, alguns combatentes utilizaram um mastro de madeira para escalar e invadir os muros de uma vila do reino. Perto do amanhecer, os cristãos já haviam tomado as torres de Axarquía e, então, abriram sua porta principal (PCGE, 1955, p. 730).

O fato-surpresa resultou em uma vantagem dos cristãos, porém não durou muito tempo. Apesar da dominação de parte do subúrbio de Córdoba, os guerreiros invasores estavam em desvantagem numérica, além de estarem separados dos muçulmanos por um muro que dividia a cidade. Por isso, os defensores não estavam totalmente cercados (CLRC, 1999, p. 97). Os cordobenses conseguiam passar pelas áreas não bloqueadas e atacavam os cristãos com flechas, dardos e pedras (PCGE, 1955, p. 730).

Pouco tempo antes desse ataque, Fernando III havia firmado um acordo com Abetihen. No documento, ficou acordado que o rei e D. Alvar Pérez, mediante o pagamento de 430 mil maravedis, não atacariam o reino de Córdoba. Todavia, uma vez que vassallos do rei castelhano-leonês (cristãos que estavam em Axarquía) pediram auxílio, o monarca decidiu ajudá-los.

Outra razão que poderia ter levado Fernando III a evitar o conflito é o custo da estratégia militar de isolamento do inimigo. Augusto Moretti Junior (2015) explica que o

monarca poderia optar por duas táticas principais: a conquista pela força e pelo bloqueio. A última, posta em prática no cerco de Córdoba e Sevilha, era mais cara e lenta (MORETTI JUNIOR, 2015, p. 75).

Apesar de desencorajado ao ataque por parte da nobreza, Fernando III partiu imediatamente de Benavente, onde recebeu o pedido de socorro, para Córdoba. Quando passou por Salamanca, apesar de não gastar muito tempo ali, o rei presenteou alguns nobres com cavalos e armas que conseguiu reunir. Também realizou preparativos para a batalha e seguiu pelo caminho mais curto em direção ao seu destino (CLRC, 1999, p. 98-99). De acordo com a *Primera Crónica General de España* (1955, p. 731), quando chegou a Benquerença, D. Fernando trazia consigo somente trinta pares de armas.

Quando o monarca castelhano-leonês finalmente chegou a Córdoba, ele estava acompanhado de aproximadamente cem nobres. Embora estivessem em pequeno número, Fernando III ordenou que seu exército passasse pelo rio Betis e levantasse acampamento entre Córdoba e Écija (CLRC, 1999, p. 99). Nessas alturas, Abetihen, que estava em Múrcia, ficou sabendo da presença dos cristãos no seu reino. O rei muçulmano tinha ao seu lado D. Lorenzo Suárez, desafeto de Fernando III (PCGE, 1955, p. 731). Esse nobre teve uma participação de extrema relevância na conquista de Córdoba.

Reforços cristãos chegavam frequentemente para ajudar no cerco da cidade muçulmana, porém eram insuficientes. Abetihen reuniu um exército de milhares de guerreiros e foi para Écija – que se situava a cerca de 43 km de distância de Córdoba (CLRC, 1999, p. 100). Estima-se que os cristãos tinham ao seu lado cerca de duzentos combatentes. O exército muçulmano, por outro lado, segundo as estimativas mais modestas, 3 mil homens (ALBORNOZ Y GALBEÑO, 1995, p. 145).

Abetihen foi se aconselhar com D. Lorenzo, homem de sua confiança, antes de entrar em confronto. Então, o castelhano pediu ao monarca muçulmano que o enviasse à hoste de Fernando III para espionar e avaliar como deveriam combatê-lo. Entretanto, acompanhado de três cavaleiros, Lorenzo Suárez foi ao acampamento cristão e, em vez de ajudar Abetihen, rogou perdão, que logo foi aceito, tornando-se um vassalo da Coroa de Castela (PCGE, 1955, p. 732).

Como já mencionamos, Lorenzo Suárez teve um papel decisório na conquista de Córdoba. O nobre aconselhou Fernando III a fazer diversas fogueiras, indicando que possuía um grande exército. Em seguida, D. Lorenzo retornou ao monarca muçulmano e afirmou que os cristãos tinham um exército enorme e preparado (PCGE, 1955, p. 732). Assim, Abetihen decidiu combater primeiro o exército de Jaime I, de Aragão, que atacava

simultaneamente Valência. Contudo, antes de chegar a socorrer o reino, o rei foi assassinado por outro islâmico. Esse acontecimento definiu a derrota de Córdoba. Segundo Ricardo da Costa, a partir de então:

Lorenzo pôde assim voltar com todos os cristãos que trazia consigo para fortalecer o exército de D. Fernando no cerco a Córdoba. Nesse ínterim, vieram companhias de Castela, de Leão, além de forças concelhias. Os cordobeses, vendo o poderio cristão aumentar, e depois de saberem da morte de Abetihen, decidiram entregar a cidade a Fernando, “muito quebrantados em seus corações”, com a condição de poderem sair sãos e salvos (COSTA, 2008, p. 16).

A rendição também se deve à falta de alimentos no reino muçulmano. A mando de Fernando III, os cristãos cercavam caminhos e rios. Ninguém poderia entrar ou sair. A desistência, portanto, foi motivada pela guerra de assédio, que havia desgastado ao limite os inimigos do rei castelhano-leonês (CLRC, 1999, p. 101).

A conquista de Córdoba foi ainda mais relevante do ponto de vista estratégico. Depois de o reino ser anexado aos territórios castelhano-leoneses, sua localização possibilitou a tomada de outras cidades no vale de Guadalquivir, como Benquerença e Gahete (MORETTI JUNIOR, 2015, p. 81). Esse momento definiu os rumos da Península Ibérica e o ímpeto da conquista foi levado adiante por Fernando III.

2.5 A última grande conquista: Sevilha (1248)

Quando analisamos o caso da campanha militar contra Sevilha, importa salientar que ela é vista como a última campanha de grande magnitude comandada por Fernando III. Sua realização implicou um grande esforço organizativo e contou com a participação de vários grupos. Devido à relevância histórica, destacamos sua conquista para aplicar, mais uma vez, as práticas de guerra já citadas.

Ainda que os castelhanos tivessem planejado sua estratégia, a campanha militar da conquista de Sevilha foi a mais longa da vida de Fernando III (GARCÍA FITZ; AYALA MARTÍNEZ; ALVIRA CABRER, 2018, p. 90). Durante o planejamento, alguns nobres e guerreiros defendiam a ideia de saquear as regiões próximas de Sevilha para dominar pontos fortes relevantes em seus arredores antes do confronto direto

(PCGE, 1955, p. 747). Essa estratégia foi levada adiante – nota-se pelas regiões já mencionadas que foram asseguradas antes do confronto³⁰.

Ainda precedendo à organização da expedição de 1247, após o conselho no qual nobres do reino e mestres de ordens sugeriram o cerco, foram promovidas incursões “para outras regiões da campina sevilhana, como Alcalá de Guadaira, Lora, Cantillana, Guillena e Gerena” (MORETTI JUNIOR, 2015, p. 57).

A estratégia de desgaste também foi utilizada nessas ações. As crônicas relatam danos aos mantimentos, como vinhos e pães. A prática – comum durante todo o período de expedições realizadas por Fernando III – representou uma eficaz alternativa ao ataque direto (PCGE, 1955, p. 750).

Por meio de uma abordagem teórico-militar, J. C. Albornoz y Galbeño (1995) resume os momentos e as etapas da estratégia para a tomada de Sevilha desde o princípio da seguinte maneira:

Assim começava o verdadeiro assédio da cidade, que passaria por duas fases. Na primeira foi posta em prática uma metódica ação de destruição de todos os meios de produção para o desgaste do inimigo, e na segunda houve estreitamento do cerco a cidade e seu conseguinte estrangulamento. Para iniciar o desenvolvimento destas fases, seguiram tomando posições ao redor de Sevilha (ALBORNOZ Y GALBEÑO, 1995, p. 152, tradução nossa).³¹

Os autores supracitados pontuam as questões centrais que nortearam o *modus operandi* castelhano na conquista de Sevilha. Em resumo, eles abordam as atividades guerreiras bem-sucedidas comandadas por Fernando III desde 1246, embora o assédio tenha começado efetivamente apenas em 1247.

Assim, no momento da tomada de decisão sobre o ataque, as condições políticas apresentavam elementos favoráveis para os propósitos expansionistas de

³⁰ Ver: GARCÍA FITZ, Francisco. **El cerco de Sevilla**: reflexiones sobre la Guerra de Asedio en la Edad Media. Sevilla: Real Alcázar, 1998, p. 148.

³¹No original: “Comenzaba así el verdadero asedio de la ciudad, que pasaría por dos fases. Por la primera se procedió a una metódica acción de destrucción de todos los medios de producción para el desgaste del enemigo, y por la segunda al estrechamiento del cerco a la ciudad y su conseguinte estrangulamento. Para iniciar el desarrollo de las mismas se procedió a tomar posiciones alrededor de Sevilla” (ALBORNOZ Y GALBEÑO, 1995, p. 152).

Fernando III. O pacto firmado com al-Ahmar, no qual ficou acordado que Jaén passaria para o domínio castelhano e o rei de Granada se tornaria vassalo dos cristãos, selou o isolamento político. Desse modo, a resistência a Fernando III só poderia vir de dentro de Sevilha. No entanto, com o assassinato de seu líder, o contexto oportuno para sua tomada fica ainda mais evidente (MORETTI JUNIOR, 2015, p. 57).

O desamparo político da cidade e o bloqueio terrestre possibilitado pelo domínio de fortalezas nos arredores de Sevilha sugeriam uma vitória garantida. Embora houvesse condições favoráveis, Sevilha contava com um sólido sistema defensivo – além de possuir uma muralha circular em seu entorno, a cidade foi reforçada pelos almôadas no século XII. Mais do que isso, os sevilhanos contavam com muitos guerreiros e máquinas de guerra à disposição (O'CALLAGHAN, 2004, p. 112).

Em um estudo apresentado sobre as máquinas de lançamento de projéteis da época, Aureliano Gómez Viscaíno (1995, p. 199) assevera que, devido à solidez e à altura dos muros da cidade sitiada, as táticas de combate dos cristãos deveriam ser alteradas para garantir a eficiência da expedição. O maquinário se demonstrou limitado durante a batalha, inclusive, as crônicas narram a quebra dos equipamentos durante uma ação ofensiva (PCGE, 1955, p. 749).

Para compreendermos o cerco de Sevilha, necessitamos de uma análise do exército reunido pelo rei castelhano-leonês. É fundamental entender sua composição, os grupos envolvidos na operação e como as tropas se reorganizaram durante os confrontos para superar a resistência dos muçulmanos.

Dentre os grupos envolvidos no conflito, ressaltamos a atuação de algumas ordens, como os Templários e Hospitalários, que atuaram na Península Ibérica. Além dessas, José Manuel Rodríguez García (1995, p. 211) indica que as Ordens Militares espanholas surgiram especificamente para o combate em al-Andaluz. As ordens de Alcântara, Santiago e Calatrava também marcaram presença no movimento de conquista de Sevilha.

Sob o comando de Pelay Pérez Correa, a Ordem de Santiago teve papel decisório no cerco da grande cidade muçulmana. Manuel Lopéz Fernández (2019, p. 195) afirma que, na expedição de 1246, os santiaguistas não tiveram uma

participação muito ativa, porém, em 1248, estima-se que a ordem contava com mais de mil combatentes na frente de batalha (boa parte deles não eram membros da instituição). O autor supõe que, restringindo a contagem aos cavaleiros, a soma seria de 280 homens (LÓPEZ FERNÁNDEZ, 2019, p. 208). Os números, contudo, não são consensuais.

De qualquer forma, pensando o contingente total de guerreiros, Francisco García Fitz calcula um número estimado de 8 mil a 10 mil indivíduos participando da operação em Sevilha. Para chegar a essa soma, o historiador contabiliza cavaleiros, besteiros e peões – homens com armamento pesado, montados ou não (GARCÍA FITZ, 1998, p. 124-125). Era um exército muito bem abastecido para a realidade do período.

Pelay Pérez Correa ficou encarregado de proteger os flancos da frota castelhana na margem direita do Guadalquivir. A ordem cumpriu essa tarefa imediatamente após assegurar Montemolín. Posteriormente, esse grupamento foi destinado como reforço às embarcações de Ramón Bonifaz, que sofreram ataques dos muçulmanos (LÓPEZ FERNÁNDEZ, 2019, p. 206 e 208). O conjunto precisou ser reforçado diversas vezes ao longo do cerco.

Em Tablada, reuniram-se homens das ordens de Calatrava e Alcântara. Fernando III, que inicialmente estabeleceu seus homens em Torre del Caño, a mais de uma dezena de quilômetros de Sevilha, não demorou para perceber que aquela frente estava vulnerável aos ataques. Por isso, logo fixou acampamento em Tablada (GARCÍA FITZ, 1998, p. 146).

Para pôr em prática as ações de isolamento de Sevilha, Fernando III precisou anular os contatos da cidade por terra, bem como bloquear o tráfego de embarcações. O rei ordenou a Ramón Bonifaz, da cidade de Burgos, a tarefa de guiar um ataque marítimo, que reuniu treze navios e algumas galeras, para garantir que os sitiados não recebessem auxílio do norte da África por vias fluviais (PCGE, 1955, p. 748; GÓMEZ VISCAÍNO, 1995, p. 199).

Alocadas em múltiplas frentes, buscando o isolamento completo de Sevilha, as forças de Fernando III monitoraram uma extensa área. Do outro lado, o estreitamento do bloqueio causava desespero aos muçulmanos, que respondiam com diversos

ataques. Os sitiados chegaram a utilizar o fogo grego³² contra as embarcações castelhanas. Em função dessa medida de resistência, os invasores instalaram troncos altos de madeira, que evitaram o contato e a agressão direta dos inimigos (PCGE, 1955, p. 754-756).

Após a chegada de reforços e o bloqueio fluvial, as forças de Fernando III conseguiram dominar Aljarefe e aprisionaram os habitantes de Sevilha dentro de seus próprios muros (GARCÍA FITZ, 1998, p. 146). Os filhos do monarca tiveram participação ativa na conquista. Enrique participou do exército castelhano com um número expressivo de homens. Entretanto, ainda mais decisiva para a consolidação da vitória cristã foi, como afirma Jaime Estevão dos Reis (2007), a participação de Alfonso, primogênito do rei:

Em fins de 1247, Fernando III solicitou a Alfonso que se juntasse a ele no acampamento de Tablada, localizado no sul da cidade de Guadalquivir. Alfonso chegou no final de janeiro de 1248, trazendo consigo um numeroso exército, composto por nobres portugueses que haviam acompanhado Sancho II em seu exílio em Toledo, e por cavaleiros aragoneses e catalães enviados por Jaime I. A incorporação de Alfonso à hoste era o reforço de que o rei precisava para apertar o cerco a Sevilha. As tropas acamparam próximo aos muros da cidade; Alfonso cercou a zona palaciana de Buhaira, chamada posteriormente de “Huerta del Rey”, e desse ponto, controlou a região localizada entre o alcácer e a “Puerta de Carmona” (REIS, 2007, p. 64-65).

Conforme descreve Francisco García Fitz (1998, p. 150), nos primeiros meses de 1248, os castelhanos, somados às tropas aragonesas, aos reforços comandados por Diego López de Haro, às hostes de Rodrigo Gómez e ao arcebispo de Santiago, conseguiram bloquear as portas principais de Sevilha.

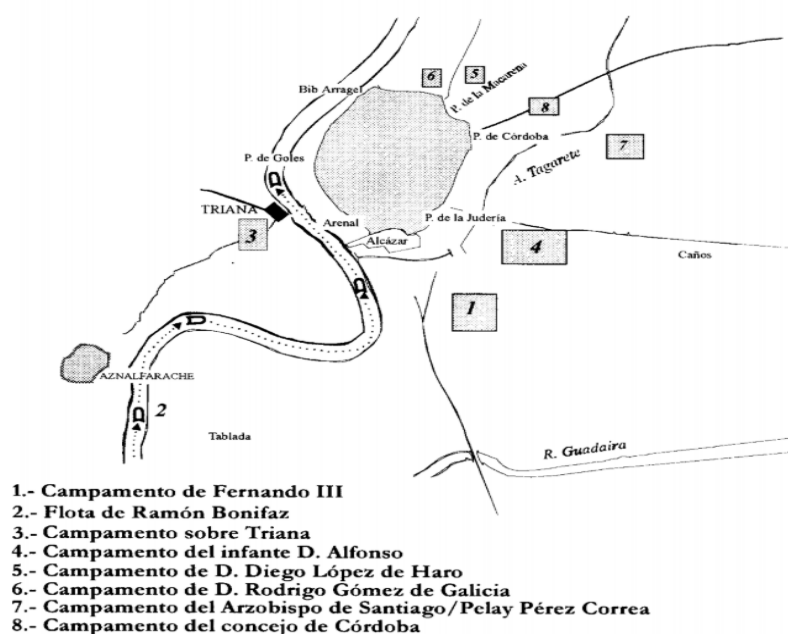
O cerco se completaria com o bloqueio do Guadalquivir. Anteriormente, os sevilhanos podiam navegar e acessar o mar por meio desse rio. De acordo com

³² Arma incendiária utilizada, inicialmente, pelos bizantinos. Há discussões sobre os elementos de sua composição, entretanto acredita-se que o petróleo fosse o componente mais eficaz para a produção da substância inflamável que queimava mesmo sobre a superfície da água (HALDON, 2006, p. 290). Outros possíveis ingredientes seriam nafta, enxofre, carvão e salitre. Acredita-se, ainda, em duas versões de fogo grego: uma que inflamava assim que entrava em contato com a água, e outra que deveria ser incendiada anteriormente (ALBORNOZ Y GALBEÑO, 1995, p. 153).

Aureliano Gómez Viscaíno (1995, p. 202), cientes da intenção da esquadra de Bonifaz de destruir a conexão de Sevilha com Triana, os muçulmanos usaram máquinas de tiro para tentar aniquilar os cristãos. No entanto, em um dia de ventos favoráveis, Bonifaz lançou suas maiores embarcações contra a ponte e conseguiu destruí-la.

O sucesso da operação pode ser demarcado pela destruição da ponte de Triana, que era usada para transportar mantimentos à cidade de Sevilha. Os castelhanos bloquearam a passagem no rio Guadalquivir – por onde os sevilhanos passavam em diversas embarcações – utilizando a técnica de interposição (GARCÍA FITZ, 1998, p. 150). Esse fato garantiu o isolamento total dos muçulmanos. Notamos a tática de bloqueio em ação no mapa (figura 3) a seguir:

Figura 3



Mapa do cerco de Sevilha. Fonte: GARCÍA FITZ, 1998, p. 149.

Sem possibilidade de socorro, a negociação da derrota era apenas questão de tempo. Quando os derrotados optaram pela rendição, Fernando III impôs termos rígidos. Enquanto os sitiados desejavam negociar parte da cidade ou oferecer pagamentos de taxas, o monarca castelhano não abriu mão da entrega completa da cidade e da partida dos habitantes com seus pertences.

2.6 Sobre as justificativas teóricas para a guerra medieval: a Guerra Santa e a Guerra Justa

O estudo do fenômeno religioso é recorrente nos debates historiográficos nas mais diversas temáticas. No medievo, sobretudo, a fé e a atuação religiosa estruturaram muitos aspectos da sociedade. Ao propormos a pesquisa da prática bélica no contexto, precisamos lidar com as particularidades da compreensão de como a guerra de Reconquista se tornou justa e, posteriormente, santa diante dos clérigos do período.

Datamos a utilização do termo “cruzada” para se referir às lutas entre cristãos e muçulmanos, na Península Ibérica, em bulas papais do final do século XIII e início do XIV. Como sustentam Carlos de Ayala Martínez, Patrick Henriet e J. Santiago Palacios Ontalva (2016), na apresentação da obra *Orígenes y desarrollo de la Guerra Santa en la Península Ibérica*, ainda que o termo não possa indicar, por si só, as matrizes religiosas envolvidas no movimento de santificação dos conflitos, ele representa um rastro do caráter ideológico que será conferido aos embates na região.

Antes da santificação, a justificação se colocou no horizonte mais imediato dos quadros do cristianismo ainda na Baixa Idade Média. Enquanto os elementos ideológicos pacifistas predominavam entre os cristãos primitivos, a aceitação e a incorporação da fé cristã provocaram a necessidade de novas interpretações da guerra. Uma vez que os assuntos de Estado estavam atrelados às implicações militares, os conflitos passaram a demandar teorias explicativas (MORETTI JUNIOR, 2015, p. 22).

A liberdade de culto e a conseqüente cristianização da sociedade e das instituições romanas verá nascer com o Estado cristão a doutrina da guerra justa. O III cânone do Concílio de Arles, que teve lugar em agosto de 313, poucos meses depois do Édito de Milão, sanciona a primeira condenação do pacifismo [...] (MATTEI, 2002, p. 16).

Como defende Mattei (2002), os ideais oriundos, especialmente, de interpretações pacifistas, divulgadas e elaboradas a partir dos textos do Novo Testamento, não eram compatíveis com as necessidades do exército romano. A

legitimação da guerra se acelerava cada vez mais em acordo com a doutrina cristã, sobretudo por conta da intensificação de conflitos desde as primeiras invasões “bárbaras” (MATTEI, 2002, p. 17).

Nesse contexto, Santo Agostinho (2017) promove uma ideia de justificação que vai de encontro a uma premissa de compreensão da violência como pecado inerente ao homem. Diante disso, o autor articula elementos que poderiam justificar sua prática:

A mesma autoridade divina estabeleceu, porém, certas exceções à proibição de matar alguém. Algumas vezes, seja como lei geral, seja por ordem temporária e particular, Deus ordena o homicídio. Ora, não é moralmente homicida quem deve à autoridade o encargo de matar, pois não passa de instrumento, como a espada com que fere. Desse modo, não infringiu o preceito quem, por ordem de Deus, fez guerra ou, no exercício do poder público e segundo as leis, quer dizer, segundo a vontade da razão mais justa, puniu de morte criminosos; assim também não acusam Abraão de gabar-se de piedade, nem o acusam de crueldade quando, por obediência, quer matar o filho. E há razão para perguntar se é de reconhecer-se ordem divina na morte da filha de Jeffé, ao correr ao encontro do pai, que fizera voto de imolar a Deus o primeiro ser com que se deparasse ao retornar do combate e da vitória. Se perdoam a Sansão de haver sepultado seus inimigos sob as ruínas do templo de Dagon, é que obedecia à ordem interior do Espírito que por seu intermédio fazia milagres. Exceto as referidas exceções, em que o homicídio é ordenado por lei geral e justa ou por ordem expressa de Deus, fonte de toda justiça, quem mata o irmão ou a si mesmo é réu do crime de homicídio (SANTO AGOSTINHO, 2017, p. 111-112).

O pensamento de Santo Agostinho, portanto, já comportava certos usos da violência. Para o teólogo, é devido ao pecado que a guerra se alça como uma necessidade humana. Contudo, a justificação da luta armada não é promulgada pelo autor sem delimitar certas premissas. Para ele, ainda que algumas batalhas possam ser justificadas, a atividade militar deve buscar a paz e promover a justiça.

Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras (2011, p. 70-72), no entanto, sustenta que Santo Agostinho jamais organizou parâmetros fixos para estabelecer requisitos que justificassem o conflito armado. Segundo ele, o que o teólogo fez foi desenvolver uma teoria a partir de uma máxima de São João Crisóstomo (344-407):

[...] na definição ciceroniana de justiça fecham-se as muralhas em torno dos costumes e leis locais, reafirmando os particularismos étnicos e elevando-os à condição de critério maior. É a justiça mencionada por Crisóstomo que Santo Agostinho de Hipona (354-430) tem em mente ao considerar o exame da guerra sob a

perspectiva cristã. Identificado como o primeiro a refletir mais aprofundadamente o assunto, é tido como o primeiro a formular uma ideia cristã de “guerra justa” (CABECEIRAS, 2011, p. 72).

Isidoro de Sevilha (560-636) também provocou formulações nesse sentido. Ele trabalhava com a possibilidade da guerra como instrumento de reparação de injustiças. Os conflitos poderiam ser defensivos, como no caso de proteção do próprio território, ou ofensivos, procurando alcançar alguma forma de ressarcimento de um direito legítimo ferido (MATTOS, 1964, p. 67). O conceito de justificação, pautado na reparação de injustiça, pode ser configurado com base no pensamento de Santo Agostinho. Para o teólogo, a guerra defensiva não necessita de tal estatuto, pois configura o direito de autodefesa (MATTEI, 2002, p. 21).

A ideia de que as autoridades locais possuem poder para justificar a guerra ganha uma maior elaboração e desenvolvimento do conceito com São Tomás de Aquino (1225-1274). Para ele, era justo o conflito 1) que fosse declarado por uma autoridade pública; 2) no qual os declarados inimigos fossem merecedores do embate; 3) que procurasse promover o bem (CABECEIRAS, 2011, p. 72).

Retomando o pensamento do teólogo de Hipona e de São Tomás, muitos outros teóricos discutiram a Guerra Justa, especialmente os espanhóis a partir do século XV. Contudo, para nós, importa perceber o processo de santificação. Desde os escritos de Isidoro de Sevilha, havia uma abertura para o caráter de excepcionalidade na condenação por homicídio, visto que o uso da violência era “tolerado”, isto é, reelaborado de acordo com a noção de Guerra Santa.

É possível identificar os antecedentes históricos do processo de santificação da guerra com fundamento na relação entre os povos germânicos e os romanos. Certos ritos dos exércitos germânicos foram incorporados ao conjunto de práticas do exército imperial. Além disso, a relação com o militarismo, de modo geral, impactou a ideia de lutar segundo o cristianismo (MORETTI JUNIOR, 2015).

A conhecida segunda onda de invasões, entre os séculos IX e X, colaborou para a consolidação da ideia de Guerra Santa. Se outrora mencionamos uma batalha pela justificação da violência e para a prática da guerra por parte dos cristãos, a partir do conceito, lidamos com um grau de desenvolvimento de santidade dos confrontos. Isso permitiu uma tolerância às práticas militares, bem como atribuiu uma significação segundo a qual o combate aos infiéis passou a ser desejado pelo próprio Deus (BLOCH, 1982).

Um grande marco de santificação da guerra foi a declaração do Papa Leão IV (847-855). O monarca disse que o combate aos sarracenos no Mar Mediterrâneo garantiria a salvação dos combatentes cristãos. Antes justificada, a nova ideia de guerra, a santa, não implicava mais penitência para homicídios que expressavam um “mal tolerado”, porém se transformava em uma maneira de redimir os pecados (MORETTI JUNIOR, 2015, p. 29).

Não sem razão, destacamos, portanto, o registro papal que afirmava recompensas celestiais para os fiéis que tomassem parte nas hostes contra os muçulmanos na península. Em torno da ideia de Guerra Justa e Guerra Santa, os conquistadores e os cruzados se articularam. Porém, de acordo com Alexander Pierre Bronisch (2016), que buscou organizar “cosmovisões” para debater a validade do conceito de Guerra Santa em distintas realidades, é relevante frisar que o combate contra os muçulmanos resguarda particularidades e, por isso, há discussões sobre o emprego do conceito com sentido da sacralização.

Francisco García Fitz (2003, p. 165-166) reforça que, embora paralelo, o movimento histórico comumente chamado de Reconquista possuía muitas similitudes com as primeiras cruzadas, por isso ele foi encarado como uma cruzada contra o Islã na frente ocidental.

Na área hispana, a guerra contra os “inimigos de Deus” era obrigatoriamente dirigida pelo rei, embora fosse coletiva. Não era de adesão obrigatória, mas a não participação poderia resultar em miséria. Já quem participasse do combate seria recompensado individual e coletivamente. De acordo com Alexander Pierre Bronisch (2016), guerrear contra os sarracenos era uma necessidade:

Em contraste, participar da cruzada não era nem obrigação, nem necessidade, mas uma oferta de Deus. A participação era espiritualmente meritória não tanto para um coletivo, mas, para todos os indivíduos cruzados, a morte em batalha era considerada inclusive uma espécie de martírio cristão, uma santificação do indivíduo, e não apenas do representante da sociedade, o rei. Mas nos dois casos se tratava de um chamado de Deus, transmitida, no caso hispano, pelo rei e, no caso das cruzadas, pelo papa romano. E também, no caso hispano, a igreja tinha um papel de destaque. Ademais, na primeira ideia de cruzada, como no caso hispano, a ajuda e libertação dos cristãos do jugo sarraceno era uma ideia viva. A encontramos no rei asturiano Alfonso I quem levou a pátria cristã aos cristãos dos lugares conquistados. Cerca de um século e meio depois no caso pamplones. “*Deus vult*” exclamaram os cavaleiros no concílio de Clermont, e o rei Ramiro II preparou a batalha “*nomen Domini*

inuocando". Isto é o que enlaça os dois fenômenos: a iniciativa de Deus (BRONISCH, 2016, p. 29, tradução nossa)³³.

Assim, consolida-se o conceito de Guerra Santa: antes tolerada à medida que era necessária, ela passa a representar a violência manifestada a partir da vontade divina. Com base nas fontes consultadas, notamos o interesse da nobreza em participar das campanhas militares. Muitos autores exploraram as vantagens econômicas envolvidas no processo, porém a questão da religiosidade não deixa de ser importante. Diante das ordens militares, de clérigos e de todos aqueles guerreiros que marchavam para combater os "inimigos da fé", estavam preceitos religiosos elaborados e reforçados pela igreja medieval.

Dadas as características dos conflitos em questão, seja no âmbito do debate religioso, seja da terminologia historiográfica, seja quanto ao *modus operandi* da execução das hostes lideradas pelo monarca que protagoniza nossa pesquisa, as colocações promovidas sobre a guerra na Idade Média ao longo deste capítulo permitiram a condução de um olhar ainda mais aproximado a seguir.

Tratamos de algumas temáticas polêmicas para quem investiga a Idade Média na Península Ibérica. Conduzir um estudo que passou pela problematização do conceito de Reconquista, disputado como mito originário, especialmente pelo nacionalismo espanhol, e que continua em debate entre os especialistas, bem como pela sacralização da guerra diante da perspectiva eclesiástica e pelo *modus operandi* colocado em prática por Fernando III no empreendimento das hostes, permitiu-nos preparar o terreno para a discussão que apresentaremos adiante.

A princípio, refletir sobre o movimento pelo qual a Reconquista se estabeleceu como conceito e perceber as diversas motivações que atravessaram o movimento de expansão dos reinos do Norte em direção ao Sul muçulmano oferece-nos a

³³ No original: "En contraste, participar en la cruzada no era ni obligación ni necesidad, sino una oferta de Dios. La participación era espiritualmente meritoria no tanto para un colectivo, sino para todos los individuos cruzados, la muerte en la batalla estaba considerada incluso una especie de martirio cristiano, una santificación del individuo y no solo del representante de la sociedad, el rey. Pero en los dos casos se trataba de una llamada de Dios, transmitida en el caso hispano por el rey y en el caso de las cruzadas por el papa romano. Y también en el caso hispano la Iglesia tenía un destacado papel. Además, en la primera idea de cruzada como en el caso hispano la ayuda y liberación de los cristianos del yugo sarraceno era una idea viva. La encontramos en el rey asturiano Alfonso I quien llevó a la patria cristiana a los cristianos de los sitios conquistados, como siglo y medio después en el caso pamplonés. 'Deus vult' exclamaron los caballeros en el concilio de Clermont, y el rey Ramiro II preparó la batalla 'nomen Domini inuocando'. Esto es lo que enlaza los dos fenómenos: la iniciativa de Dios" (BRONISCH, 2016, p. 29).

oportunidade não apenas de compreender a estruturação de um termo em uso, mas também de um processo histórico fundamental para a memória ibérica.

Além disso, sem lançar olhar à centralidade do debate religioso, tendo em vista que ele permeia todas as fontes do período que retratam os confrontos contra o Islã, nossa pesquisa não seria possível. Afinal, a cristianização do Império Romano e a necessidade de condução de diversas atividades militares ao longo dos séculos medievais demandaram a justificação teórica promovida pelos clérigos do período. O pensamento de Santo Agostinho, da forma como foi organizado e elaborado até se desdobrar no que percebemos como Guerra Santa, em meados da Idade Média Central, é essencial para entendermos como a Igreja via a inevitabilidade da guerra. Entretanto, destacar a particularidade da sacralização das campanhas bélicas, de acordo com os distintos contextos históricos, também foi de suma importância.

Por fim, evidenciar como Fernando III e suas tropas atuaram percebendo os elementos jurídicos de regulação tanto quanto os pactos e estratégias empregados para a derrota dos seus inimigos auxiliou-nos na demonstração do ambiente em que está inscrita nossa investigação do cotidiano da guerra. Na parte seguinte, articulamos certos aspectos cotidianos para elaborar uma perspectiva mais precisa do cotidiano do guerreiro medieval.

CAPÍTULO III

A VIDA EM MEIO À GUERRA DE RECONQUISTA

Compreendido o contexto ao qual nos referimos e tendo perpassado algumas questões teóricas fundamentais para a execução de nossa investigação, doravante, buscamos demonstrar aspectos da vida cotidiana dos exércitos castelhano-leoneses durante as campanhas militares conduzidas por Fernando III.

Para fazê-lo, abordamos a organização e a vida em campanha de acordo com uma logística aplicável às hostes medievais. Importamo-nos com elementos que compreendem desde tópicos preparativos para as campanhas, no que diz respeito ao deslocamento das tropas, até sua atuação efetiva em confronto. Investigamos questões relativas à alimentação, à viagem em si, à organização dos acampamentos, aos enfrentamentos perante as intempéries do clima, aos perigos possíveis, além de outras questões atreladas ao cotidiano dos exércitos em campanha.

Os temas não esgotam, como também não se poderia pretender, a realidade cotidiana dos sujeitos envolvidos nas operações militares. Pontuamos, ainda, que as divisões e opções de análise estabelecidas se atravessam em diversos momentos, afinal, as viagens implicam o planejamento alimentar, bem como acampar pressupõe avaliar demandas impostas pelo clima, ou até mesmo o deslocamento humano é diretamente impactado pelas cargas de equipamentos bélicos necessários ou por imposições da locomoção de animais que eram levados nas hostes. Todavia, conscientes dessas limitações investigativas, defendemos que é a partir da articulação dessas frentes de estudo que o cotidiano dos combatentes medievais pode ser mais bem explorado para atingirmos nossos objetivos.

Procuramos delimitar o caminho que seguimos adiante com itens do cotidiano a serem investigados, em primeiro momento, de maneira mais geral e, posteriormente, como foram representados, na prática, nas fontes que estudamos para oferecer uma perspectiva de particularidade.

Conforme mostraremos no decorrer das discussões a seguir, a vida cotidiana dos combatentes era parecida com a que esses homens conheciam nos tempos de

paz (LE BOHEC, 2020, p. 4)³⁴. No entanto, é a exceção provocada por tempos difíceis, que envolviam racionamento, grandes preocupações com a sua segurança, a inclemência do mau tempo, a dificuldade de encontrar mantimentos e outros aspectos específicos, que torna a investigação da temática ainda mais interessante.

3.1 Os viajantes medievais

Viajar era prática recorrente e necessária para diversos grupos durante a Idade Média. Os objetivos eram distintos, viajava-se para o comércio, para explorar, com finalidades religiosas e, evidentemente, para combater, como defendemos ao longo desta pesquisa. Para se deslocarem, os viajantes precisavam lidar com uma série de questões decisivas para o sucesso da empreitada. Os trajetos, mesmo que na maioria das vezes fossem percorridos por terra (MOLINA MOLINA, 1999, p. 111), também poderiam envolver navegações e demandavam um planejamento no que se refere ao deslocamento em si, ao abastecimento e até para garantir a segurança para repouso dos homens e animais nos momentos de intervalo entre marchas. Portanto, antes de nos voltarmos especificamente para as viagens militares comandadas por Fernando III, trataremos sobre os deslocamentos e os viajantes explicitando questões mais gerais sobre as viagens no decorrer da Idade Média.

Elisa Ferreira Priegue (1994) abordou algumas dessas questões das adversidades nos deslocamentos. A autora tratou sobre temas como os aspectos preparativos elencados pelos viajantes – sobretudo refletindo sobre como se planejavam os membros da nobreza mais abastada – diante de dificuldades do caminho, como as estradas, as necessidades de montarias, a ameaça da fome, além de outros tópicos. No entanto, é interessante avaliar, a partir das pontuações da autora, como o aumento da incidência de viagens de menor ou maior alcance se verificou no contexto histórico investigado.

Os séculos XI e XII foram marcados por uma grande instabilidade dos assentamentos humanos, o que resultou em uma célebre época do ponto de vista da

³⁴ O texto referido é *La vie quotidienne des soldats romains* (2020), de Yann Le Bohec. Na obra em questão, o autor aborda a vida cotidiana dos exércitos romanos durante as batalhas em que se envolveram. Ainda que tratando sobre um contexto histórico completamente distinto do que abordamos, uma série de aproximações são possíveis a partir da metodologia empregada no livro.

mobilidade humana. Por conta do grande aumento da incidência de viagens no período, é possível indicar que os homens medievais de então poderiam ser caracterizados com base em uma condição de quase nomadismo (CARDINI, 1989 *apud* GARCÍA DE CORTAZAR, 1994, p. 11). Delimitadas por distintas determinações, o grande número de movimentações ocorreu devido ao florescer das atividades comerciais, pelo processo crescente de urbanização europeu, bem como em função de empreitadas de objetivos religiosos e militares.

Isso posto, importa notabilizar a grande incidência de movimentações de grupos que, ainda que quantitativamente condicionados pela baixa densidade populacional; em média, podemos afirmar que essas sociedades eram significativamente mais móveis do que somos atualmente (PRIEGUE, 1994). Pensando essa complexidade e a multiplicidade dos deslocamentos ao longo do medievo, resgatamos as discussões promovidas em *Los viajeros medievales*, obra na qual se discute que as viagens medievais de curta ou média distância passaram a representar um elemento definidor da vida cotidiana em si (MAZZI, 2018, p. 935).

Sendo assim, trataremos sobre problemáticas apresentadas por nossas fontes que impactaram diretamente o cotidiano dos combatentes liderados por Fernando III nas hostes contra os muçulmanos. Afinal, a logística de abastecimento, o tráfego por estradas ruins, a dificuldade no transporte dos animais, as inseguranças durante o movimento, quando as tropas repousavam e outros tópicos, ainda que pudessem ser agruras compartilhadas por outros grupos durante as viagens, expressam particularidades a partir da nossa análise de caso.

Dentre os objetivos militares do deslocamento, é relevante pontuar que essas não eram viagens com o único objetivo de combate armado para conquista. As viagens militares também compreendem a questão do repovoamento e da ocupação dos locais recém-conquistados para assegurar as regiões de fronteira, envolvem as marchas para garantir o abastecimento das hostes, os movimentos realizados para firmar alianças, com o objetivo de fazer prisioneiros, de pôr em prática ações de desgaste e até os trajetos para negociação de rendições e outros aspectos representados nos manuscritos.

3.1.1 As viagens militares de Fernando III: objetivos, trajetos e métodos

Os exércitos fernandinos se movimentavam de acordo com um planejamento logístico explorado ao longo deste trabalho no que diz respeito às estratégias militares dominantes no decurso da Idade Média. As hostes convocadas pelo monarca em questão, geralmente, atuavam de acordo com a noção de avanço gradual, definido pela conquista de pontos fortes que seriam utilizados para reorganização dos exércitos para o avanço até uma nova fortificação (GARCÍA FITZ, 2001). Esse movimento é bem expresso a partir da lógica empregada antes do domínio de Sevilha, no qual as tropas marcharam, realizando paradas pontuais, dominando regiões por todo o Vale do Guadalquivir até atingir as muralhas da cidade principal, onde efetivaram o bloqueio que seria combinado às práticas de desgaste para combater os muçulmanos sitiados³⁵.

Assim, diante de uma análise logístico-militar, é possível afirmar que as viagens bélicas eram organizadas para atingir e conquistar fortificações ou regiões estratégicas. Uma vez que os sistemas de defesa se impunham com tecnologias cada vez mais difíceis de serem transpostas por conta da utilização de vantagens de terreno e do emprego de materiais resistentes aos maquinários de assalto, as cavalaria e infantarias precisavam contar com técnicas de médio ou longo prazo para a conquista (JONES, 1999); as fortalezas passaram a servir também como pontos-chave para o repouso de guerreiros, bem como as regiões onde se situavam serviam para o abastecimento ou para o acampamento dos exércitos em seus arredores (NICHOLSON, 2004, p. 78-79).

Isso posto, notamos a utilização de pontos fortes já dominados como ponto de partida para campanhas militares dos exércitos castelhanos. Córdoba é referenciada como ponto de avanço em diversos momentos. O mesmo pode ser dito de Toledo, especialmente nos primeiros anos do reinado de Fernando III. Ao terceiro ano após a retomada das hostes contra os muçulmanos, os cronistas mencionam o retorno dos exércitos: “[...] destruiu a terra dos mouros e voltou daquela vez à cidade de Toledo” (PCGE, 1955, p. 720, tradução nossa)³⁶. Adiante, os redatores ainda mencionam o

³⁵ Ver página 59-60. No excerto referido, estão descritas as investidas às vilas estratégicas para a conquista de Sevilha. A partir do domínio de pontos fortes circundantes à cidade principal, as tropas se estabeleceram e marcharam para efetivar o cerco.

³⁶ Do original: “[...] et corrio tierra de moros et destruxola; et tornose daquela vez a la çipdat de Toledo” (PCGE, 1955, p. 720).

retorno a Toledo após o cerco de Capiella: “E ao final de 14 semanas após sair com sua hoste, voltou para a cidade de Toledo” (PCGE, 1955, p. 721, tradução nossa)³⁷.

O financiamento das campanhas, embora fosse dever dos combatentes, conforme mencionado nos capítulos anteriores, também era garantido durante as viagens de guerra não somente por meio das paradas estratégicas em fortificações aliadas, mas do saque de pontos inimigos. Destacamos a seguinte passagem:

Quando chegaram à vila, a invadiram e, encontrando-a cheia de riquezas, a espoliaram todos os bens; derrubaram seus muros ao solo e levaram cativos homens e mulheres, idosos e crianças (CLRC, 1999, p. 75-76, tradução nossa)³⁸.

No excerto anterior, no qual o manuscrito trata sobre a conquista de Quesada, na primeira campanha efetivada por Fernando III, notamos essa dinâmica de saque presente também para a manutenção das condições dos exércitos. Essas incursões, além de servirem como parte das estratégias de desgaste dos inimigos³⁹, que tinham seus recursos reduzidos, cumpriam a função de reunir alimentos, capturar informantes ou até mesmo bens que ajudariam a custear os gastos das hostes.

Posteriormente, os cronistas ainda registram saques quando abordam a investida contra Jaén, em 1225, na qual os exércitos cristãos são obrigados a desistir do bloqueio dos inimigos diante da dificuldade de tomá-la. Apesar da alegação dos cronistas do esgotamento dos recursos que impossibilitaram o objetivo inicial da operação, as incursões de abastecimento atenderam às demandas das tropas possibilitando a continuidade das marchas para o domínio de outras regiões mais vulneráveis.

[...] levantaram dali os acampamentos para outras vilas, a saber, Priego e Loja, que tomaram à força, espoliaram todos seus bens, mataram muitos milhares de mouros e fizeram muitos cativos. E assim

³⁷ Do original: “Et al cabo de XIII sedmanas de quando saliera con su hueste, tornose a la çipdat de Toledo” (PCGE, 1955, p. 721).

³⁸ No original: “Cuando llegaron a la villa, la invadieron al momento, y, encontrándola llena de riquezas, la expoliaron de todos los bienes; tiraron sus muros al suelo y se llevaron cautivos a hombres y mujeres, a mayores y lactantes” (CLRC, 1999, p. 75-76).

³⁹ As estratégias de desgaste faziam parte das guerras como elemento decisivo para a conquista diante dos inimigos. Nesse ponto, a pilhagem, as cavalgadas, os ataques às plantações inimigas, embora servissem para abastecimento dos exércitos, também objetivavam o esgotamento dos sitiados durante os cercos (GARCÍA FITZ, 2001, p. 173).

montaram acampamento na nobre cidade de Granada (CLRC, 1999, p. 78, tradução nossa)⁴⁰.

Embora os cronistas tenham discorrido sobre essas movimentações entre as vilas referidas de maneira superficial e mesmo que o insucesso da conquista no primeiro ataque organizado pelas hostes de Fernando III a Jaén tenha sido atribuído ao fato de a região ser “[...] fortíssima e muito defendida pela natureza e pelo engenho [...]” (CLRC, 1999, p. 78, tradução nossa)⁴¹, é possível avaliar as dificuldades de sustentação da prática do cerco a partir não apenas da escassez de recursos materiais, mas também de soldados para garantir o bloqueio adiante. Em face disso, reforçamos que, apesar de a organização prévia e o financiamento inicial terem sido garantidos (e discutidos em conselho) pela nobreza, em boa parte dos casos, era por meio do abastecimento ao longo do trajeto que se poderia atender às necessidades dos viajantes (CARDOSO, 2015, p. 47).

Quanto aos trajetos percorridos pelas tropas, além das viagens terrestres, destacamos a ocorrência dos deslocamentos por rios e pelos mares. Apesar de o nosso enfoque ser as investidas militares dentro do continente europeu e que estas, portanto, envolviam uma maior incidência de marchas por terra, fosse utilizando montarias, fosse caminhando, havia campanhas em que se impusera a necessidade de navegação interior, por vias fluviais, ou até em mar aberto.

As embarcações utilizadas eram classificadas de acordo com sua dinâmica de movimento. Eram nomeadas como galeras, troncos e barcos as que utilizavam o remo como força motriz. Já no caso das embarcações movidas a vela, as dimensões eram ainda mais variáveis; alguns exemplos destas são as naus, a coca, a coca baionesa ou a caravela (MOLINA MOLINA, 2000, p. 116).

As galeras eram frequentemente empregadas para a navegação no Mediterrâneo no decorrer da Idade Média. Fernando III utilizou esses tipos de embarcações de maior porte também no cerco de Sevilha, descrito no *Capítulo II*. Pelo menos treze embarcações foram mobilizadas nessa campanha, entre galeras e navios.

⁴⁰ No original: “[...] levantaron de allí los campamentos hacia otras villas, a saber, Priego y Loja, a las que tomaron por la fuerza, las expoliaron de todos los bienes, mataran muchos miles de moros e hicieron muchos cativos. Y así dirigieron sus campamentos hacia la nobilíssima ciudade de Granada” (CLRC, 1999, p. 78).

⁴¹ No original: “[...] fortíssima y muy defendida por la naturaleza y el ingenio [...]” (CLRC, 1999, p. 78).

A ocorrência de navegações era ainda maior entre os governos muçulmanos, especialmente em mar aberto. Ao longo dos séculos de Reconquista, sobretudo enquanto unificados com lideranças do continente africano, como foi durante o Califado Omíada, eram promovidas incursões cruzando o Mediterrâneo (CASTRO, 2019, p. 337-338). De acordo com Jacques Le Goff (2016, p. 192), em contraste com os movimentos por terra, mais lentos, a navegação por água poderia atingir a marca de 300 km percorridos no prazo de 24 horas. Essa velocidade atingida por meio do avanço tecnológico presente nas embarcações possibilitou o tráfego organizado entre os continentes e garantiu apoio para além da região da península.

Os manuscritos de *Las Cantigas de Santa Maria*⁴² (figura 4) mostram representações de embarcações movidas a remo e a vela, utilizadas pelos muçulmanos.

⁴² Cantigas religiosas organizadas a mando de Alfonso X, o Sábio. Sua autoria também é fonte de debate. Supõe-se que, por questões de estilo, a maior parte da fonte tenha sido redigida por um mesmo autor; no entanto, é possível que outros autores tenham se envolvido na sua produção. A obra contém melodias e pinturas. As iluminuras presentes no documento, via de regra, representam o texto narrado. Redigido em um período temporal próximo das campanhas militares de Fernando III, o manuscrito auxilia na compreensão de uma série de elementos culturais da sociedade em questão (COSTA, 2006, p. 22-23).

Figura 4



Embarcações utilizadas pelos povos muçulmanos da Andaluzia. Fonte: ALFONSO X EL SABIO, 1807, T-I-1, fol. 159. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=17833. Acesso em: 16 jul. 2023.

As hostes de Fernando III não envolveram tráfego de longa distância marítima. Contudo, ainda que não fosse costumeiro, a utilização das vias fluviais presentes no interior da Península Ibérica foi representada pelos cronistas em função de demandas militares. *Las Cantigas de Santa Maria* (figura 5) reforçam a presença já mencionada

dos navios e das galeras no contexto ao representar as embarcações a remo e a vela também empregadas pelos povos cristãos.

Figura 5



Embarcações utilizadas pelos castelhanos. Fonte: ALFONSO X EL SABIO, 1807, T-I-1, fol. 230.

Disponível em:

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=17833.

Acesso em: 16 jul. 2023.

Os rios e lagos presentes na região peninsular poderiam ser transpostos por meio de construções de pontes fixas ou temporárias. No caso do Douro, por exemplo, verificamos uma dificuldade de navegação flagrante, superada apenas próximo ao

século XIX. Até então, soluções como a encomendada por Almançor (938-1002)⁴³ de improvisar uma ponte de barcas provisórias para o tráfego de muitos homens e animais, já que buscava movimentar sua cavalaria (DUARTE, 1997, p. 98), eram alternativas possíveis de se empregar.

O rio Guadalquivir era um dos principais focos de Fernando III. Além de o vale que o circunda aglutinar fortificações de interesse do monarca, estrategicamente, o acesso marítimo possibilitado pelo fato de ele desaguar no Oceano Atlântico o tornava muito valioso. Na investida dos castelhanos contra Sevilha, o bloqueio do Guadalquivir era tido como essencial para o desgaste dos sevilhanos que, caso o acessassem, poderiam recorrer ao socorro externo para além do continente europeu (GARCÍA FITZ, 1998, p. 150).

Nesse período, as embarcações utilizadas eram de menor porte se comparadas com as que se destacam a partir do século XV. Até então, especialmente quando nos referimos ao tráfego pelos rios, eram utilizadas pequenas jangadas ou canoas (DUARTE, 1997, p. 97). Embarcações maiores, como os navios ou as galeras utilizadas pelos comandados de Ramón Bonifaz no assédio de Sevilha (PCGE, 1955, p. 748), eram empregadas para navegar distâncias maiores.

De fato, a navegação de longa distância com finalidade militar não era comum na região. Embora seja possível avaliar expressivas evoluções de mecanismos de navegação e nas próprias embarcações durante a Idade Média Central, bem como se verifica mediante o aumento do porte das embarcações e a possibilidade de carregar cada vez mais cargas nos navios utilizados (BRADBURRY, 2004, p. 321), há poucas menções ao uso de navegações pelas hostes de Fernando III. Contudo, o caso do já citado isolamento fluvial do bairro de Triana de Sevilha foi considerado crucial para garantir a vitória cristã.

No que se refere aos deslocamentos por terra, estão representados nas fontes viagens de longa distância percorridas pelos guerreiros castelhano-leoneses. Toledo tornou-se uma base de avanço segura para os combatentes desde as primeiras operações militares promovidas pelo monarca que protagoniza este estudo. Dali saíam mensageiros e guerreiros frequentemente para articular acordos ou sitiar

⁴³ Foi um político e líder militar de al-Andalus que exercia funções administrativas para o então califa do Califado de Córdoba, Hixam II (MARTÍNEZ ENAMORADO, 2003).

opponentes. Marchas de Toledo a Múrcia são relatadas (CLRC, 1999, p. 79)⁴⁴, evidenciando um movimento que implicava o tráfego por um caminho de mais de 350 km a ser executado com soldados carregando armaduras, comida e, por vezes, seguindo com animais de grande porte por vias estreitas⁴⁵.

A questão da condição das estradas é um tópico recorrente para a abordagem do tráfego dos exércitos. Via de regra, após a queda do Império Romano, as estradas disponíveis passaram a se deteriorar. Por isso, os caminhos disponíveis para o deslocamento das tropas eram de péssima qualidade. Manutenções no sentido de melhorar rotas utilizadas com frequência foram feitas, por exemplo, por Domingo (1019-1109)⁴⁶, no final do século XI, com a construção da ponte sobre o rio Oja para o acesso ao Caminho de Compostela, e por Alfonso VI, de Leão e Castela (1072-1109), responsável por ordenar a construção de pontes entre o trecho de Logroño e Compostela (MOLINA MOLINA, 1999, p. 113). Contudo, a realidade presente para os exércitos cristãos durante a Reconquista ibérica era dos caminhos enquanto um problema a se superar. Tratava-se de estradas de terra que, durante os períodos de chuva, ficavam cobertas por lama e pelas quais a passagem de animais e de exércitos numerosos era dificultada.

Se marchas como as dos exércitos de Fernando III de Jaén para vilas como Priego e Loja, estimadas em cerca de 70 km, poderiam levar mais de dois dias inteiros de caminhada a pé sem grandes cargas, deslocamentos como o realizado pelo monarca até o reino de Leão após saber da morte de seu pai, Alfonso IX, chegavam a 372 km de distância. Nessa última viagem, foram realizadas paradas em Ávila, Medina, Villalar após cruzar o rio Douro, San Cebrián de Mazote, Toro, Villalpando, Mallorga e Mansilla (CLRC, 1999, p. 91).

⁴⁴ No trecho mencionado, Fernando III decide participar de uma campanha na região de Múrcia. Os cronistas afirmam que o monarca parte de Toledo apesar do clima invernal desfavorável para a realização da guerra: “[...] dados de lado por no decir decir depreciados los pareceres y consejos de todos, salió rapidamente de Toledo y se dirigió a aquellas tierras” (CLRC, 1999, p. 79).

⁴⁵ As distâncias referenciadas foram calculadas a partir da *Google Maps Plataforma*. A tecnologia conhecida como Matriz de Distância, ou *Distance Matrix API*, mapeia via satélite as distâncias entre dois pontos geográficos selecionáveis (GOOGLE, 2023). Os valores utilizados foram aproximados e servem como ilustração para a compreensão dos deslocamentos no período abordado. Limitações como a indisponibilidade de vias antigas e a alteração de formas de locomoção dos dias atuais em relação ao contexto histórico evocado foram levados em conta, embora não sejam qualificadas por essa tecnologia. A validade do uso desse recurso também é reforçada visto que as fontes do período são insuficientes para a delimitação precisa de todos os trajetos.

⁴⁶ Domingo García, nascido na região de Burgos, ficou conhecido pela construção do calçamento do caminho. Nas proximidades, formou-se uma vila que levou o nome do ermitão engenheiro, Santo Domingo de la Calzada (MOLINA MOLINA, 1999, p. 113).

Os trajetos apresentados representam uma média de 45 km entre uma parada e outra. Os primeiros movimentos empreendidos em uma convocação de hoste, quando as tropas estavam mais abastecidas e mais dispostas, costumavam ser mais longos, ultrapassando os 100 km, como é a rota percorrida entre Toledo e Ávila. Isso posto, uma estimativa segura para os viajantes combatentes é de uma velocidade de deslocamento média de 6 km/h a 8 km/h para a cavalaria e de cerca de 4,5 km/h para a infantaria. Assim, os dias em viagem costumavam expressar 35 km percorridos (CARDOSO, 2019, p. 27)⁴⁷. Ainda que em certas passagens os cronistas relatem trajetos que superavam os 100 km sem mencionar paradas, a probabilidade de o caminho não envolver pausas é baixa, especialmente devido a esse padrão de deslocamento que debatemos.

Os combatentes envolvidos nas hostes de Fernando III percorreram, portanto, trajetos predominantemente por terra, marchando com paradas estratégicas para a reorganização e a fim de garantir recursos para a continuidade das estratégias de cerco e desgaste dos inimigos. Dessa maneira, compreendemos processos essenciais para a análise das viagens militares realizadas sob o comando do monarca percebendo a fundamental articulação de recursos, a necessidade de patrocinadores e ressaltando a relevância do planejamento diante das múltiplas dificuldades que envolviam os deslocamentos promovidos.

3.2 O clima

A historiografia recente tem atribuído grande relevância ao estudo da questão climática e do impacto de fenômenos considerados naturais nas sociedades estudadas. Isso posto, argumentamos que a interferência climática nas campanhas militares no contexto da Reconquista caracteriza um aspecto essencial para a abordagem da vida cotidiana dos exércitos.

Sendo assim, defendemos, também, que as expedições militares de Fernando III foram diretamente afetadas por questões de ordem climática durante todo o período de suas execuções. O clima impactou, de maneira determinante, sobre a decisão

⁴⁷ Para Jacques Le Goff, a depender do terreno e do tipo de viagem realizada, os deslocamentos mais rápidos não superavam os 25-60 km por dia (LE GOFF, 2016, p. 191).

pelos períodos do ano em que, geralmente, se viajava e, portanto, que se combatia. O caráter “cíclico” que levou teóricos como Francisco García Fitz (2009) a considerarem a chegada anual da primavera como um momento adequado para o combate para os exércitos medievais se dava, sobretudo, em função do clima.

Enquanto autores como Pierre Toubert (2016)⁴⁸ e Michael Postan (1981)⁴⁹ se restringiram a abordar a quantidade de recursos materiais que o homem medieval teria para contornar a questão climática, sobretudo no que diz respeito às crises alimentares produzidas em decorrência dela, as produções historiográficas mais recentes rejeitam perspectivas que avaliam esse cenário como fruto de um desenvolvimento técnico limitado de uma economia agrária que, por muito tempo, se supôs passiva diante dos efeitos do clima.

Assim, rejeitamos reproduzir perspectivas investigativas que seguiram por metodologias que conduziram a determinismos ambientais. As publicações mais recentes de especialistas, ainda que de distintas vertentes de análise, lidam com múltiplas crises alimentares provocadas pelo clima às quais as distintas sociedades reagiram de maneira variada (SILVA *et al.*, 2023, p. 3-5). Todavia, são notáveis as adequações daqueles sujeitos às necessidades provocadas pelo seu ambiente.

É inegável, entretanto, que o clima é um ator fundamental para assegurar a disponibilidade de alimentos nos campos, garantir a possibilidade para o tráfego por estradas cobertas por terra, avaliar as condições de sobrevivência dos animais que acompanhavam os exércitos ou até explicar doenças que acometiam os viajantes.

Nesse sentido, o estudo do caso de Córdoba, uma das conquistas mais relevantes da vida de Fernando III, permite-nos avaliar a relevância das estações nas decisões em conselho no que diz respeito aos debates sobre a possibilidade de convocação de expedições militares. A cidade em questão, que havia servido como capital para o Império Omíada (756-1031), possuía construções religiosas imponentes, continha a maior mesquita do mundo até então e era frequentada por comerciantes importantes (COSTA, 2008), além de ser estrategicamente fundamental para garantir os avanços castelhano-leoneses em direção ao sul da península.

Contudo, ao ser informado de uma investida em curso contra Córdoba, organizada por Pedro Ruiz Tafur, Martin Ruiz d'Argot e Domingo Muñoz com objetivo

⁴⁸ Conferir: TOUBERT, Pierre. **En la Edad Media (fuentes, estructuras, crisis)**. Granada: Eug, 2016.

⁴⁹ Conferir: POSTAN, Michael. **Ensayos sobre agricultura y problemas generales de la economía medieval**. Madrid: Siglo XXI, 1981.

de dominar o reino, Fernando III foi aconselhado a não proceder com seu objetivo de reunir seus exércitos e auxiliar na conquista, ainda que boa parte da nobreza castelhana e o próprio rei tivessem muitos interesses envolvidos na possibilidade de conquista daquele reino.

A desaprovação em Conselho motivada por razões climáticas também é representada pelos cronistas antes, na operação contra Jaén. Afirmam:

A este desejo se opuseram quase todos os magnatas e conselheiros, não porque quiseram atrapalhar por negligência e apatia, mas temendo a aspereza do tempo invernal e a inundação das águas, já que poderia ser prejudicial ao propósito do rei para o verão seguinte (CLRC, 1999, p. 79, tradução nossa)⁵⁰.

Já no caso da tomada de decisão pelo socorro à hoste que combatia no subúrbio de Córdoba, ressaltam:

Irrompeu, pois, o Espírito do Senhor no rei, e, colocando sua esperança em Jesus Cristo, o Senhor, endureceu seus ouvidos para não escutar o conselho dos que, como encantadores, tentavam com persuasivas palavras impedir feito tão nobre, alegando a aspereza do inverno – que inundava com chuvas além do comum –, os perigos dos caminhos, as inundações dos rios, os poucos nobres que o acompanhavam, o duvidoso êxito com risco tão grande [...] (CLRC, 1999, p. 98, tradução nossa)⁵¹.

Nesses casos, o inverno foi determinante para justificar a falta de apoio aos objetivos de Fernando III. O rigor do clima era um dos fatores mais condicionantes do cotidiano dos exércitos medievais. Quando tratamos da questão do deslocamento, lidamos com o impacto da umidade diante de estradas de barro, que se tornavam lamacentas e impossibilitavam a passagem das tropas com cargas necessárias, especialmente armas e alimentos, durante as hostes (GARCÍA FITZ, 2009).

As inundações de rios também eram temores relevantes. As chuvas incessantes expressavam um problema para as cavalaria que participavam das

⁵⁰ No original: “A este deseo se oponían casi todos los magnates y consejeros, no porque quisieran entorpecer por dejadez y desidia, sino temiendo la aspereza del tiempo invernal y la inundación de las aguas, ya que ello podría ser perjudicial al propósito del rey para el siguiente verano” (CLRC, 1999, p. 79).

⁵¹ Do original: “Irrumpió, pues, el Espíritu del Señor en el rey, y, poniendo su esperanza en Jesucristo, el Señor, endureció sus oídos para no oír el consejo de los que, como encantadores, intentaban con persuasivas palabras impedir hecho tan noble, alegando la aspereza del invierno – que inundaba con lluvias más de lo acostumbrado –, los peligros de los caminos, las inundaciones de los ríos, los pocos nobles que con él estaban, el dudoso éxito de riesgo tan grande [...]” (CLRC, 1999, p. 98).

campanhas. Afinal, a Península Ibérica contém rios longos, como o rio Tejo, com mais de 1.000 km de extensão, que deságua no Douro. Ao sul da região, o Guadalquivir passava, ainda, por rotas percorridas pelos exércitos. Isso posto, o índice pluviométrico era fundamental para a possibilidade de acesso das tropas expedicionárias aos territórios inimigos, já que cruzar esses rios foi uma imposição dos trajetos em muitas operações dos exércitos castelhanos⁵².

Se voltarmos para a temática da alimentação, novamente, o impacto climático manifesta-se diante de plantações devastadas pelas chuvas incessantes ou, até mesmo, afligidas pela seca. Nesse sentido, os danos eram afligidos de diversas maneiras, seja por meio da redução do valor nutricional de alimentos, seja da dificuldade de conservação desses mantimentos, como pode ser verificado pela redução do teor de farinha de grãos de milho promovidas em contextos de longos períodos de chuva, que tornavam grãos armazenados mais suscetíveis a infestações por insetos e fungos (PFISTER, 2007)⁵³, ou pela inundação do campo, resultando na perda total de culturas.

Além disso, os cronistas medievais também estavam conscientes da relação climática com os prejuízos à imunidade. As doenças impediam a atividade guerreira e, no caso de acometerem lideranças importantes das hostes, poderiam comprometer todo o planejamento de uma campanha. A partir da *Crónica de D. Fernando*, de Fernão Lopes, notamos a afirmação da chegada do inverno atrelada ao adoecimento de combatentes e reforçando a ciência do impacto do clima gelado e excessivamente úmido ao armazenamento dos mantimentos. “Passado o verão e vindo o inverno, as pessoas começaram a adoecer e os mantimentos a estragar [...]” (LOPES, 1975, p. 138, tradução nossa)⁵⁴.

Ademais, Christopher Gravett (2000, p. 21) ressalta que o fato de as campanhas serem efetivadas, preferencialmente, no verão ou na primavera facilitava o uso de fogo. As fogueiras, essenciais no acampamento ou até como elemento-chave

⁵² Ver a passagem mencionada no tópico anterior da *Crónica Latina de los Reyes de Castilla* (1999, p. 91), quando abordamos o processo de travessia do rio Douro pelos combatentes.

No cerco de Sevilha, encontramos, na *Primera Crónica General de España* (1955, p. 75), a marcha do exército castelhano, com um contingente estimado de 280 homens, cruzando o rio em meio à batalha.

⁵³ O estudo referenciado foi articulado a partir da análise de contextos de crise de cultivo na Europa de acordo com suas regiões e contextos históricos, bem como durante a Grande Fome (1315-1322), e dos séculos finais da Idade Média. O trecho referido analisa, de maneira geral, a agricultura durante esse período na Europa ocidental.

⁵⁴ No original: “Passado o verão e vindo o inverno, começou a gente de adoecer e os mantimentos de mingoar [...]” (LOPES, 1975, p. 138).

em alguns tipos de ataque a fortalezas ou exércitos, eram mais simples de serem utilizadas graças ao clima quente. Dessa maneira, apontamos que a preocupação climática era central para a sobrevivência dos guerreiros.

Diante de tantos impasses, é notável como o estudo das crônicas medievais sustenta essa percepção da convocação das hostes de acordo com as estações climáticas mais adequadas para sua prática. Aludindo à ideia já demonstrada de F. García Fitz (2009, p. 136), para quem a primavera dava início à temporada de guerra, a partir dos relatos dos cronistas, evidenciamos os ciclos anuais de realização das hostes encerrados pelos climas mais frios. Dessa maneira, a festa de *San Juan* é referenciada como período em que geralmente os reis saíam para combater.

[...] depois de distribuir generosamente o soldo aos seus e reunir um exército forte e grande, próximo à festa de São João, no período em que os reis geralmente saem para o combate [...] (CLRC, 1999, p. 77, tradução nossa)⁵⁵.

O cenário climático da Espanha medieval, ainda que diverso, com divergências de índices pluviométricos em mais de 20% a depender da região analisada e com valores térmicos médios anuais que oscilam cerca de 18 °C, foi marcado por um aquecimento em curso no contexto histórico estudado. No século IX, bem como entre os séculos XIII e XIV, é notável o decurso de um processo de relativa alta de temperaturas atrelado a precipitações abundantes e regulares (CASTRO; MARTÍN-VIDE; ALONSO OROZA, 2005, p. 5-6). Assim, a demarcação das estações mais amenas, em meados de setembro, coincide com os inícios das hostes castelhanas também em razão da previsibilidade climática.

Logo após a primeira conquista de Quesada (1224) – cuja data da operação havia sido marcada para setembro, início do outono –, os exércitos de Fernando III promoveram algumas incursões na região e só as encerraram quando o inverno começava a afligir a hoste (CLRC, 1999, p. 77). Na sequência, os redatores afirmam que, “no ano seguinte, já tendo passado o inverno, o rei dom Fernando reuniu sua hoste e voltou à terra dos mouros” (PCGE, 1955, p. 720, tradução nossa)⁵⁶.

⁵⁵ No original: “[...] despues de distribuir generosamente la soldada a los suyos y reunir un gran y fuerte ejército, alrededor de la fiesta de San Juan, en el tiempo en que suelen los reyes salir al combate [...]” (CLRC, 1999, p. 77).

⁵⁶ Do original: “Despues desto a otro anno, ya pasado yuierno, saco el rey don Fernando su hueste et torno a tierra de moros [...]” (PCGE, 1955, p. 720).

Se, por um lado, não faltam menções nas fontes que provam a regra ressaltada pelo clássico historiador espanhol quanto à prática periodizada da atividade bélica, por outro, existem, também, diversas exceções documentadas que a tensionam. Além do já citado exemplo de Córdoba (1236), antes da estabilização na Coroa de Castela, também em setembro, Fernando III e alguns guerreiros se mobilizaram mesmo diante de fortes chuvas e prenderam Álvaro de Lara (CLRC, 1999, p. 70). Os cronistas documentaram, inclusive, a presença de lodo pela estrada onde os homens armados passavam a cavalo.

[...] se aproximaram, o prenderam e o atiraram do cavalo ao lodo – estava, então, chovendo – e assim, envolto em barro, o levaram cativo diante da rainha (CLRC, 1999, p. 70).

F. García Fitz (2009) estava ciente das práticas que contestavam os aspectos logísticos envolvidos na questão climática da guerra. Segundo ele:

Não podemos estranhar quando, todavia, um inexperiente e impulsivo Fernando III ordenou preparar uma campanha contra o al-Andaluz no começo de novembro de 1225, seus conselheiros tentaram dissuadir-lhe porque temiam a aspereza do inverno, as passagens inundadas e as correntes fugindo do controle: naquela situação, havia pouco dano que se poderia fazer aos inimigos e se corria muito risco. Sem dúvida, iniciando uma viagem em pleno inverno, como a que este mesmo monarca fez de Benavente a Córdoba em dezembro de 1235 – quando soube que alguns almogávares haviam tomado um subúrbio desta última cidade –, sob chuva e frio, por estradas intransitáveis e atravessando rios transbordantes, era um fato inusitado, uma verdadeira imprudência praticada contra os critérios dos mais prudentes de seu conselho (GARCÍA FITZ, 2009, p. 138, tradução nossa)⁵⁷.

Os desgastes provocados pelo clima aos combatentes são expressos, mas não se esgotam, pelas questões já mencionadas. Jan Frans Verbruggen (1999, p. 291 e 302) disserta até mesmo sobre o impacto das condições climáticas no descanso das

⁵⁷ Do original: “No puede extrañar que cuando un todavía bisono e impulsivo Fernando III ordenó preparar una campaña contra al-Andalus a principios de noviembre de 1225, sus consejeros intentasen disuadirle porque temían la aspereza del invierno, los pasos inundados y las corrientes saliéndose de madre: así las cosas, era poco el daño que se podría hacer a los enemigos y mucho el que se arriesga a recibir. Sin duda, iniciar un viaje en pleno invierno, como el que hizo este mismo monarca desde Benavente a Córdoba en diciembre de 1235 -cuando tuvo noticias de que unos almogávares habían tomado un arrabal de esta última ciudad-, bajo la lluvia y el frío, por caminos impracticables y atravesando ríos desbordados, era un hecho insólito, una verdadera temeridad puesta en práctica en contra del criterio de los más prudentes de su consejo” (GARCÍA FITZ, 2009, p. 138).

tropas expedicionárias. Segundo o autor, especialmente quando se viajava para regiões nas quais as condições climáticas eram muito distintas das quais os guerreiros estavam acostumados, era comum que a adaptação cobrasse altos preços aos combatentes. O cansaço excessivo provocado por essas ambientações – ou, nos casos mais sérios, o adoecimento – era uma problemática a ser considerada, sobretudo nas campanhas que visavam a localidades mais distantes. Contudo, como notamos a partir do exemplo de Córdoba mencionado anteriormente, as estações e as condições naturais que se impuseram aos combatentes que protagonizam esta dissertação não podem ser avaliadas como objeto de um determinismo ambiental.

Dessa maneira, ainda que tenhamos reforçado o caráter estacional que o clima impôs às hostes medievais, corroborando uma prática que se tornou costumeira de realizar operações militares em intervalos em que o clima era favorável para fazê-lo diante de diversas problemáticas, discorreremos sobre as exceções tensionadas pelas ações dos exércitos de Fernando III. O rei, muitas vezes questionado por parte da nobreza, organizou campanhas mesmo em meio a estações desfavoráveis e obteve sucesso em algumas dessas empreitadas. Isso se deu, sobretudo, graças ao planejamento estratégico das campanhas e de condições materiais garantidas para esses avanços.

3.3 Os acampamentos militares

Diante dos debates estabelecidos ao longo desta dissertação, abordamos aspectos essenciais para a explicação da condição dos acampamentos montados pelos exércitos castelhano-leoneses. A problemática do abrigo impõe-se diante dos longos cercos e da necessidade de permanência dos combatentes em zonas de fronteiras em disputa ou até mesmo em territórios inimigos.

Afinal, as guerras de assédio de pontos fortes, atreladas ao desgaste gradual dos recursos de oponentes e do seu esgotamento progressivo implicavam a necessidade das hostes de repousar em ambientes inseguros. Portanto, os abrigos para os homens e animais em campanha se impuseram a partir dessa demanda.

Os acampamentos medievais estabeleceram-se como locais onde grupos de pessoas, como soldados, mercadores, viajantes ou peregrinos, se reuniam e

estabeleciam um ambiente de repouso temporário. Esses acampamentos eram comuns quando os indivíduos viajavam longas distâncias para participar de eventos religiosos, feiras de comércio ou, notadamente, de batalhas.

Os assentamentos eram geralmente compostos de tendas ou barracas, eram realizadas fogueiras para cozinhar e se aquecer. O tamanho e a complexidade do acampamento variavam de acordo com o seu propósito e com o tamanho do grupo envolvido. Acampamentos militares, por exemplo, eram frequentemente cercados por uma paliçada ou um muro de madeira para proteger os soldados de ataques inimigos, além de serem organizados de maneira particular (GARCÍA FITZ, 2009).

A possibilidade de abrigo para alguns grupos menores no interior de fortificações também pode ser verificada no período. Ao tratar sobre o domínio e a função das estruturas de defesa militar fixas ou temporárias, Helen Nicholson (2004, p. 5) demonstra que, ainda que os castelos tenham sido projetados e utilizados de acordo com sua funcionalidade bélica, diante de situações extremas, as construções religiosas, como mosteiros e igrejas, poderiam servir como abrigo. Ainda assim, geralmente, os acampamentos que eram estabelecidos durante as campanhas foram utilizados, com maior frequência, pelos soldados de Fernando III, embora eles pudessem se aproveitar da disponibilidade de fortificações para firmar os abrigos e tendas em seus arredores.

Nos casos em que não se podia ficar dentro dos muros de um ponto forte, acampar próximo a eles era uma opção viável devido à vantagem de terreno, já que essas defesas eram estabelecidas em terrenos altos, que dificultavam ataques inimigos; além disso, as fortificações ofereciam provisões que atendiam a demandas dos exércitos. Fernando III segue essa premissa na marcha para a tomada de Córdoba, acampando próximo a um castelo abastecido por uma fonte d'água: "Fernando fincou sua tenda em um campo, próximo a uma fonte ao lado de um castelo" (PCGE, 1955, p. 731, tradução nossa)⁵⁸.

As tendas e barracas usadas em acampamentos medievais eram feitas de uma variedade de materiais, incluindo lã, linho e couro. Algumas tendas eram grandes o suficiente para abrigar várias pessoas e até mesmo animais de carga. O fácil acesso aos animais utilizados para transporte e aos armamentos era considerado para a organização das tendas. Em regiões cuja disputa territorial era mais frequente, até as

⁵⁸ No original: "Fernando fincara su tienda en vn canpo, çerca de vna fuente cabo del castiello" (PCGE, 1955, p. 731).

estruturas das moradias permanentes eram planejadas de acordo com essa premissa, como destacamos a partir do relato presente na *Historia de los Hechos de España* (1989)⁵⁹:

Naquela época eram tão habituais os ataques dos árabes que os cavaleiros, os condes e inclusive os reis situavam os estábulos dentro das casas, onde ficava o quarto matrimonial, com o fim de poder chegar aos cavalos e às armas sem demora em qualquer momento que ouvissem o tumulto dos atacantes (HISTORIA DE LOS HECHOS DE ESPAÑA, 1989, p. 219, tradução nossa)⁶⁰.

Os acampamentos também podiam incluir estruturas mais permanentes, sobretudo quando se tratava de abrigar membros da nobreza. A madeira era utilizada para a construção de abrigos mais reforçados para indivíduos importantes, como foi para Juan I (1379-1390), em Lisboa, ou Alfonso XI (1312-1350), no cerco de Algeciras (GARCÍA FITZ, 2009, p. 168).

Afinal, tão importante quanto o planejamento do deslocamento nas campanhas militares era a seleção dos ambientes para descanso. Enquanto o trajeto das tropas poderia alcançar centenas de quilômetros, as pausas nas marchas eram essenciais. Mencionamos, anteriormente, a prática comum de parar em fortalezas já conquistadas pelo caminho escolhido antes de seguir até o local de batalha. Com fundamento nos documentos, podemos, inclusive, analisar a logística de abastecimento desses pontos fortes para o preparo para o recebimento das tropas.

Em certas campanhas, Alfonso X e outros cavaleiros foram encarregados de tais tarefas. Destacamos a marcha de Múrcia: “Mas deixamos agora o infante dom Alfonso andar pelo reino de Múrcia abastecendo as fortalezas [...]” (PCGE, 1955, p. 742, tradução nossa)⁶¹. Adiante, encontramos nova menção à prática: “[...] o rei

⁵⁹Produzida em um recorte temporal semelhante às crônicas principais que embasaram esta pesquisa, a CLRC (1999) e a PCGE (1955), a *Historia de los Hechos de España* (1989) foi redigida na primeira metade do século XIII por Rodrigo Jiménez de Rada e possui um enfoque na figura de Fernando III. A partir do texto, notamos uma narrativa temporal semelhante à da *Primera Crónica General de España* (1955). Enquanto a redação da CLRC (1999) partiu da morte do primeiro conde de Castela, Fernán González, tendo sido concluída com a conquista de Córdoba, em 1236, o texto do arcebispo de Toledo reconstrói uma história da Antiguidade hispânica que se desenrola até 1243.

⁶⁰No original: “En aquella época eran tan habituales los ataques de los árabes que los caballeros, los condes e incluso los reyes situaban los establos dentro de las casas, en el mismo lugar que la alcoba matrimonial, con el fin de poder tomar los caballos y las armas sin la menor demora en cualquier momento que se oyese el tumulto de los atacantes” (HISTORIA DE LOS HECHOS DE ESPAÑA, 1989, p. 219).

⁶¹No original: “Mas deixamos agora el infante don Alfonso andar por el reyno de Murçia basteçiendo fortalezas [...]” (PCGE, 1955, p. 742).

mandou logo guiar seu filho bem e o enviou ao reino de Múrcia com muitos cavalos e muitos mantimentos e pessoas” (PCGE, 1955, p. 742, tradução nossa)⁶².

O abastecimento desses locais é retratado em muitas passagens nas crônicas, sobretudo quando envolve a preparação para batalhas prestes a iniciar. Antes do terceiro ano de operações militares, por exemplo:

[...] e foi com ela (sua hoste) à terra dos muçulmanos; e chegou com ela à terra de Sabiot e tomou Xodar e Garçies e as abasteceu de coisas que eram necessárias e de homens armados (PCGE, 1955, p. 720, tradução nossa)⁶³.

Poucas semanas de acampamento já poderiam expressar dificuldades significativas do ponto de vista da sua manutenção. Isso também ocorria devido à própria dinâmica de obrigatoriedade dos serviços militares, segundo a qual, após os primeiros meses, teoricamente, a prática da guerra não ocorria mais sob a obrigação de campanha dos vassalhos para com o monarca (GRAVETT, 2000, p. 22). Nesse sentido, a complexidade do acampamento escala à medida que boa parte dos custos ficavam a cargo dos combatentes (BONASSIE, 1985). Ainda que as vantagens econômicas oferecidas pelas hostes e o interesse da fé levassem os combatentes a se manterem em batalha mesmo após o cumprimento das suas obrigações para com o reino, essas implicações provocadas pelos longos cercos conduziam alguns desses homens a optar pelo abandono de operações.

Embora o objetivo dos combatentes fosse a realização de cercos curtos e, portanto, com baixo custo material e até mesmo psicológico, algumas hostes, como as convocadas para a conquista de Sevilha (1248), superaram o prazo de um ano (REIS, 2007). Fernando Balbino de Araujo (2021, p. 89), ao mapear os principais cercos realizados por Fernando III, elaborou uma tabela útil para reflexão sobre as condições de vida durante as campanhas mais longas (tabela 1).

⁶² No original: “[...] el rey mando luego guisar su fijo don Alfonso muy bien, et enbiol al reyno de Murçia con grandes réguas et con grant vianda et grant gente con el” (PCGE, 1955, p. 742).

⁶³ No original: “[...] et fue con ella a tierra de los alaraues; et llego con ella a tierra de Sabiot et priso a Xodar et a Garçies et basteciolas de las cosas que eran mester et omnes de armas” (PCGE, 1955, p. 720).

Tabela 1

Cidade	Duração do cerco
Capilla	3,5 meses
Baeza	Conquistada sem cerco
Úbeda	6 meses
Córdoba	5 meses
Jaén	7 meses
Sevilha	16 meses
TOTAL	37,5 meses

Duração dos principais cercos de Fernando III. Fonte: ARAUJO, 2021, p. 89.

A maior parte das hostes de Fernando III envolveu o cerco (GARCÍA FITZ, 2001). Casos como o de Baeza, presente na figura, são exceções⁶⁴. Especialistas em logística militar medieval afirmam que a conquista rápida era, na maioria das vezes, preferível pelo menor custo (JONES, 1999, p. 163). Contudo, a opção pela conquista imediata nem sempre era palpável, já que ela dependia ou do sucesso de invasões furtivas, que por vezes não se demonstravam eficazes⁶⁵, ou do uso de maquinários de assalto, que poderia ser insuficiente para o domínio de fortalezas mais bem defendidas⁶⁶.

Ademais, a prática do acampamento ditava o conteúdo do dia a dia dos comandados por Fernando III. O bloqueio de cidades como Córdoba e Sevilha gerou ainda mais esforços dos cronistas para tratar sobre o tema. No entanto, notamos a recorrência do pernoite em tendas em muitas investidas. Jaén, Granada e Múrcia são alguns dos casos mencionados (PCGE, 1955). Organizar as tropas da maneira mais

⁶⁴ O rei de Baeza, Abd Allah (1224-1226), já era vassalo de Fernando III e chegou a entregar, ainda em 1225, castelos importantes ao monarca cristão como prova de sua fidelidade. Após a morte do líder muçulmano, que resultou de conflitos internos com seus súditos, em 1226 o rei castelhano recebe o direito sobre Baeza sem necessitar de um confronto armado direto.

⁶⁵ O já mencionado caso de Córdoba, analisado no *Capítulo II*, demonstra a falibilidade da estratégia. Ainda que os guerreiros cristãos tenham tido sucesso em invadir o subúrbio de Córdoba, não foram capazes de resistir aos ataques dos cordobenses e perderam a suposta vantagem esperada pela prática da invasão rápida e silenciosa.

⁶⁶ Também explorada ao longo do *Capítulo II*, a passagem demonstra que os maquinários de assalto empregados na conquista de Sevilha eram insuficientes para garantir a vitória cristã. Os aparelhos chegaram a quebrar durante seu uso.

eficiente possível, alocar os animais e outras cargas importantes em segurança eram tarefas árduas e de primeira importância.

Nesse ponto, ressaltamos as afirmações de Francisco García Fitz (2009) sobre as particularidades de formas dos acampamentos militares:

[...] é fácil compreender por que os acampamentos demandavam importantes medidas de vigilância e segurança que permitissem alertar com tempo sobre aproximações dos inimigos e defender-se em caso de ataque. Evidentemente, não era o mesmo tipo de acampamento que se erguia para passar uma noite no decorrer de uma incursão que aquele outro que se organizava com a ideia de convertê-lo em um centro de operações em pleno território inimigo e a partir dele lançar cavalgadas ou algaras pelas comarcas imediatas durante vários dias ou semanas, ou em ponto nevrálgico para a conquista de uma cidade mediante cerco, uma operação que poderia levar meses. As diferenças entre um caso e os outros deveriam ser notáveis, mas, talvez, mais em termos de escala do que de natureza (GARCÍA FITZ, 2009, p. 162, tradução nossa)⁶⁷.

Afinal, a logística era componente essencial para a magnitude de uma hoste e determinante para seus elementos organizativos. Os cronistas retratavam problemáticas do acampamento como no exemplo de Córdoba, quando Fernando III o posiciona em região vulnerável em Écija (CLRC, 1999, p. 99). É notório que a alocação e a organização das tropas fora de movimento eram tópicos centrais nas guerras de cerco, pois poderiam representar a ameaça antes mesmo do início dos confrontos diretos.

Isso posto, com as operações militares se estendendo ao longo de meses, a preocupação se tornava ainda mais relevante. Leopoldo Torres Balbas (1954) defende que os princípios organizadores dos acampamentos descritos em *Las Siete Partidas* (2004) não eram meramente teóricos, mas aplicados na maioria das vezes.

O excerto mencionado por ele trata sobre a organização dos acampamentos nas hostes. Conforme o texto:

⁶⁷No original: “[...] es fácil comprender por qué los campamentos se dotaban de importantes medidas de vigilancia y seguridad que permitían alertar con tiempo del acercamiento de los enemigos y defenderse en caso de ataque. Por supuesto, no era lo mismo el campamento que se levantaba para pasar una noche en el curso de una incursión, que aquel otro que se organizaba con idea de convertirlo en centro de operaciones en pleno territorio enemigo, desde el que lanzar cabalgadas o algaras por las comarcas inmediatas durante varios días o semanas, o en punto neurálgico para la conquista de una ciudad mediante cerco, una operación que podía llevar meses. Las diferencias entre un caso y los otros debían de ser notables, pero quizás más de grado que de naturaleza” (GARCÍA FITZ, 2009, p. 162).

Deve-se estabelecer o acampamento de acordo com a configuração do local, seja ele longo, quadrado ou redondo, e colocar as tendas do senhor no centro, e as dos oficiais que devem servi-lo ao redor delas, de forma que fiquem como uma fortaleza: todas as portas das tendas devem estar voltadas para as do senhor, e deve-se deixar uma praça ao redor, onde os visitantes possam desmontar para ver o rei e onde possam se reunir caso ocorra algum incidente no acampamento; após essas tendas, todos os outros membros do acampamento devem acampar, formando uma espécie de vila; ao redor disso, devem ser colocadas as tendas dos cavaleiros e outros homens honrados que cercam o acampamento, como uma espécie de muro [...] (PARTIDA II, T. XXIII, L. XX, tradução nossa)⁶⁸.

A Lei XXI das *Partidas*, que trata dos acampamentos cuja duração prevista é mais longa, indica a possibilidade de organizar as tendas em círculos, quadrados ou em linhas retas paralelas (PARTIDA II, T. XXIII, L. XXI), a depender, especialmente, do terreno. Essa lei aborda, inclusive, a responsabilidade do caudilho sobre essa organização. A ele cabia o dever de garantir a segurança das tropas em repouso. O caudilho ainda deveria assegurar que não haveria ataques inimigos e que não se perderiam recursos ou animais.

Tinha-se em vista, também, a segurança sob a responsabilidade do caudilho.

[...] era responsabilidade do caudilho, por meio dos seus defensores, conseguir dados fidedignos sobre as forças, posições, movimentos e intenções dos seus adversários, para o que devia contar com uma rede de informantes e escutas que os transmitisse estes dados (GARCÍA FITZ, 2009, p. 150, tradução nossa)⁶⁹.

Após essa verificação prévia de terreno, que envolvia a avaliação da possibilidade de ataque aos inimigos a partir do local e do socorro de tropas aliadas, caso necessário, e realizado esse serviço de “espionagem”, era necessário elencar sujeitos para a vigilância, sobretudo nos períodos de descanso. Salvador de Moxó

⁶⁸ Do original: “Aposentada debe seer la hueste segunt la faycion del logar fuere, luenga ó quadrada ó redonda, et poner las tiendas del señor en medio, et las de los oficiales quel han de servir enderredor dellas, que esten como en manera de alcazar: e todas las puertas de las tiendas deben estar facia las del señor, et deben dexar en derredor destas plaza en que descabalguen los que venieren ver al rey, et donde se alleguen si algunt rebato acaesciere en la huste; et despues destas tiendas deben posar todos los otros de la hueste, que es así como la puebla de la villa; et aderredor desto deben poner las tiendas de los cabdiellos et de los otros homes honrados que cerquen la hueste, como en manera de muro” (PARTIDA II, T. XXIII, L. XX).

⁶⁹ No original: “[...] era responsabilidad del caudillo, através de sus adalides, hacerse con datos fidedignos sobre las fuerzas, posiciones, movimientos e intenciones de sus adversarios, para lo cual debia contar con una red de informadores y escuchas que se los transmitiesen” (GARCÍA FITZ, 2009, p. 150).

(1961, p. 43-44) investigou documentos jurídicos para pontuar algumas questões sobre o exercício da atividade guerreira na Idade Média.

Sobre os acampamentos, o autor assegura que não somente havia as funções de vigilância nos abrigos militares temporários, bem como, nos casos de vigilância da cidade⁷⁰, eram previstas punições para os sujeitos que, exercendo essa tarefa, dormissem ou traíssem seu povo. São muitas as menções nas documentações jurídicas sobre a similitude entre a organização de um acampamento militar e as defesas de uma cidade amuralhada.

A conquista de Córdoba envolveu, em um de seus momentos mais cruciais, um acordo entre Lorenzo Suárez e Fernando III. O nobre castelhano, que esteve em confronto com a Coroa enquanto era aliado do então líder cordobense, marchou para o acampamento cristão acompanhado de três guardas muçulmanos. Quando chegou até as tendas, os cronistas ressaltaram sua solicitação para aproximação do monarca de Castela. Só após o consentimento de seus vassallos é que D. Lorenzo chegou à presença de Fernando III.

Ressalta-se sobre a aproximação de Lorenzo Suárez: “E entrou pela hoste sem que ninguém lhe percebesse [...] e quando estava perto da tenda do rei, encontrou um guarda que estava vigiando [...]” (PCGE, 1955, p. 732, tradução nossa)⁷¹. Em seguida, o guarda comunica a outros vigilantes, que autorizam a aproximação do rei, destacando a dinâmica de segurança que deveria estar garantida pelos soldados do acampamento.

Esses vigilantes das hostes em acampamento ainda respondiam ao caudilho. O número de sujeitos cumprindo essa tarefa dependia da magnitude da campanha. Quanto ao formato adotado para a disposição das tendas (alongado, quadrado ou circular), também era variável em decorrência, além do espaço físico eleito, do número de acampados (GARCÍA FITZ, 2009). As tendas de alguns caudilhos eram centralizadas e, na periferia das tendas armadas, havia outros abrigos de caudilhos posicionados estrategicamente.

⁷⁰ O autor disserta sobre as funções de sentinelas, responsáveis pela guarda de setores das cidades medievais e da disposição de penalizações em textos como os dos *Fueros de Cáceres* e *Usagre* (MOXÓ, 1961, p. 43-45). Ao fazê-lo, relaciona-as com o exercício de vigilância durante a execução das hostes.

⁷¹ Do original: “[...] et entro por la hueste que ninguno nol fizo pesar [...] et quando fue çerca de la tienda del rey fallo vn montero que uelaua [...]” (PCGE, 1955, p. 732).

Nesse sentido, geralmente, procurava-se por locais altos, cujo socorro aliado era possível se necessário e, de preferência, com possibilidade de acesso rápido à água, à lenha e em proximidade de fortificações aliadas que facilitassem seu abastecimento ao longo dos meses (GARCÍA FITZ, 2009, p. 163).

Tratava-se, portanto, de acampamentos organizados por setores de atividade, conforme as proporções de cada acampamento, com vias e praças repartidas entre cambistas, ferreiros, os responsáveis pelos medicamentos, onde também ficavam os feridos, armeiros, enfim, com mestres de diversas especialidades organizados de acordo com suas funcionalidades (PCGE, 1955, p. 768).

A organização foi responsável por uma eficácia logística capaz de influenciar aspectos arquitetônicos séculos depois, a ponto de alguns autores trabalharem com a ideia de que os planos regulares⁷² das cidades medievais teriam sido originados a partir dos acampamentos militares, como sustenta Pierre Lavedan (1926, p. 442-443). Leopoldo Torres Balbas, na obra *La Edad Media* (1954), adota essa mesma perspectiva. Ao discutir acerca dos acampamentos militares, afirma:

A tradição do plano regular se conservou e foi transmitida na Idade Média mediante o exemplo dos acampamentos militares, nos quais essa ordenação, essencialmente prática, não sofreu nenhum eclipse (TORRES BALBAS, 1954, p. 52, tradução nossa)⁷³.

Entre algumas tendas, havia espaço suficiente para a movimentação. Circundando as tendas e as vias de locomoção, era comum construir paliçadas que, por vezes, eram reforçadas com ferro. Nessas margens, as tendas também costumavam ser erguidas de forma mais aproximada para dificultar a entrada de inimigos (GARCÍA FITZ, 2009, p. 164).

Estabelecer valas nos arredores dos acampamentos, além de assegurar que os animais das hostes não fugissem, oferecia mais segurança durante cercos, que poderiam implicar longos prazos de permanência. A estratégia foi utilizada pelas tropas de Fernando III na campanha de Sevilha (PCGE, 1955, p. 751).

⁷² Objeto de estudo de pesquisadores do fenômeno urbano, o conceito dos planos regulares, atrelado a disposições de quadras retangulares cercadas de vias perpendiculares foi investigado por autores como Pierre Pinon (2001). Para ele, entretanto, a ideia advém de cidades da região do Mediterrâneo que remontam à Antiguidade.

⁷³ No original: “La tradición del plano regular se conservó y fué transmitida a la Edad Media mediante el ejemplo de los campamentos militares, en los que esa ordenación, esencialmente práctica, no sufrió eclipse alguno” (TORRES BALBAS, 1954, p. 52).

Desde as preocupações de segurança a questões de manutenção e organização dos acampamentos, importa perceber as condições de repouso dos combatentes nessa dinâmica de guerra estática. Afinal, a guerra de posição implica, mais do que ser capaz de atacar, ser capaz de se organizar para sobreviver acampado em cerco.

3.4 A alimentação, a História e a guerra: um breve balanço

Garantir a disponibilidade de mantimentos era primordial para manter os exércitos em atividade. A questão da alimentação para as hostes é aspecto fulcral para compreender os procedimentos adotados pelos guerreiros para se sustentar durante os momentos de confronto. Por isso, reunir os mantimentos previamente, planejar sua possibilidade de conservação ou até mesmo discutir quais foram os tipos de alimentos mais consumidos nesses momentos foram elementos sobre os quais buscamos discorrer para analisar como os guerreiros da Reconquista se alimentavam.

Parte da logística de abastecimento alimentar já foi abordada ao longo desta dissertação. Como pontuamos, as tropas reuniam provisões necessárias para a guerra antes mesmo do início das campanhas militares. Ainda assim, o desenvolvimento de campanhas de longa duração, como foram as operações de Fernando III contra Úbeda, Jaén, Córdoba e Sevilha, demandavam formas dinâmicas de garantir novas fontes de recurso ao longo do tempo compreendido, que, em todos esses casos elencados, superou o prazo de cinco meses de combate. Nesse sentido, as incursões objetivando o saque de alimentos ou o abastecimento fornecido por carregamentos de aliados, sobretudo oriundos de fortificações próximas às frentes de combate dos exércitos, eram essenciais.

Obras como a *História da Alimentação* (1996), dirigido por Jean-Louis Flandrin e Massimo Montanari, foram empregadas para explorar a historicização de sistemas de alimentação e do contexto socioeconômico que impactava diretamente os costumes e hábitos alimentares dos exércitos estudados. Assim, pudemos trazer a questão da comida e apresentá-la também em um contexto excepcional, como é o da guerra. Partindo desse âmbito geral, fomos capazes de focar excertos das fontes para discorrer sobre a questão da alimentação levando em conta nossa temática.

A historiografia tem se debruçado sobre o tema da alimentação, ao menos de maneira mais concisa, desde o século XX. A partir dos anos 1930, tem se atribuído a pesquisadores de origens de formação diversas o interesse que culmina na Nova História da Alimentação. Teóricos como Lucien Febvre, Wilhen Abel, Adam Maurizio e outros fizeram parte desse movimento. Isso posto, não é possível sustentar que o interesse pelos alimentos sejam foco exclusivo de cientistas dos dias atuais.

Para Massimo Montanari (2008), a alimentação é parte de uma investigação historiográfica menos positivista e mais aproximada de uma visão compatível com a concepção crítica do cotidiano que já sustentamos. Assim:

[...] uma vez que, em todos os domínios, a história já não se ocupa das façanhas dos grandes homens, especialmente quando se trata das estruturas do cotidiano, às quais pertencem os hábitos alimentares dos povos. No interior dessas estruturas, os mais insignificantes acontecimentos da vida cotidiana têm algo de necessário e um sentido muito preciso (FLANDRIN; MONTANARI, 1996, p. 18).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a partir de 1950, a quantidade de pesquisas de caráter historiográfico sobre alimentação baseadas em perspectivas críticas que partiram de análises quantitativas para questões de ordem sociocultural aumentou significativamente; por isso, promovendo reflexões sobre tópicos qualitativos, discussões sobre restrição e abundância alimentar e questões sobre a relação de necessidade ou possibilidade de consumo de acordo com estamentos sociais dos grupos analisados passaram a ser suscitadas (QUÍLEZ ROYO, 2016, p. 5-6).

O especialista Henrique S. Carneiro (1997, p. 28) ressaltou a relevância das contribuições da Escola dos *Annales* para a formação da fisionomia definitiva do campo de pesquisa que seguimos. O autor, ao realizar um balanço da questão da História da Alimentação na Espanha medieval, defendeu que a região conta com menos produções nesse sentido do que localidades como Itália e França. Para ele, o debate em torno do tema no local remonta aos anos 1950, quando estudiosos arabistas passaram a analisar a cozinha andaluza e muçulmana. Portanto, Ambrosio Huici, com *La cocina hispano-magrebí en la época almohade* (1965), e Fernando de la Granja, com a publicação do livro *La cocina árabigo-andaluza según un manuscrito inédito, Fadhalat al-jiwam* (1960), foram considerados os pioneiros no assunto.

Contudo, só a partir da década de 1970, os pesquisadores da História da Alimentação passaram a produzir substancialmente novos estudos desde uma perspectiva de sociedades cristãs europeias; ainda assim, na maioria dos casos, tratando a alimentação como um aspecto analítico complementar (QUÍLEZ ROYO, 2016, p. 8).

Uma vez que nosso objeto apreende aspectos sociais, já que excede o ponto da necessidade biológica da comida e atinge diretamente os costumes, evocamos a afirmação de Johan Pottier (1996), para quem o alimento pode ser convertido no instrumento mais poderoso para a expressão, alteração e amostragem de sentidos sociais. Sobre essa relação entre alimentação, consumo e sentidos sociais, o especialista Henrique S. Carneiro (2005) assevera que:

O costume alimentar pode revelar de uma civilização desde a sua eficiência produtiva e reprodutiva, na obtenção, conservação e transporte dos gêneros de primeira necessidade e os de luxo, até a natureza de suas representações políticas, religiosas e estéticas. Os critérios morais, a organização da vida cotidiana, o sistema de parentesco, os tabus religiosos, entre outros aspectos, podem estar relacionados com os costumes alimentares (CARNEIRO, 2005, p. 72).

Diante da crescente das produções sobre a alimentação e da possibilidade de assimilação do tema em questão de acordo com sua importância para o homem medieval e, em sentido mais estrito, para o combatente envolvido nas operações de Reconquista, pontuamos breves tópicos relevantes sobre os usos e consumos de alguns elementos frequentes no contexto em questão.

Os costumes alimentares analisados são marcados, com base nas fontes investigadas, possibilitando o estudo do seu cultivo e transporte, bem como das relações políticas de guerra por meio da dinâmica de abastecimento dos acampamentos, e as condições de necessidades dos exércitos diante da fome, tópico recorrente na abordagem de guerras de cerco tanto do lado dos sitiados quanto das tropas em campanha.

A partir do século XI, por conta do desenvolvimento tecnológico atingido, atrelado a condições climáticas favoráveis, a Europa ocidental vivenciou e colheu frutos de uma estabilizada economia agrária. Graças a isso, a maioria das populações passou a poder se alimentar o suficiente para a sua subsistência (FLANDRIN; MONTANARI, 1996). De acordo com Miguel Ángel Motis Dolader (1996):

A economia agrária provoca a acumulação de reservas de cereais, mais fáceis de conservar e principalmente de estocar, que permitirão alimentar os circuitos comerciais em plena renovação no curso dos séculos seguintes. Já se observava esse fenômeno no fim da alta Idade Média no âmbito do domínio curtense, mas é sobretudo a partir do século X que os proprietários se impõem, reforçados e sustentados pelos poderes administrativos e judiciários, dos quais detêm o controle em detrimento do poder central. Essa distribuição do poder em todo o território, característica da sociedade feudal que se estabelece entre o século X e o século XII, sanciona esse estado de fato [...] (MOTIS DOLADER, 1996, p. 279).

Isso posto, nota-se que o pão passou a ocupar o posto de principal alimento para o homem medieval. Os cereais compuseram a base alimentar desde a realidade de camponeses até a nobreza, independentemente da hierarquia do ponto de vista social (QUÍLEZ ROYO, 2016, p. 15). Os pães são o alimento mais citado nos trechos das fontes que abordam o reinado de Fernando III, ressaltando a relevância desses cereais também nas campanhas.

A princípio, se os primeiros séculos da Idade Média expressaram uma restrição quantitativa de alimentos, paulatinamente, a estabilização econômica e a disponibilidade de mantimentos alteraram a realidade alimentar de tal maneira que a questão qualitativa passou a impor identificações sociais em termos de distinções na preparação, na conservação e no consumo; isso também se impôs sobre a ingestão dos tipos de cereais à disposição. Ou seja, não se tratava mais apenas de quanto pão um indivíduo poderia ou não comer no decorrer do medievo, mas de qual tipo de pão estava na mesa dele a depender de suas condições sociais. O ideal construído em torno do consumo do pão branco, derivado do trigo de melhor qualidade, era um arquétipo estimado pelo sujeito do período (GARCÍA MARSILLA, 1995, p. 489).

Sobre esse processo de formação de costumes (ou sistemas) alimentares, marcado por fluxos de alteração nas formas produtivas medievais, Giorgio Pedrocchio (1996) discorre:

O pão e o vinho suplantam os outros alimentos e os relegam à condição de alimentos complementares. Sua falta, principalmente nas cidades, é intolerável, uma vez que dois séculos de desenvolvimento progressivo da agricultura levaram a um esquecimento quase completo da castanha, da bolota e de outros alimentos desse tipo, exceto nas zonas montanhosas. Nas planícies a coleta e a caça perdem a função de recursos alimentares e se tornam, para a maioria das famílias camponesas, atividades marginais reservadas, em

tempos normais, aos pobres (coleta) e nobres (caça) (PEDROCCO, 1996, p. 312).

A recorrente utilização dos cereais enquanto alimento mais comum à mesa também se configurou, em diversos contextos, devido ao menor consumo da carne em relação à Alta Idade Média. Sobretudo para os camponeses, nos primeiros séculos do período medieval, havia mais carne disponível na mesa das aldeias (GIUSEPPE SERGI, 2017, p. 20).

Partindo da preferência pelo uso de cereais, notamos que, além do pão feito com o melhor trigo (definido, ainda, com base na preferência estética pelo cereal mais claro), outros cereais poderiam servir para o processo de panificação, como a cevada, a aveia e o centeio. Em períodos de mais intensa escassez, até mesmo a farinha de frutos secos, como nozes e castanhas, poderia ser utilizada. O chamado “pão negro”, produzido com cereais de menor qualidade, mesmo que tenha sido menos utilizado a partir do século XIII, quando o ocidente europeu participou de um movimento de popularização do pão branco, seguiu importante para a alimentação dos grupos mais pobres (QUÍLEZ ROYO, 2016, p. 15-16).

Compondo outro pilar da base essencial da alimentação, o consumo do vinho, natural do entorno do Mediterrâneo, difundiu-se junto a crenças e ritos de religiões desde a Antiguidade (RENOUARD, 1953, p. 301). Afinal, muitas vezes, a identidade de um povo é, também, marcada pela identidade alimentar. “Ser judeu ou muçulmano, por exemplo, implica, entre outras regras, não comer carne de porco” (CARNEIRO, 2005, p. 72). Assim, o consumo do vinho se expande ao passo que se torna relevante para os costumes de grupos que passaram a se identificar, entre outros fatores, pelo uso da bebida.

Já na Idade Média, o vinho ainda acompanhou esse processo de generalização de consumo e consolidou-se como elemento de identificação social para o ocidente europeu. Esse movimento se acelerou especialmente após os séculos XII e XIII para a realidade da Península Ibérica; resultado, também, da ocupação dos territórios outrora em posse do Islã, o vinhedo difundiu-se como a principal forma de cultivo na região (QUÍLEZ ROYO, 2016, p. 17).

Além destes, o consumo de carne vermelha e de peixes é destacado por pesquisadores. Enquanto o pão e o vinho representavam alimentos básicos do consumo, a carne expressava um *status* considerável, tendo se tornado um alimento

mais acessível em alguns lugares da Europa somente a partir do século XIII. A nobreza costumava consumi-la fresca, recém-caçada ou comprada dos mercados (QUÍLEZ ROYO, 2016, p. 28-31).

Portanto, após um resgate da historiografia sobre alimentação, discutiremos, no item seguinte, a alimentação dos exércitos de Fernando III em suas campanhas militares refletindo sobre suas particularidades.

3.4.1 A alimentação dos guerreiros nas hostes de Fernando III

No item anterior, resgatamos a historiografia acerca da alimentação. Isso nos permite, pautados nesse arcabouço, analisar a problemática da alimentação das hostes de Fernando III nas fontes utilizadas.

As reflexões promovidas ao longo do item apresentado reforçam a presença de itens que eram parte do hábito de consumo da sociedade analisada, bem como dos guerreiros durante os cercos. O pão, a cevada, o vinho e as carnes são citados pelos cronistas ao se referirem aos períodos de combate. As formas de obtenção desses mantimentos também são mencionadas em diversas passagens, de modo que havia até mesmo regulamentações jurídicas legislando sobre as possibilidades de garanti-las.

Na CLRC (1999, p. 57), encontramos menções à escassez provocada por uma seca na região de Leão e Castela que gerou a dificuldade de acesso à carne durante uma expedição militar de Alfonso IX, resultando no final sem sucesso da hoste. Os exércitos em questão não puderam sequer recorrer ao consumo da carne de equino. Segundo o texto:

[...] faltaram ao ejército mantimentos e otras cosas necesarias, o noble rei se viu obrigado a encerrar o assédio e voltar para sua terra. Na verdade, a carência de comida naquela expedição foi tal que as carnes de jumento e de cavalo eram vendidas muito caras no mercado [...] (CLRC, 1999, p. 57, tradução nossa)⁷⁴.

⁷⁴ No original: “[...] faltaron al ejército víveres y otras cosas necesarias, el rey noble se vio obligado a levantar el asedio y volver a su tierra. En verdad la carencia de comida en aquella expedición fue tal que las carnes de asno y de caballo se vendían muy caras en el mercado [...]” (CLRC, 1999, p. 57).

Essa expedição foi realizada após a conquista de Alcântara. Naquele momento, Alfonso IX optou por continuar a campanha e sitiou Baeza. A fome que atingiu as tropas castelhanas resultou da escassez de alimentos em todo o reino, mas afetou especialmente as regiões de Transierra e Extremadura. A falta de mantimentos atingiu os animais aumentando seu preço enquanto alimento e a própria disponibilidade destes era reduzida na região. Os cronistas apontam que havia poucos cavalos e jumentos no reino de Castela (CLRC, 1999, p. 57). Em contrapartida, a segurança alimentar é elencada como tópico-chave para tratar sobre a solidez da Baeza na campanha referenciada. “Os mouros, pelo contrário, tinham em abundância cavalos, trigo, cevada, azeite e outros diversos gêneros de alimentos” (CLRC, 1999, p. 57, tradução nossa)⁷⁵.

A restrição alimentar e a escassez decorrentes dos confrontos militares impuseram limites aos costumes consolidados em tempos de paz. Fosse pelo consumo de carne em quantidades reduzidas, fosse pela necessidade de recorrer a animais cujo consumo era incomum, a insuficiência alimentar ao longo de algumas hostes impactava também os principais pilares da dieta dos indivíduos. Os legumes, as verduras e as hortaliças eram mais comuns nas mesas mais pobres. Frequentemente, esses itens eram utilizados para fazer farinha e passar pelo processo de panificação (QUÍLEZ ROYO, 2016, p. 27-28). Esse pão menos nobre ainda passava a ser consumido pela nobreza cavaleiresca diante da necessidade. O saque às plantações externas de Jaén menciona, entre os itens visados, hortaliças e frutos (PCGE, 1955, p. 742).

A fome era parte do cotidiano dos exércitos. São várias menções ao temor da insegurança alimentar e a seus impactos sobre os guerreiros. O caso de Úbeda, citado adiante, não era exceção. O cerco de Córdoba, por exemplo, é estreitado aproveitando a brecha da falta de alimento aos cordobenses que, uma vez cercados, não poderiam se manter por muito tempo (CLRC, 1999, p. 100-101). Os efeitos políticos atrelados à questão alimentar são evidenciados até mesmo quanto ao impacto na negociação de rendições. Após a conquista dessa cidade, Fernando III teria firmado um pacto de não agressão aos moradores e aos seus bens móveis a partir da data da rendição.

⁷⁵ No original: “Los moros, por el contrario, tenían en abundancia caballos, trigo, cebada, aceite y otros diversos géneros de alimentos” (CLRC, 1999, p. 57).

Os termos do acordo não são encontrados em outros documentos além da CLRC (1999, p. 101). Entretanto, o ponto crucial da discussão é uma suposta discordância de parte da nobreza castelhana que teria, segundo os cronistas, questionado o aceite da rendição. A proposta dessa fração dos guerreiros quanto à cidade e a seus habitantes era de que a “[...] tomassem a força e os decapitasse: o que poderia fazer porque faltavam por completo os alimentos e, como desfalecidos de fome, não poderiam defender a cidade” (CLRC, 1999, p. 101, tradução nossa)⁷⁶.

É possível afirmar que os exércitos se alimentavam de uma variedade de alimentos viáveis a depender da região, do clima e da disponibilidade de recursos. Como máxima geral, evidencia-se o consumo do que se podia obter das terras e dos vilarejos ao redor dos trajetos percorridos ou dos acampamentos estabelecidos. O armazenamento de suprimentos secos e com maior durabilidade, como grãos, carne-seca, peixe salgado e queijo, era geralmente reunido antes mesmo do início de uma hoste (CARDOSO, 2019, p. 53).

Por outro lado, as campanhas mais numerosas de Fernando III, que chegaram próximo à marca de 10 mil homens, de acordo com estimativas de especialistas (GARCÍA FITZ, 1998, p. 124-125), exprimem a problemática do abastecimento pré-campanha. Afinal, o tráfego com grandes cargas de alimento era custoso para os animais de carga, e a conservação das provisões ao longo dos meses se mostrava ainda mais complicada, além da insuficiência quantitativa para as abundantes tropas. Portanto, os esquemas de abastecimentos no decorrer das campanhas eram essenciais, especialmente para guerras de maior duração e que envolviam maior contingente de guerreiros.

Nesse sentido, a pilhagem exercia uma função relevante não apenas para o financiamento econômico, mas para a própria alimentação dos guerreiros (CARDOSO, 2019). Em Jaén, os cronistas relatam o saque de pães e frutas antes da desistência da investida contra a cidade naquele momento (PCGE, 1955, p. 720).

Contudo, o armazenamento prévio de suprimentos de fácil conservação também é narrado pelos cronistas medievais. Notamos, em certas passagens, a organização dos estoques já precavendo batalhas mais longas. Assim sendo, quando ainda buscava a consolidação política em Castela, a crônica castelhana descreve

⁷⁶ No original: “[...] que los tomara a la fuerza y los decapitara: lo que podía hacer porque faltaban por completo los alimentos y, como desfallecidos de hambre, no podrían defender la ciudad” (CLRC, 1999, p. 101).

preparativos realizados pelos inimigos de Fernando III para combatê-lo na perseguição que culminou na prisão de Álvaro de Lara, nobre revoltoso que protagonizou boa parte dos problemas internos com os quais o monarca teve de lidar nos primeiros anos de reinado. Ali, Fernando, irmão do conde Álvaro, contava com muitos soldados prontos para resistir longo tempo em Molina. Para isso, seus homens aglutinaram cevada, vinho, carnes e trigo (CLRC, 1999, p. 71).

Nesse caso, embora os alimentos secos fossem preferíveis para o estoque devido à sua mais fácil conservação e que técnicas de secagem a partir do fogo já fossem empregadas naquele contexto (NAVARRO, 2021, n. p), as carnes não apresentariam problemas para a estocagem, já que se tratava de uma incursão rápida.

É importante frisar que os alimentos reunidos antes do início de uma hoste, boa parte das vezes, duravam somente alguns dias. Mesmo assim, o saque indiscriminado das populações de uma mesma região poderia representar um perigo adicional. Diante de repetidos furtos, os povoados por vezes adotavam a prática de terra queimada e fechavam-se em suas defesas para evitar os roubos contínuos (CARDOSO, 2019, p. 47-48). Nesses casos, os mantimentos precisariam ser garantidos pelas tropas que vinham carregadas de um ponto forte aliado próximo ao local de combate.

Anos depois da primeira luta em Jaén, a operação militar com destino a Andújar também envolveu o saque de pães, hortaliças e vinhedos de várias regiões; a saber: Ariona, Jaén e Alcaudete. O saque de animais também era uma possibilidade, fosse para transporte, fosse para posterior alimentação. Sobretudo quando conquistavam pontos fortes, os guerreiros poderiam cativar animais de grande porte (PCGE, 1955, p. 742-744).

Essas práticas eram comuns para o desgaste dos inimigos, que tinham suas plantações e animais atacados, além de serem cruciais para os exércitos, que angariavam recursos. A técnica já era amplamente utilizada pelos exércitos castelhanos, e seus efeitos eram compreendidos e empregados com frequência de tal modo que estão descritos nas partidas de Alfonso X (PARTIDA II, T. XXIII, L. XXIX).

A vantagem do saque era que, mesmo nos casos em que o sítio dos inimigos não era possível, o acesso a algumas plantações externas ou até a fontes de água dessas regiões poderia garantir a continuidade de campanhas ou a sobrevivência dos guerreiros.

Esse serviço de manutenção ou abastecimento das campanhas militares ainda pode ser percebido pela execução de *correduras*. A prática regulamentada juridicamente consistia em homens de um determinado ponto forte saquearem terras inimigas para abastecer seus castelos, sobretudo em zonas fronteiriças (PARTIDA II, T. XXIII L. XXVIII-XXIX).

A redação das partidas assinala a recorrência das *correduras* destacando, também, maneiras adequadas para sua execução. O saque deveria ocorrer a partir da marcha de poucos homens. Os combatentes deveriam sair de um ponto forte, no qual, geralmente, estavam instalados, para seguir até regiões inimigas vulneráveis e, de maneira furtiva, reunir e levar as provisões para o seu local de partida. Indica-se, ainda, a preferência pelo ataque a regiões inimigas mais próximas para evitar o cansaço das montarias utilizadas (PARTIDA II, T. XXIII, L. XXIX).

No entanto, a duração excessiva das *huestes* não implicava o roubo como fonte exclusiva para a provisão de alimentos dos exércitos. Afinal, uma vez que, de acordo com o contexto, elaboramos que os combates se faziam a partir de pontos fortes conquistados e abastecidos, de preferência alocados em proximidade aos acampamentos militares, marchas de contingentes para o reabastecimento dessas fortificações ocorriam. Alfonso X, quando ainda era infante, foi encarregado de uma dessas operações. O filho do rei abasteceu pontos fortes na região de Múrcia com grandes quantidades de carne (PCGE, 1955, p. 742).

Embora, como já destacamos, os guerreiros tivessem que arcar com boa parte dos custos das expedições, a Coroa também poderia se encarregar da provisão da comida:

A Coroa podia encarregar-se igualmente da compra, com alguma antecedência, dos mantimentos que considerava necessários para uma determinada expedição. Os mantimentos comprados seriam depois revendidos aos combatentes da hoste, muitas vezes sob a forma de desconto nos respectivos soldos. A aquisição, por parte da Coroa, destes mantimentos era feita a preços mais baixos do que o normal, por ser em grandes quantidades e por o rei assim o determinar, originando muitas vezes queixas por parte dos fornecedores. Este método de “compra por atacado” era sobretudo utilizado pela monarquia para abastecer as fortalezas e as frotas (CARDOSO, 2019, p. 50).

Ademais, por meio da PCGE (1955, p. 731), percebemos um alcaide mouro se aproximando do acampamento de Fernando III e levando à sua tenda como presente

pães, vinho, carne e cevada. Nessa passagem, um residente da região, segundo as fontes, muçulmano, estava disposto a auxiliar as tropas castelhanas no caso de sucesso se dominassem Córdoba. Ainda que a verificação do fato narrado seja infrutífera, importa notabilizar os mantimentos como forma de presente para os exércitos diante da possibilidade de que estes efetivassem a conquista do reino.

Em contrapartida, na mesma campanha de Córdoba em que os cronistas mencionam o recebimento de provisões pelo exército de Fernando III, eles dissertam sobre a ineficácia no bloqueio do inimigo que gerava a preocupação pela possibilidade de fortalecimento deste pela chegada de “[...] alimentos, armas e homens” (CLRC, 1999, p. 99, tradução nossa)⁷⁷, novamente ressaltando o caráter crucial do abastecimento como elemento definidor para conquistas nas guerras de cerco.

Contudo, a escassez de carnes ainda é verificada do lado muçulmano. No cerco promovido pelas tropas do rei castelhano-leonês contra os cordobenses, as incursões de desgaste e o bloqueio geraram a fome, que se mostrou decisiva para a rendição. “[...] e vencidos pela fome e pela escassez de alimentos, embora não quisessem, se entregaram à força ao rei Dom Fernando” (PCGE, 1955, p. 733, tradução nossa)⁷⁸.

Essa não foi a primeira menção à carência de abastecimento de suprimentos como fator decisivo de batalha. No ataque castelhano a Úbeda (1233), os cronistas também ressaltam a falta de pão e de outros alimentos como elemento crucial para o destino da vila. “[...] os que estavam assediados na fortaleza, por falta de pão e de outros alimentos, passavam apuros [...]” (CLRC, 1999, p. 93, tradução nossa)⁷⁹.

Notamos, portanto, que a alimentação ao longo das guerras seguia uma premissa muito condicionada pelas regiões das campanhas bélicas e pela possibilidade de abastecimento oferecido pela fronteira de território ocupada. Em geral, podemos assegurar que os exércitos castelhanos se alimentavam de uma combinação de suprimentos fornecidos pela terra, garantindo o armazenamento de alimentos, recorrendo à pilhagem, planejando uma logística de abastecimento própria,

⁷⁷ Do original: “[...]”

] los moros cordobeses podían libremente pasar el puente y obtener lo que necesitaran, y fortificar la ciudad con vituallas, armas y hombres” (CLRC, 1999, p. 99).

⁷⁸ Do original: “[...] et vencidos por fanbre et por mingua de viandas, mager que non quisiesen, dieronse por fuerça al rey don Fernando” (PCGE, 1955, p. 733).

⁷⁹ Do original: “[...] los que estaban asediados en la fortaleza, por falta de pan y de otras vituallas, pasaban apuros” (CLRC, 1999, p. 93).

promovendo o racionamento das provisões e contornando a inclemência do clima e das condições locais.

Assim, embora os costumes fizessem parte da realidade alimentar, a mesa dos guerreiros era posta de acordo com o que se poderia encontrar em determinada situação. A fome, o racionamento e a escassez eram temores palpáveis diante das custosas guerras de cerco, o que tornava a comida, também, um elemento político de barganha, determinante, inclusive, nos acordos estabelecidos nas conquistas e ainda mais decisivo para o próprio sucesso ou fracasso de uma hoste.

3.5 O sagrado nas hostes

O fervor religioso atravessava os mais distintos aspectos da vida do homem medieval. Uma vez que toda a dinâmica da vida em sociedade estava pautada pela crença, a cristandade, representada por uma nobreza cavaleiresca calcada nos ideais cristãos – que se enxergava como proprietária legítima das terras ocupadas pelos muçulmanos desde a presença do Califado Omíada até a queda do Reino Nacérida – , vivia com diligência sua relação com a fé no cotidiano. Portanto, abordaremos tópicos que nos permitem perceber parte do impacto exercido por essas crenças na vida dos exércitos castelhano-leoneses.

As datas importantes para a cristandade expressavam marcos temporais utilizados pelos cronistas para referência dos momentos em que as batalhas eram travadas, descontinuadas ou concluídas. Ademais, a preocupação com o estabelecimento de templos religiosos nos locais recém-dominados estava, na maioria das vezes, colocada como urgência por parte dos conquistadores. Para tanto, a santificação de espaços anteriormente utilizados para culto a outras divindades era, ainda, uma possibilidade tangível para o estabelecimento de uma nova igreja. Outro aspecto de ordem religiosa relevante a ser analisado a partir dos documentos é que as próprias referências ao campo de batalha apresentavam, na cronística hispânica, aparições mitológicas de santos auxiliando os cristãos na luta contra os considerados infiéis. Essas narrativas providencialistas eram produzidas com fundamento na ideia de legitimidade e santidade das guerras em curso.

Isso posto e, uma vez que debatemos uma sociedade moldada pela guerra em nome de Deus e em função dela, diante desses conflitos justificados e santificados, importa perceber de que maneira a fé impactava o cotidiano dos combatentes nesses diversos âmbitos. Por conseguinte, os redatores da época também não escapavam dessas influências da crença; ao contrário, operavam de modo a reforçar a relevância sociocultural da fé para seus leitores, além de serem condicionados por ela. Compreendendo essa atuação tão determinante da religião para a constituição da própria identidade desses sujeitos, em face das múltiplas possibilidades de abordagem que se mostram viáveis sobre como o sagrado aparecia nessas documentações, sustentamos que este subitem se coloca como um esboço limitado pela própria vastidão do tema.

O papa Gregório VII (1020-1085), tratando sobre os tempos litúrgicos, teve ampla influência para ajudar a estabelecer, ainda no século XI, a observação das tēmporas em datas relevantes para a fé cristã. Frequentemente, essas datas coincidiam com as demarcações de estações do ano. Dentre essas celebrações observadas para a elaboração do ano litúrgico, ressaltam-se o Advento, a Quaresma e o Pentecostes, consideradas as datas mais relevantes para o calendário cristão.

Assim sendo, vale salientar que essas datas de tēmpora envolviam o jejum e a penitência por três dias na semana que antecedia à celebração: na quarta-feira, na sexta-feira e no sábado, que serviam como preparativo para os períodos de cultivo e para as ordenações sacerdotais (CHARLO BREA, 1999, p. 70). A observação dos dias sagrados, fundamental naquele contexto, era de suma importância também para os exércitos. Esses eventos faziam parte de uma concepção da fé que incorria até mesmo sobre a própria noção de tempo.

Em sua obra *Estratos do tempo*, Reinhart Koselleck (2014, p. 9-10) articula um debate sobre as construções culturais que se impõem sobre o tempo natural. Para ele, os tempos históricos são distintos dos tempos naturais, embora ambos se afetem de maneira recíproca. A estrita relação entre as determinações climáticas e o cultivo da terra bem como a prática da guerra em certas estações do ano são atravessadas pelas imposições do tempo natural. Nesse sentido, a construção do ano litúrgico – produto de forças socioculturais diretamente ligadas à fé – está, ainda, diretamente relacionada às condições climáticas e, em sentido mais amplo, às condições do tempo natural, ao passar dos dias, aos solstícios e a outros princípios dessa ordem (LE GOFF, 2016, p. 263).

Mesmo assim, o estabelecimento das datas relevantes para a cristandade bem como os preparativos conduzidos para a celebração desses eventos atuavam sobre como os indivíduos viviam. Dentre os momentos de conflito militar, ainda que com restrições impostas pelas condições em que cada campanha era realizada, esses ritos religiosos seguiam relevantes e, quando possível, eram respeitados e seguidos pelos combatentes.

Jacques Le Goff (2016) trata a questão da observação das datas importantes para a fé cristã e do estabelecimento de um calendário litúrgico explicando de que modo o próprio tempo comum era significado a partir desses eventos.

O tempo medieval é principalmente um tempo religioso e clerical. Tempo religioso porque o ano é antes de tudo o Ano Litúrgico. Mas, característica essencial da mentalidade medieval, o Ano Litúrgico segue o drama da Encarnação, e a história de Cristo, do Advento ao Pentecostes, foi aos poucos sendo marcada por momentos, por dias significativos, extraídos de outro ciclo, o dos santos. As festas dos grandes santos vieram permear o calendário cristológico, e a Festa de Todos os Santos (1º de novembro) tornou-se, ao lado do Natal, da Páscoa, da Ascensão e do Pentecostes, uma das grandes datas do calendário religioso. O que reforça a atenção das pessoas da Idade Média para essas festas, o que lhes confere definitivamente o caráter de data, é o fato de que, além das cerimônias religiosas especiais e frequentemente espetaculares que as marcavam, elas eram os pontos de referência da vida econômica: datas de prestação de contas agrícolas, dias de folga para artesãos e trabalhadores (LE GOFF, 2016, p. 261).

Notamos que essas celebrações principais são mencionadas em diversas passagens nos documentos investigados. Se outrora abordamos o caráter cíclico das campanhas militares coincidindo com condições climáticas favoráveis para a execução dessas empreitadas, ressaltamos, também, a relação que essas datas cristãs têm com esses períodos do ano para os guerreiros. Afinal, o dia de São João⁸⁰ representava o momento de iniciar as operações bélicas bem como os momentos de trégua e de devoção a Deus mencionados adiante expressam a diligência presente nos ritos cotidianos da nobreza cavaleiresca.

⁸⁰ Conferir página 90.

3.5.1 As datas religiosas e o providencialismo nas campanhas militares

Retomando nossas fontes primárias, notabilizamos a marcha para a prisão de Álvaro de Lara iniciada em uma quarta-feira de têmpera (CLRC, 1999, p. 70), em meados de setembro. A mencionada execução da marcha durante os preparativos religiosos ressalta o caráter extraordinário indicado pelas condições da empreitada. A necessidade imediata do aprisionamento do nobre era justificada pelo contexto em que ocorreu, já que no momento Fernando III sofria com a falta de apoio de uma fração relevante da nobreza castelhana para sustentar sua governabilidade no reino.

O calendário das festas de santos também é referenciado em muitas passagens. As datas cristãs utilizadas como referência temporal para os mais diversos eventos narrados seguem indicando sua centralidade para os sujeitos do período. Os redatores mencionam, por exemplo, que a realização do primeiro matrimônio de Fernando III, com Beatriz, ocorreu em 30 de novembro de 1219, durante o terceiro dia da festa de Santo André. “E ao terceiro dia da festa de Santo André, o rei tomou como sua mulher a nobre donzela dona Beatriz e se casou, ali, com ela [...]” (PCGE, 1955, p. 718, tradução nossa)⁸¹.

Já no contexto militar, quando os redatores tratam sobre avanços sobre a região de Múrcia, notamos que o rei castelhano-leonês voltou a se reunir com seus guerreiros para visitá-los e consolá-los próximo à data da festividade de Todos os Santos (CLRC, 1999, p. 79).

Nesse sentido, diante da relevância da fé como eixo central para o homem medieval até mesmo para sua percepção da passagem do tempo, sublinhamos que, em 1224, a celebração adequada da festa de Pentecostes é memorada pelos cronistas para abordar a discussão da retomada das hostes no reinado de Fernando III. Antes de eles tratarem sobre um debate ocorrido na corte castelhana em sequência, é explicitado que “Celebrada solenemente a festa de Pentecostes da era de 1262 em Burgos, o rei se retirou ao lugar chamado Muño” (CLRC, 1999, p. 74, tradução nossa)⁸².

⁸¹ No original: “Et al tercer dia de la fiesta de sant Andres, tomo el rey don Fernando por mugier a la muy noble donzella donna Beatriç, et caso alli con ella [...]” (PCGE, 1955, p. 718).

⁸² No original: “Celebra solemnemente la fiesta de Pentecostés de la era 1262 en Burgos, el rey se retiró al lugar llamado Muño” (CLRC, 1999, p. 74). O ano de 1262 da era medieval citado na referência corresponde ao ano de 1224 da era moderna.

Portanto, a própria concepção do tempo da guerra, para os guerreiros castelhanos, estava condicionada à observação de datas relevantes e de dias santos. As hostes orientavam-se temporalmente, ainda, a partir dos ritos cristãos de forma que, além da percepção temporal, significavam os conflitos legitimando as campanhas contra os infiéis. Os combatentes, à semelhança de Cristo, observavam as datas importantes, do Advento ao Pentecostes, de modo a reforçar a ideia de devoção e a manter o fervor da crença durante os embates.

Pela própria dinâmica de autoridade e organização logística já explorada, pontuamos que nem sempre a observação prevista para as celebrações poderia ser cumprida durante as operações militares. Afinal, os combatentes em campo de batalha deveriam acatar a seus deveres e respeitar as ordenações das lideranças das hostes (GARCÍA FITZ, 2009), ainda que os nobres mais poderosos pudessem se retirar em alguns casos. Fernando III exemplifica a prática tendo se ausentado em recorrentes passagens ao longo das crônicas exploradas.

Se, conforme citado, guardar os dias sagrados nem sempre era possível em tempos de guerra, a moralidade belicosa calcada na religião levava os guerreiros a tentar fazê-lo mesmo diante de condições de conflito iminente. A *Crónica Latina de los Reyes de Castilla* (1999, p. 52) contém descrições das tropas cristãs evitando o embate no “dia do Senhor”. Segundo os autores, na passagem anunciada, os seus inimigos foram ao campo com a intenção de batalhar, mas os cristãos somente defenderam suas tendas e mantiveram suas posições estratégicas.

O processo de cristianização dos cavaleiros, acentuado a partir do século X, também expressa a preocupação dos clérigos com a regulação da guerra. O ímpeto cruzadístico acompanhava, ainda, o desejo clerical pela limitação da violência, que então era compreendida como inevitável. Nesse contexto, estabeleceram-se noções como a *pax Dei*, que proibia os soldados cristãos de atacarem ofícios, estradas e santuários, fixando a pena de excomunhão para os transgressores, bem como se apresenta o conceito de *tregua Dei*, que legislava sobre a trégua nas operações bélicas em alguns dias da semana (de quinta-feira a domingo, ou respeitando dias santos) (CARDINI, 1989, p. 58-59).

Esses processos de reforma, dos quais participavam clérigos e leigos especialmente em conselhos locais, revelavam a preocupação com o respeito à continuidade da vida pública e de algumas práticas fundamentais para a manutenção da sociedade. Enquanto a própria vida econômica se beneficiava dos momentos de

trégua, possibilitando o trânsito e o comércio pelas regiões, graças a essas regulações da guerra, as celebrações cristãs também eram possíveis, em alguns momentos, mesmo em meio a períodos de conflito (CARDINI, 1989, p. 59-60).

Sobre essas regulações, afirma o historiador francês a respeito do papel do clero:

A introdução do sistema cavaleiresco permitiu à Igreja atalhar o mal. Completou o seu arsenal de luta contra a violência impondo períodos de sossego: as “tréguas de Deus”. Multiplicou, por ocasião das festas religiosas, os períodos durante os quais qualquer combate era proibido. Devia fazer também que o cavaleiro não se desviasse do papel que lhe era atribuído. Para tal, possuía uma arma temível: a excomunhão e, para as faltas menos graves, a peregrinação penitencial (LAMY, 1999, p. 35).

Dessa maneira, a centralidade das datas religiosas, seja como marco temporal para períodos do ano ou atividades, seja como a prática da guerra, seja enquanto elemento para o controle da violência por parte da Igreja, é reforçada a partir da análise das fontes disponíveis.

Além desse aspecto da referenciação temporal e do cuidado evidente com os ritos religiosos, destacamos menções providencialistas dos cronistas sobre figuras importantes da fé colaborando em suas batalhas. Mais do que um elemento discursivo, é relevante perceber como a diferenciação entre real e imaginado é complexa para a compreensão da sociedade abrangida, já que, em determinados contextos, como é nesse caso, a ideia de imaginário se faz tão presente quanto o palpável (BARROS, 2007).

Assim sendo, as sugeridas intervenções de Deus ou de santos sobre as expedições militares apareceram em múltiplas fontes do período. Contudo, entre as crônicas analisadas, as afirmações desse tipo se fazem tão recorrentes que merecem destaque. Com base nas representações dos cronistas, evidenciamos a relevância atribuída à luta contra os inimigos da fé na Península Ibérica que, segundo estas, Santiago é quem vai, após o clamor dos cristãos castelhanos, aparecer montado em um cavalo branco, empunhando uma espada acompanhado por uma legião de cavaleiros brancos para derrotar os cordobenses:

E dizem, assim como os mouros mesmos afirmavam depois, que apareceu Santiago em um cavalo branco e com uma bandeira branca em uma mão e uma espada na outra, e que andava e com ele vinha

uma legião de cavaleiros brancos [...] (PCGE, 1955, p. 727, tradução nossa)⁸³.

Afinal, segundo os cronistas, somente o poder de Deus poderia permitir que os exércitos castelhanos derrotassem os soldados liderados por Abenhut (PCGE, 1955, p. 725). O providencialismo é sublinhado até tratando sobre inimigos internos, como quando escrevem que o Altíssimo, paciente e vingador, veio do seu trono de glória para se vingar de Álvaro de Lara e de seus descendentes (CLRC, 1999, p. 70).

A participação do sagrado nas hostes estava de tal modo assimilada que também a sacralização do derramamento de sangue infiel explica, entre outros aspectos, a benção outorgada sobre armamentos de cavaleiros das hostes (PCGE, 1955, p. 718-719) e mesmo a investidura de combatentes em campo de batalha. Desse modo, entendemos que a atividade bélica, antes avaliada pelo cristianismo primitivo como prática reprovável, é elaborada de tal maneira que participam dela clérigos⁸⁴ e figuras mitológicas importantes, bem como, em meio a ela, se observam os dias sagrados e são promovidos rituais importantes para a cristandade.

3.5.2 A conversão das mesquitas

Até então, argumentamos que a própria percepção do tempo dos guerreiros estava atrelada às crenças religiosas, bem como, a partir dessa ideia do sagrado presente no cotidiano da guerra, se explicam as narrativas providencialistas de interferência de figuras mitológicas como Santiago atuando no campo de batalha. Isso posto, se defendemos que as conquistas expressavam interesses logísticos do ponto de vista dos conquistadores por conta das vantagens de posição, é, também, mediante o fenômeno religioso que se compreende a relevância que esses locais recém-dominados adquirem para os soldados castelhanos.

O próprio repovoamento referido por autores que abordam a ocupação dos territórios conquistados é inaugurado, nas campanhas militares em questão, pela

⁸³ Do original: "Et dicen, asi commo los moros mismos afirmauan despues, que paresçio y Santiago en vn cauallo blanco et con senna blanca en la mano et con vn espada en la otra, et que andaua y con el vna ligion de caualleros blancos [...]" (PCGE, 1955, p. 727).

⁸⁴ Dentre os exemplos possíveis, ressaltamos a atuação político-militar de Dom Rodrigo Jiménez de Rada, cronista e arcebispo de Toledo (1209-1247), que participou ativamente no movimento de Reconquista ainda que, de acordo com autores como Enrique Torija Rodríguez (2014) e Mario Crespo López (2015), não tenha pegado em armas, mas agido como um agitador das campanhas militares.

prática de purificação das mesquitas. O processo envolvia a celebração de missas e dos divinos ofícios no local para que esses templos que louvavam “o nome do excomungado Maomé”⁸⁵ se tornassem igrejas cristãs⁸⁶. Por meio da conversão desses espaços, a região conquistada tornava-se oficialmente território cristão e transformava-se em uma base para a reorganização, do ponto de vista militar e religioso, para a prática da fé, objetivo que se fazia presente desde a justificação do ímpeto de combate até a celebração das conquistas.

Evidenciamos essa prática comum da Reconquista durante o reinado de Fernando III a partir do artigo de Ricardo da Costa (2008):

Para que o vitorioso rei-conquistador pudesse pôr os pés na cidade, ela deveria antes ser “limpa das sujeiras de Maomé”. Assim, logo que os muçulmanos se renderam e lhe entregaram Córdoba, Fernando ordenou que colocassem sua bandeira e uma grande cruz na torre mais alta da magnífica mesquita da cidade (COSTA, 2008, p. 7).

Esse movimento imediato de sacralização e estabelecimento de uma igreja cristã no local se demonstra relevante para uma nobreza combatente presente nas hostes e amparada nos ideais cristãos de combatividade, mas também era essencial para os clérigos que se envolviam nas campanhas militares. Figuras religiosas importantes, como bispos e arcebispos, estavam presentes nessas investidas de Reconquista. Rodrigo Jiménez de Rada, já mencionado neste trabalho, exemplifica essa participação direta do clero entre os exércitos.

Sobre o mesmo processo, ainda em Córdoba, os cronistas descrevem o ritual de purificação da seguinte maneira:

Próximo da véspera [do dia da celebração dos apóstolos Pedro e Paulo, em 29 de junho de 1236], o chanceler e bispo de Osma, o mestre Lope e aquele que pela primeira vez introduziu a insígnia da cruz na torre, entraram na mesquita, e, preparando o que era necessário para que a mesquita se fizesse igreja, expulsaram a superstição ou heresia muçulmana e santificaram o lugar pela aspersion da água bendita com sal, e o que antes era covil diabólico

⁸⁵ No debate sobre a conquista de Córdoba, Ricardo da Costa (2008) utiliza o termo para delinear as discussões a respeito da influência cultural da fé islâmica na Península Ibérica. No texto, aborda a ampla produção de poetas e artistas oriundos de al-Andaluz.

⁸⁶ É possível encontrar um exemplo dessa prática no reinado de Fernando III na própria tomada de Córdoba (CLRC, 1999, p. 82).

foi feita igreja de Jesus Cristo, chamada com o nome de sua gloriosa mãe (CLRC, 1999, p. 102, tradução nossa)⁸⁷.

A preocupação com o processo de sacralização revela a importância atribuída ao simbolismo da transformação desses espaços no contexto. Entretanto, o movimento de conversão dos pontos religiosos também ocorria do lado dos muçulmanos; a Basílica de Santa Sofia é um exemplo proeminente disso. Fundada no século VI por Justiniano (482-565), por ter sido a maior catedral do mundo até o século XVI e por sua relevância simbólica, foi convertida em mesquita após a conquista otomana em 1453 (GAIÃO, 2020, n. p).

A expropriação religiosa de templos já encontrava precedentes ao menos desde o século IV, com a destruição e a apropriação promovidas pelo imperador Teodósio de “templos pagãos”. Entretanto, se, em alguns casos, se verifica o ataque a ídolos em ouro para distribuir recursos aos mais pobres, via de regra, a prática procurava, sobretudo, expressar o simbolismo da conquista (GAIÃO, 2020, n. p). Também por isso, esses rituais, nesse contexto e no reinado de Fernando III, eram realizados em público.

Portanto, diante dessas ponderações, reforçamos que tratar sobre o sagrado no cotidiano dos guerreiros da Idade Média passa pelo entendimento de um aspecto que condicionava a própria percepção do tempo, a celebração das datas mais relevantes dos calendários anuais, a prática de cerimônias importantes para os cavaleiros cristãos, dentre estas a investidura e a benção de armas, ritos que justificavam a participação dos homens de fé nos combates, direta ou indiretamente, e explicavam, ainda, a purificação e conversão de templos profanos.

Enfatizamos, novamente, o caráter limitado deste item diante das múltiplas possibilidades de abordagem da crença religiosa e sua persecução no cotidiano dos exércitos medievais, já que a própria fé esteve, na Península Ibérica, colocada como elemento central e definidor nos conflitos travados nos séculos que abrangeram a Reconquista ibérica.

⁸⁷ Do original: “Alrededor de las vísperas, el canceller y obispo de Osma, el maestre Lope y aquel que por primera vez introdujo la enseña de la Cruz en la torre, entraron en la mezquita, y, preparando lo que era necesario para que de mezquita se hiciera iglesia, expulsaron la superstición o herejía musulmana y santificaron el lugar por la aspersion del agua bendita con sal, y lo que antes era cubil diabólico fue hecho Iglesia de Jesucristo, llamada con el nombre de su gloriosa madre” (CLRC, 1999, p. 102).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, discutimos a vida cotidiana dos exércitos liderados por Fernando III no contexto conflituoso da Península Ibérica ao longo da primeira metade do século XIII. A partir da cronística castelhana, analisamos os aspectos representados pelos redatores sobre as condições em que ocorreram as hostes mencionadas.

Para fazê-lo, recorreremos a documentos produzidos no período analisado, mas não nos restringimos a estes. A historiografia clássica bem como obras produzidas recentemente por historiadores de vertentes distintas possibilitaram a realização de um estudo crítico que contemplou não apenas tópicos logísticos – e que, portanto, buscavam a compreensão de estratégias bélicas e técnicas militares – mas também objetivou debater a vida cotidiana dos guerreiros durante o período de combate.

Como defendemos, a situação do cotidiano desses exércitos comandados por Fernando III, ainda que esteja no centro de muitas questões que, direta ou indiretamente, foram exploradas por boa parte dos pesquisadores preocupados em compreender aspectos logístico-militares, permite-nos acessar outro plano de análise. Afinal, se, por um lado, tratar sobre a vida ordinária nas hostes significa pensar no que comiam os homens medievais, como esses guerreiros se protegiam do mau tempo, de que forma faziam sua própria segurança e como viajavam, ou seja, refere-se, em alguma medida, a temáticas de ordem logística, é nas exceções que as fontes nos deixam escapar que a cotidianidade se coloca em evidência.

Entretanto, não buscamos, ao longo desta dissertação, colocar os elementos que fogem do costumeiro como definição do cotidiano, mas evidenciar como essa perspectiva de estudo nos possibilita destacar as condições próprias da vida durante a campanha militar. Dessa maneira, notabilizam-se a dor, a fome, o frio, a imobilidade, a doença e a insegurança desses combatentes; questões que, por vezes, não estiveram em destaque nas páginas das principais publicações dos historiadores da logística.

Por outro lado, não são apenas os sofrimentos que compõem a vida comum do guerreiro medieval durante os meses de cavalgadas e cercos, visto que havia momentos de lazer, de prática dos ritos religiosos, de jogos e de atividades que não estiveram diretamente atreladas aos resultados em batalhas. De qualquer forma, são,

especialmente, as dificuldades que mais se destacam nas fontes analisadas nesta pesquisa.

Nesse sentido, se sustentamos que os cronistas medievais e seus patrocinadores estavam preocupados com o sentido histórico-político que suas narrativas produziram nos meios em que deveriam circular, é por meio da jornada de sofrimentos superados, também, que seus heróis, especialmente as grandes figuras de nobres cavaleiros, foram exaltados por estes redatores.

De todo modo, delimitadas as qualidades dos documentos e evidenciadas as ferramentas metodológicas utilizadas em nossa abordagem, ressaltamos a possibilidade de compreensão da vida nas hostes de Fernando III a partir do estudo da cronística hispânica. Assim, sustentamos que o fenômeno bélico representa uma chave de análise do cotidiano plausível, especialmente para a história dos reinos medievais de Castela e Leão. Nosso objetivo, portanto, foi promover uma discussão que contribui para essa temática ainda carente de pesquisas, como é o cotidiano militar.

REFERÊNCIAS

Fontes

ALFONSO X. **Las Cantigas de Santa Maria**. San Lorenzo de El Escorial: Real Biblioteca del Monasterio de San Lorenzo de El Escorial. Códice Rico, T-I-1. Madrid: Imprenta Real, 1807.

ALFONSO X. **Las Siete Partidas**: el libro del fuero de las leyes. Ed. José Sánchez-Arcilla Bernal. Madrid: Editorial Reus, 2004.

BREA, Luis C. (org.). **Crónica Latina de los Reyes de Castilla**. Madrid: Akal Ediciones, 1999.

FUERO Juzgo o Libro de los Jueces. Liber Judiciorum. Madrid: Real Academia Española, 2018.

JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. **Historia de los Hechos de España**. Madrid: Alianza, 1989.

LOPES, Fernão. **Crónica de D. Fernando**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1975.

MENÉNDEZ PIDAL, R. (ed.). **Primera Crónica General de España que mandó componer Alfonso el Sabio y se continuaba bajo Sancho IV en 1289**. Madrid: Editorial Gredos, 1955.

Bibliografia

ABRANTES, Paulo C. C. Natureza e cultura. **Ciência & Ambiente**, Santa Maria, n. 48, , p. 7-21, jan./jun. 2014.

ALBORNOZ Y GALBEÑO, J. C. de. Fernando III. Sus campañas. (El conquistador y la conquista). *In*: Fernando III y su época, 1995, Sevilla. **Actas IV Jornadas Nacionales de Historia Militar**. Sevilla: Cátedra General Castaños, 1995. p. 137-157. Disponível em: http://www.catedrageneralcastanos.org/documentos/libros/Fernando_III_y_su_epoca.pdf. Acesso em: 2 nov. 2022.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A singularidade: uma construção nos andaimes pingentes da teoria histórica. *In*:ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **História**: a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história. Bauru: Edusc, 2007, p. 247-254.

ALONSO BAQUER, Miguel. Fernando El Santo, governante modélico. *In*: Fernando III y su época, 1995, Sevilla. **Actas IV Jornadas Nacionales de Historia Militar**. Sevilla: Cátedra General Castaños, 1995. p. 255-267. Disponível em: http://www.catedrageneralcastanos.org/documentos/libros/Fernando_III_y_su_epoca.pdf. Acesso em: 2 nov. 2022.

ALVARADO PLANAS, J. A modo de conclusiones: el Liber Iudiciorum y la aplicación del Derecho en los siglos VI a XI. **Mélanges de la Casa de Velázquez**, [S.l.], n. 41-2, p. 109-127, 2013. Disponível em: <http://mcv.revues.org/4056>. Acesso em: 8 out. 2022.

ALVARO, Bruno Gonçalves; PRATA, Rafael Costa. Guerras rendilhadas da erudição: um breve panorama dos combates e debates em torno do conceito de reconquista. **Revista Signum**, [S.l.], v. 15, n. 2, p. 104-126. 2014.

ANTÓN, José María Monsalvo. **Atlas Histórico de la España Medieval**. Madrid: Istmo, 2010.

ARAUJO, Fernando Balbino. de. **O monumento, o monarca e as conquistas: os castelos nas campanhas militares de Fernando III (1217-1252)**. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021.

AURELL, Jaume. **La historiografía medieval: entre la Historia y la Literatura**. Valencia: Universitat de València, 2016.

AYALA MARTÍNEZ, Carlos de; HENRIET, Patrick; PALACIOS ONTALVA, J. Santiago. **Orígenes y desarrollo de la Guerra Santa en la Península Ibérica**. Palabras e imágenes para una legitimación (Siglos X–XIV). Madrid: Casa de Velázquez, 2016.

BARBERO, Abilio; VIGIL, Marcelo. **Sobre los orígenes sociales de la Reconquista**. Barcelona: Ariel quineenal, 1965.

BARROS, J. A. **A fonte histórica e seu lugar de produção**. Rio de Janeiro: Vozes, 2020.

BARROS, J. A. **Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos**. Petrópolis: Vozes, 2019.

BARROS, J. A. História, imaginário e mentalidades: delineamentos possíveis. **Conexão**: Revista de comunicação da Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2007, v.6, n.11, jan.-jun., p. 11-39. 2007.

BELTRAN, R. Los libros de viajes medievales castellanos. Introducción al panorama crítico actual: ¿cuántos libros de viajes medievales castellanos? **Revista de filología Románica**, Madrid, n. Extra 1, p. 121-164. 1991.

BONASSIE, Pierre. **Dicionário de História Medieval**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1985.

BRADBURY, Jim. **The Routledge Companion to Medieval Warfare**. London and New York: Routledge, 2004.

BRAGANÇA JUNIOR, Álvaro. A cavalaria na Idade Média: entre a guerra e a civilização. *In: Anais do Encontro de História Militar Antiga e Medieval, 2011, Rio de Janeiro. Anais.* Rio de Janeiro: Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército, 2011. p. 54-70

BRONISCH, Alexander Pierre. La (sacralización de la) guerra en las fuentes de los siglos X y XI y el concepto de guerra santa. *In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de; HENRIET, Patrick; PALACIOS ONTALVA, J. Santiago. Orígenes y desarrollo de la Guerra Santa en la Península Ibérica.* Palabras e imágenes para una legitimación (Siglos X–XIV). Madrid: Casa de Velázquez, 2016. p. 7-29.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CABECEIRAS, Manuel Rolph. De Roma para o Medieval, a ideia de “Guerra Justa”. *In: Anais do Encontro de História Militar Antiga e Medieval, 2011, Rio de Janeiro. Anais.* Rio de Janeiro: Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército, 2011. p. 70-82.

CARDINI, Franco. O Guerreiro e o Cavaleiro. *In: LE GOFF, Jacques. O homem medieval.* Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 57-78.

CARDOSO, Elise. **A logística militar na cronística portuguesa de quatrocentos.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015.

CARNEIRO, Henrique S. Comida e sociedade: significados sociais na História da Alimentação. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 42, p. 71-80, 2005.

CARVALHO, M. C. B. O conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática social. *In: NETTO, J. P.; CARVALHO, M. C. Brant. Cotidiano: conhecimento e crítica.* São Paulo: Cortez, 2000, p. 64–91.

CASTELLS, Luis (ed.). La Historia de la Vida Cotidiana. **Ayer**, [S.l.], n. 19, n. p, 1995.

CASTRO, Anna Carla M. **Homo Viator: viagens e viajantes na Idade Média (Mediterrâneo – Século XII).** 2019. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

CASTRO, Manuel D.; MARTÍN-VIDE, Javier; ALONSO OROZA, Sergio. El clima de España: Pasado, presente y escenarios de clima para el siglo XXI. *In: MINISTERIO DE MEDIO AMBIENTE (ESPAÑA). Evaluación preliminar de los impactos en España por efecto del cambio climático.* Espanha, p. 1-64. 2005.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 1998.

CERTEAU, Michel de. **La cultura en plural.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1994.

CERVIGÓN, José Ignacio Ortega. **Breve historia de la vida cotidiana de la Edad Media occidental.** Historia de la vida cotidiana 9. Madrid: Ediciones Nowtilus, 2020.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações.** Rio de Janeiro: Difusão editorial, 1990.

CLAUSEWITZ, Carl V. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

COSTA, Ricardo da. A conquista de Córdoba por Fernando III, o santo. *In*: LAUAND, Jean (Org.). **Filosofia e educação** – Estudos 13. São Paulo, 2008. p. 7-18.
Disponível em: <http://www.ricardocosta.com/artigo/conquista-de-cordoba-por-fernando-iii-o-santo>.

DELL'ELICINE, Eleonora *et al.* Artificios passados. **Nociones del derecho medieval**. Madri: Carlos III University of Madrid, 2017.

DEVRIES, Kelly; SMITH, Robert D. Medieval Weapons. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2007.

DÍAZ GONZÁLEZ, Francisco Javier. La regulación de la guerra en los fueros de la provincia de Guadalajara. **Anuario de la Facultad de Derecho (Universidad de Alcalá)**. Madrid, 2002-2003, v. 2003, p. 39-65. 2003.

DIEHL, Rafael de Mesquita. O processo de fortalecimento do poder régio no reinado de Fernando III O Santo de Castela (1217-1252) e Leão (1230-1252) inserido no contexto da Reconquista Cristã Ibérica. **Revista Vernáculo**, [S.l.], n. 23 e 24, 2009, p. 152-158.

MOTIS DOLADER, Miguel Ángel. A alimentação judia na Idade Média. *In*: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (dir.). **História da Alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 275-310.

DOMINGUES, José Maurício. Vida Cotidiana, História e Movimentos Sociais. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, 2003, p. 461-490.

DUARTE, Luís Miguel. Corações aflitos: navegação e travessia do Douro na Idade Média e no início da Idade Moderna. **Douro** – Estudos & Documentos, v. 2, 1997, p. 77-118.

ESLAVA GALÁN, J. La campaña de Quesada (1224). *In*: **Cuadernos de Estudios Medievales y Ciencias y Técnicas Historiográficas**, Granada, v. 12-13, p. 5-23.1984. Disponível em: <http://digibug.ugr.es/bitstream/10481/30249/1/CEM-012-013.001-Art%C3%ADculo-001.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2022.

ESLAVA GALÁN, Juan. La campaña de 1225 y el primer cerco de Jaén por Fernando III. **Boletín del Instituto de Estudios Giennenses**, Jaén, n. 132, p. 23-38, 1987. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1197211>. Acesso em: 23 out. 2022.

FERNANDO III y su época, 1995, Sevilla. **Actas IV Jornadas Nacionales de Historia Militar**. Sevilla: Cátedra General Castaños, 1995.

FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (dir.). **História da Alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

FUNES, Leonardo. La crónica como hecho ideológico: el caso de la Estoria de España de Alfonso X. **La corónica: A Journal of Medieval Hispanic Languages**,

Literatures, and Cultures, v. 32, n. 3, p. 69-89, 2004. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/430186/summary>. Acesso em: 10 ago. 2022.

GAIÃO, Pedro. **A Conversão de Templos Cristãos em Mesquitas: Uma Perspectiva Histórica**. Minas Gerais: Taha Brasil Digital, 2020.

GARCÍA DE CORTÁZAR, José A. **Los viajeros medievales**. Madrid: Santillana, 1996.

GARCÍA FITZ, Francisco; AYALA MARTÍNEZ, Carlos de; ALVIRA CABRER, Martín. Castile-Leon. *In*: GARCÍA FITZ, Francisco; MONTEIRO, João Gouveia (Ed.). **War in the Iberian Peninsula, 700-1600**. Oxon/New York: Routledge, 2018, p. 54-94.

GARCÍA FITZ, Francisco. El cerco de Sevilla: reflexiones sobre la guerra de asedio en la Edad Media. *In*: GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (Coord.). **Sevilla 1248**. Congreso Internacional Conmemorativo del 750 Aniversario de la Conquista de la Ciudad de Sevilla por Fernando III, Rey de Castilla y León. Sevilla: 1998, p. 115-154.

GARCÍA FITZ, Francisco. El viaje de la guerra. *In*: IGLESIA DUARTE, José I. de la (Coord). **Viajar en la Edad Media: XIX Semana de Estudios Medievales**, 2009, La Rioja. La Rioja: Instituto de Estudios Riojanos, 2009. p. 135-192.

GARCÍA FITZ, Francisco. La Reconquista: un estado de la cuestión. **Clio & Crimen**, n. 6, 2009, p. 142-215.

GARCÍA FITZ, Francisco. La reconquista y la formación de la España medieval. *In*: O'DONNELL, Hugo. **Historia militar de España**. Sevilla: Laberinto, 2010.

GARCÍA MARSILLA, Juan Vicente. Alimentación y diferencias sociales en la ciudad de Valencia (1390-1415). **I Col·loqui d'història de l'alimentació a la Corona d'Aragó**, Lérida, v. 2, p. 487-505. 1995.

GARCÍA VERA, María J; CASTRILLO LLAMAS, María C. Nobleza y poder militar en Castilla a fines de la Edad Media. **Medievalismo**, Murcia, n. 3, p. 19-37. 1993.

GIUSEPPE SERGI. **La idea de Edad Media**. Entre el sentido común y la práctica historiográfica. Crítica: Barcelona, 2017.

GÓMEZ VIZCAÍNO, Aureliano. La tormentaria empleada en la conquista de Sevilla por Fernando III El Santo. Sus campañas. *In*: Fernando III y su época, 1995, Sevilla. **Actas IV Jornadas Nacionales de Historia Militar**. Sevilla: Cátedra General Castaños, 1995. p. 191-205.

GRAVETT, Christopher. **Medieval siege warfare**. Oxford: Osprey Publishing Ltd, 2000.

GUARINELLO, Norberto Luiz. História científica, história contemporânea e história cotidiana. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 48, p. 13-38. 2004. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001586857>. Acesso em: 25 set. 2022.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. Crônica de um gênero histórico. **Revista Diálogos Mediterrânicos**, Paraná, n. extra 2, p. 67-78. 2012. Disponível em:

<http://www.dialogosmediterraneos.com.br/index.php/RevistaDM/article/view/23>. Acesso em: 2 ago. 2022.

HARTOG, François. A Arte da Narrativa Histórica. In: BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique (org.). **Passados Recompuestos**: campos e canteiros da História. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998, p. 193-202.

HELLER, Agnes. **Everyday life**. London: Routledge & Kegan Paul Ltda, 1984.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2016. *E-book*.

JIMENO ARANGUREN, Roldán. Servicio de armas en los fueros medievales de vasconia: fonsado/hueste, cabalgada y apellido. **Iura Vasconiae**: revista de derecho histórico y autonómico de Vasconia, Vasconia, n. 4, p. 33-66. 2007.

JONES, Richard L. C. Fortifications and Sieges in Western Europe, c. 800-1450. In: KEEN, Maurice (Ed.). **Medieval Warfare**: a history. New York: Oxford University Press, 1999. p. 163-183.

KOSELLECK, Reinhardt. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Trad. Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto-PUC-Rio, 2014.

KRUS, Luís. Os heróis da Reconquista e a realeza sagrada medieval peninsular: Alfonso X e a Primeira Crónica Geral de Hespanha. **Penélope**: revista de história e ciências sociais. Fazer e Desfazer História, Portugal, n. 4, p. 5-18. 1989. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2689943>. Acesso em: 26 nov. 2022.

LADERO QUESADA, M. A. Introducción. In: O'DONNELL, Hugo. **Historia militar de España**. España: Laberinto, 2010.

LADERO QUESADA, M. A; LÓPES PITA, P. **Los siglos medievales del Occidente europeo**. Madrid: Editorial Universitaria Ramón Areces, 2016.

LAMY, Michael. **Os Templários**: esses grandes senhores de mantos brancos. Lisboa: Editorial Notícias, 1999.

LAVEDAN, Pierre. **Histoire de l'Urbanisme**. Paris: Antiquité, Moyen Age, 1926.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

LE GOFF, Jacques. **A civilização do Ocidente Medieval**. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

LÓPEZ FERNÁNDEZ, Manuel. La orden de Santiago en la Conquista de Sevilla. Aproximación y Cerco (1246-1248). **e-Stratégica**, Espanha, 3, p. 193-226. 2019. Disponível em: <https://www.journal-estrategica.com/pdf/numero-3/la-orden-de-santiago-en-la-conquista-de-sevilla.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2022.

LOURIE, Elena. A Society Organized for War: Medieval Spain. **Past & Present**, Oxford, n. 35, p. 54-76. 1966. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/649966>. Acesso em: 23 out. 2022.

LÜDTKE, Alf. **The History of everyday life**: reconstructing historical experiences and ways of life. New Jersey: Princeton University Press. 1995.

MADRAZO, Pedro de. **Córdoba**. Barcelona: Daniel Cortezo y CA, 1884.

MARTÍNEZ ENAMORADO, Virgilio. Almanzor (938-1002). Aspectos biográficos. In: TORREMOCHA SILVA, A.; MARTÍNEZ ENAMORADO, V. (ed.). **Al-Andalus y el Mediterráneo en torno al año Mil**. La época de Almanzor, Colección Historia, Algeciras, 3, p. 15-23. 2003.

MATTEI, Roberto de. **Guerra Justa, Guerra Santa**. Ensaio sobre as Cruzadas, a Jihad islâmica e a tolerância moderna. Porto: Livraria Civilização Editora, 2002.

MATTOS, José D. F. B. de. **O conceito de guerra justa**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1964.

MAZZI, M. S. **Los viajeros medievales**. Madrid: Antonio Machado Libros, 2018.

MOLINA MOLINA, Ángel Luis. Los viajes por mar en la Edad Media. **Cuadernos de Turismo**, n. 5, p. 113-122, jan./jun. 2000. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/398/39800508.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2023.

MOLINA MOLINA, Ángel Luis. Viajeros y caminos medievales. **Cuadernos de Turismo**, n. 4, jul./dez., p. 111-126. 1999. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/398/39800407.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2023.

MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. São Paulo: Senac São Paulo, 2008

MORETTI JUNIOR, Augusto João. **Teoria e prática da guerra no reinado de Fernando III (1217-1252)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

MORETTI JUNIOR, Augusto João; REIS, Jaime Estevão dos. A nobreza castelhano-leonesa no processo de consolidação territorial de Fernando III (1217-1252). In: **VII Congresso Internacional de História, XXXV Encuentro de Geohistoria Regional e XX Semana de História**. 2015. p. 1023-1034.

MOXO, Salvador de. El Derecho militar en la España cristiana medieval. **Revista Española de Derecho Militar**, [S.l.], n. 12, p. 9-61. 1961.

MOXÓ, Salvador de. **Feudalismo**, Señorío y nobleza en la Castilla Medieval. Madrid: Real Academia de la Historia, 2000.

NAVARRO, Jacqueline. **Origens históricas da preservação dos alimentos**. Campinas: Associação Food Safety Brazil, 2020.

NETTO, J. P. Para a crítica da vida cotidiana. In: NETTO, J. P.; CARVALHO, M. C. Brant. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez, 2000. p. 64-91.

NICHOLSON, Helen J. **Medieval Warfare: Theory and Practice of War in Europe 300-1500**. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. A Reconquista ibérica: a construção de uma ideologia. **História Instituições Documentos**, [S. l.], n. 28, p. 277-295. 2000. Tradução. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001547747>. Acesso em: 13 nov. 2022.

O'CALLAGHAN, Joseph F. **Reconquest and Crusade in Medieval Spain**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2004.

PALOMEQUE TORRES, Antonio. Contribución al estudio del ejército en los Estados de la Reconquista. **Anuario de Historia del Derecho Español**. Madrid, 1944, p. 205-351. Madrid: Gobierno de España, 1944.

PEDROCCO, Giorgio. A indústria alimentar e as novas técnicas de conservação. *In*: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (dir.). **História da Alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 581-601.

PEIXEIRO, Horácio A. Imagem e Tempo. Representações do poder na Crónica Geral de Espanha. **Revista de História da Arte**, n. 7, p. 153-176. 2009. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/16653>. Acesso em: 26 nov. 2022.

PFISTER, C. Little Ice Age-type impacts and the mitigation of social vulnerability to climate in the Swiss Canton of Bern prior to 1800. *In*: GRAUMLICH, L.; CONSTANZA, R. (Ed.). **Sustainability or collapse? An integrated history and future of people on Earth**. Cambridge: The Mit Press, 2007. p. 197-212.

PISNITCHENKO, Olga. **A cavalaria no discurso político castelhano-leonês no final do século XIII início do século XIV**: entre vínculo social e forma de vida virtuosa. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

PORTELA, Ludmila N. Santos. A Reconquista como mito unificador: a legitimidade da coroa cristã castelhana na baixa Idade Média. *In*: **VI Congresso Internacional UFES**. Culturas políticas e conflitos sociais. 2017, p. 878-887.

PRIEGUE, E. F. Saber viajar: arte y técnica del viaje en la edad media. *In*: IV Semana de Estudios Medievales. Najera, 1993. **Anais**. Lograño: Instituto de Estudios Riojanos, 1994, p. 45-69.

PRO, Juan; RIVERO, Manuel. **Breve atlas de historia de España**. Madrid: Alianza Atlas, 2003.

QUÍLEZ ROYO, Jaime. **La alimentación en el reino de Aragón en la Baja Edad Media (siglos XIII-XV)**. 2016. Tese (Doutorado) – Facultad de Filosofía y Letras, Tucumán, 2016.

REIS, Jaime Estevão dos. **Território, Legislação e Monarquia no Reinado de Afonso X, o Sábio (1252-1284)**. 2007. Tese (Doutorado em História) – UNESP, Assis, 2007.

REIS, Jaime Estevão dos. O Setenario de Alfonso X, o Sábio: texto, contexto e historiografia. *In: VI Congresso Internacional de História, 2013, Maringá. Anais do VI Congresso Internacional de História*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2013. p. 1-11.

RENOUARD, Y. O grande comércio de vinho na Idade Média. *Revista de História, [S. l.]*, v. 6, n. 14, p. 301-314. 1953. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/35677>. Acesso em: 12 abr. 2023.

RIBEIRO, L. A. O.; REIS, J. E. As crônicas medievais como fonte de pesquisa: uma análise comparada de duas edições da crônica de Alfonso X. *Revista de História Comparada*, v. 11, n. 1, p. 226-245. 2017.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RÍOS SALOMA, Martín F. La Reconquista: génesis de un mito historiográfico. *Historia y Grafía, UIA*, n. 30, p. 191-216. 2008.

RIVADULLA, Maria Dolores Barral. Aspectos de lo cotidiano en el arte medieval gallego. *SEMATA*, v. 21, p. 265-286, 2009.

ROCHE, Daniel. **História das coisas banais**. Nascimento do consumo séc. XVII–XIX. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

RODRÍGUEZ GARCÍA, José Manuel. Fernando III y sus campañas en el contexto cruzado Europeo, 1217-1252. *In: Fernando III y su época, 1995, Sevilla. Actas IV Jornadas Nacionales de Historia Militar*. Sevilla: Cátedra General Castaños, 1995. p. 205-219. Disponível em: http://www.catedrageneralcastanos.org/documentos/libros/Fernando_III_y_su_epoca.pdf. Acesso em: 2 nov. 2022.

RODRÍGUEZ LÓPEZ, A. **La consolidación territorial de la monarquía feudal castellana**: expansión y fronteras durante el reinado de Fernando III. Madrid: CSIC, 1994.

RUANO, Eloy B. La historia de la vida cotidiana en la Historia de la Sociedad Medieval. *In: DUARTE, José Ignacio de la Iglesia (org.). VIII Semana de Estudios Medievales*. Nájera, 1998, p. 11-24. Nájera: Instituto de Estudios Riojanos, 1998.

RUI, Adailson José. Berenguela: de instrumento de aliança e paz à rainha e articuladora política dos interesses do reino de Castela. Curitiba: **Revista Diálogos Mediterrânicos**, 2016, n. 10, p. 174-188. 2016.

RUIZ MORENO, Manuel J.; REBOLLO GARCÍA, Fernando. El trabuco de Cortés. *In: XXXVI Coloquios Históricos de Extremadura*: dedicados a la memoria de Inés de Suárez [en el V centenario de su nacimiento], Trujillo, v. 2, del 24 al 30 de sep. 2007/2008, p. 719-734. 2008.

SANTO AGOSTINHO. **A Cidade de Deus**. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

SENKO, Elaine Cristina. O projeto político de Alfonso X (1252 – 1284) em seu trabalho jurídico “las siete partidas”. 2014. Disponível em: www2.pucpr.br/reol/index.php/helikon?dd99=p df&dd1=12457. Acesso em: 22 ago. 2017.

SILVA, Thalles Braga Rezende Lins da. Reflexões sobre a guerra em Castela Medieval. *In: Anais do Encontro de História Militar Antiga e Medieval*, 2011, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército, 2011.

SOUZA JÚNIOR, Almir M. de. **As duas faces da realeza na Castela do século XIII: os reinados de Fernando III e Alfonso X**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

SPIEGEL, Gabrielle M. **Romancing the Past: The Rise of Vernacular Prose Historiography in Thirteenth-Century France**. California: University of California Press, 1993.

TORRES BALBAS, Leopoldo. La Edad Media. *In: Resumen histórico del urbanismo en España*. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1954. p. 1-107.

UBIETO ARTETA, Agustín. La guerra en la Edad Media, según los fueros de la línea del Tajo. **Saitabi**, Valência, 1966, n. 16, p. 91-120. 1966.

UBIETO ARTETA, Antônio. Valoración de la Reconquista Peninsular. **Príncipe de Viana**, Viana, año 31, n. 120-121, p. 213-220. 1970.

VAINFAS, Ronaldo. História da vida privada: dilemas, paradigmas, escala. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 4, jan./dez. 1996. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP). p. 9-27.

VALDEÓN BARUQUE, J. **Vida Cotidiana en la Edad Media**. Madrid: Dastin, 2004.

VALDEÓN BARUQUE, J. **La Reconquista**. El concepto de España: unidad y diversidad. Madrid: Espasa, 2006.

VERBRUGGEN, J. F. **The Art of Warfare in Western Europe During the Middle Ages**. Woodbridge: The Boydell Press, 1997.

VEREZA, Renata. Reconquista: guerra santa ou expansão militar. *In: Anais do Encontro de História Militar Antiga e Medieval*, 2011, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército, 2011.